

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



S U M Á R I O

4 • Editorial • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

- 6 • Excelência, eficiência e inteligência – a investigação e o ensino • A. Gomes Martins
8 • Conhecer e gerir o que não se escolhe • José António Raimundo Mendes da Silva

OFICINA DOS SABERES

A c t u a l

- 12 • I Semana das Artes: muitos formatos para muitos palcos • Secretariado de Estudos Artísticos
15 • *Museum*: uma nova lista de discussão na internet • José d'Encarnação
17 • Naufrágio romano nos Cortiçais: mar de Peniche guarda segredos de há dois mil anos • Sónia Bombico
19 • Educação familiar em debate: XI Congresso Internacional da AIFREF

I m p r e s s õ e s

- 22 • Mudanças no cenário da investigação na Europa • Teresa Lago
24 • O Departamento de Física visto por Paulo Catrica • Miguel Amado
28 • Um ponto de apoio... • Fernando Taveira da Fonseca
30 • Condomínio da Terra – *Earth Condominium* • Paulo Magalhães
32 • Saúde urbana e ambiente • Paula Santana

B r e v e s

R i b a l t a

37 • Seiva Trupe

38 • CIMAGO

C i ê n c i a R e f l e c t i d a

- 41 • O Dossiê Mitocôndria • Paulo J. Oliveira
44 • Seguindo os primeiros passos do enrolamento de proteínas • Carlos Serpa

A O L A R G O

E n t r e v i s t a

- 47 • Marcelo Viana: “Informação mastigada” dos media está a corroer a Matemática

V i s i t a G u i a d a

- 52 • A UC e a formação das elites • Fernando Taveira da Fonseca

C r ó n i c a

- 57 • O Codex MM57 • António Eugénio Maia do Amaral

E n t r e v i s t a

- 59 • José Duarte: “O jazz e o poder são antagónicos”

C r i a ç ã o L i t e r á r i a

- 67 • Fragmentos à maneira de Enrique Vila-Matas • Ana Hatherly

O L u g a r d o s L i v r o s

APENAS LEI OU TAMBÉM REFORMA?

No dia 26 de Junho de 2003, após um intenso debate nacional que durou um ano, o governo aprovou uma proposta de lei sobre o “regime jurídico de autonomia, organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior”. Há cerca de cinco anos, portanto, que a universidade portuguesa vem acompanhando e alimentando com sugestões e debates, o processo que há-de conduzir a uma refundação das suas estruturas e a uma profunda reformulação do seu funcionamento.

Adiadas tantas vezes as mudanças que se impõem por exclusiva responsabilidade da ineficiência de sucessivos governos e/ou ministros saudei a intenção governamental anunciada em Dezembro de abrir um novo ciclo de reformas no âmbito da autonomia, do estatuto jurídico e do governo das instituições, da racionalização da rede, do ordenamento da oferta educativa e do regime de contratação de docentes e investigadores.

Mantido em incubação pelo Ministério até meados de Maio numa base em que apenas eram perceptíveis as suas linhas gerais, para cuja definição as Universidades tentaram contribuir através da chamada “Carta de Princípios” do CRUP, publicitada a 13 de Março de 2007, o processo explodiu nos últimos dois meses, a partir do momento em que começaram a ser conhecidas as várias versões (pelo menos quatro) do articulado do novo projecto de proposta de lei sobre o “Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior”, entretanto aprovado na generalidade pela Assembleia da República no passado dia 28 de Junho.

São conhecidas os aspectos que mais fortemente suscitaram as minhas críticas:

- O excessivo detalhe na formatação das formas de governo, atitude que retira liberdade e que inibe a desejável diversidade, entendida como expressão das diferentes culturas institucionais, experiências, especificidades e circunstâncias;
- A demasiada intervenção do Estado, cerceadora da autonomia administrativa e financeira das universidades enquanto instituições públicas, induzindo-as a adoptar um estatuto jurídico mal definido, de fundações públicas de direito privado com o qual, para ganhar autonomia financeira, elas perdem autonomia política e organizacional;
- A possibilidade de secessão de uma unidade orgânica feita sem qualquer intervenção dos órgãos da universidade. A proposta confere ao Ministro competência para retirar, ou ir retirando, unidades orgânicas às Universidades, contra a vontade dos seus órgãos de governo o que pode representar a fragmentação da universidade portuguesa.
- A redução do “procedimento de selecção” do Reitor a um mero concurso público e do Senado a um mero órgão

FERNANDO SEABRA SANTOS*

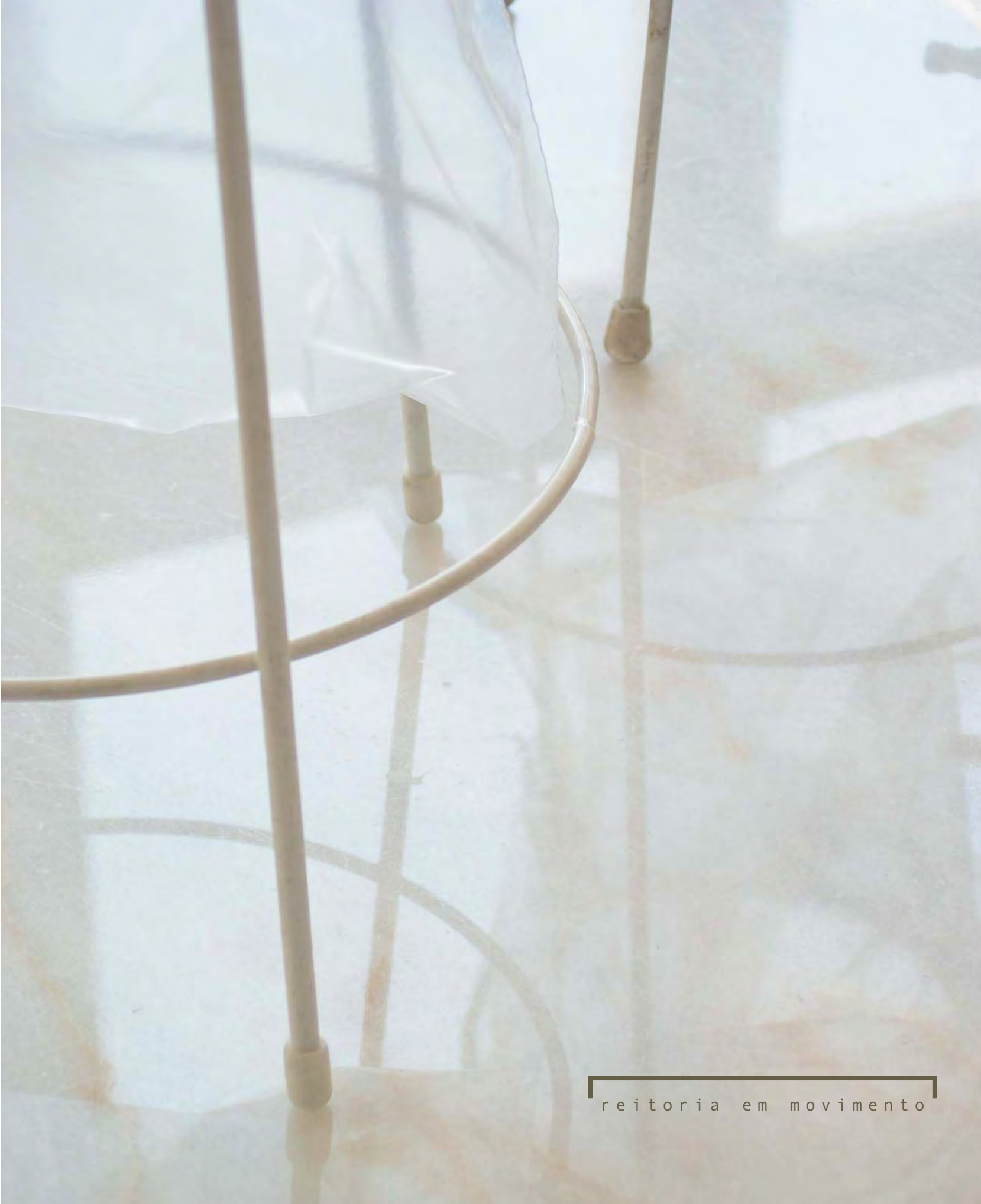
consultivo, preceitos que ferem a autonomia universitária, retiram autoridade ao Reitor, comprometem a coesão e contrariam a garantia constitucional de participação dos corpos no governo da universidade;

– O clima de instabilidade institucional, que caracterizará o período crucial da elaboração dos novos Estatutos, a concluir no prazo de seis meses, não se percebendo quem pode ser responsabilizado pelo eventual encerramento compulsivo da universidade, que poderá decorrer do não cumprimento deste prazo.

Demasiados aspectos essenciais do projecto (o menor dos quais não será a falta de um consenso mínimo que conceda à reforma a perenidade que ela sem dúvida merece) requerem ponderação. Ora, este resultado só será alcançado com um diálogo aberto com as universidades e alguma atenção prestada à opinião dos universitários.

Apesar das dificuldades que a criteriosa gestão do calendário nos colocou (exames, férias, presidência da UE), a Universidade de Coimbra soube mostrar-se à altura das suas responsabilidades tomando a iniciativa, estando presente e activa quer através de posições individual ou colectivamente assumidas pelos seus membros, quer através de documentos aprovados nos seus órgãos colegiais mais representativos. A nível nacional, as universidades desenvolveram um intenso programa de intervenção política concretizado em artigos de opinião e conferências de imprensa, em reuniões com todos os grupos parlamentares e com os líderes de todos os partidos com representação parlamentar, em audições pela comissão parlamentar de educação, ciência e cultura, em reuniões com o Senhor Ministro, com o Senhor Primeiro-Ministro e em duas audiências concedidas pelo Senhor Presidente da República. Se as críticas e sugestões que avançamos forem tidas em consideração, poderemos ter uma verdadeira reforma compreendida e interpretada pelos universitários, que sirva as necessidades do País e o prepare, em matéria de ensino superior, para os próximos vinte ou trinta anos. Se, ao contrário, forem ignoradas, então teremos um exercício de autoridade legislativa legítimo mas gratuito, e obteremos como resultado apenas mais uma lei que, para além de duvidosa constitucionalidade, atrofia a iniciativa, estrangula a diversidade, impõe uma exagerada intervenção do Estado, fragmenta e desqualifica as universidades, e não as dota de ferramentas e de mecanismos adequados à mudança

* Reitor da Universidade de Coimbra



reitoria em movimento

A. GOMES MARTINS*

A orientação dada à concretização, em Portugal, da adaptação ao chamado modelo de Bolonha foi de guinadas na roda do leme. Nos últimos dois anos as instituições foram sendo enquadradas num registo de indefinição quanto ao rumo, aos atributos e aos prazos da adaptação até um momento em que, com as mesmas indefinições, subitamente se definiram prazos, literalmente para os cinco dias seguintes, e se passou publicamente a imagem de que a virtude estava na capacidade de chegar à meta em primeiro lugar.

Várias instituições reagiram de modo consonante com este quadro de estímulos do minuto seguinte e a própria publicidade no período de escolha pelos candidatos a novos alunos revelou a síndrome da camisola amarela como dominante em muitos casos.

A Universidade de Coimbra apostou na adaptação ao modelo de Bolonha de uma forma singular. Recusou-se a ceder a tentações fáceis porque sabia que teria que agir atabalhoadamente, com prejuízo dos seus alunos, actuais e futuros, e com prejuízo da sua reputação de seriedade, valor que sabe dever preservar em qualquer circunstância. Com a excepção de dois cursos que, circunstancialmente, estavam em condições de avançar com propostas estruturadas, a Universidade escolheu preparar, com o máximo cuidado que o tempo disponível permitia, as propostas de adaptação da sua oferta formativa para que fosse possível começar a praticar o novo regime na esmagadora maioria dos cursos em 2007/2008.

Mesmo assim, se se medir bem o tempo que havia disponível entre a publicação da legislação de enquadramento e o prazo definido para apresentação de processos de adaptação e criação de cursos a tempo de entrarem em funcionamento em 2007/2008, contam-se escassos sete meses.

Num período com esta duração, a Universidade de Coimbra revelou até que ponto é possível, com ampla

participação, transparência e democraticidade interna, fazendo funcionar os órgãos competentes e não os substituindo por qualquer apressada chancela reitoral, organizar um processo muito complexo com resultados sérios e estruturados.

Mas a escassez do tempo disponível teve o seu preço. Não era expectável que se conseguisse mais do que, em cada faculdade e em cada departamento, repensar a oferta formativa em torno das áreas de especialidade convencionais, cada colectivo de docentes e estudantes pensando nas áreas do saber verticais em que a oferta formativa já antes se organizava. Houve alguns exemplos de atravessamento de fronteiras, com propostas de cursos em cooperação entre unidades com especializações diferentes. Mas foram poucos.

BINÓMIO INVESTIGAÇÃO-ENSINO E APOSTA NA INTERDISCIPLINARIDADE

A investigação científica, já é lugar-comum dizer-se, organiza-se hoje de forma muito intensa em torno de projectos interdisciplinares. O cruzamento de áreas do saber mais clássicas, suportado em equipas com especialistas de proveniências diversas, enquadrando estudantes de pós-graduação e jovens doutorados, corresponde a um modelo que cada vez mais se impõe e que é claramente identificado por organismos internacionais, como o Banco Mundial, a OCDE ou a UNESCO, como o modelo a privilegiar na canalização de financiamentos públicos à investigação. Ora, é também incontestado que não pode haver ensino superior de qualidade sem actividade de investigação. E a investigação mobiliza muito mais facilmente recursos humanos onde há ensino superior de qualidade. Este binómio virtuoso carece, assim, de ser cultivado por todas as

formas racionais, que tenham em conta os recursos disponíveis, quer humanos, quer materiais, quer de capital acumulado de experiência em investigação.

As universidades com maior reputação têm, nestas circunstâncias, apostas relativamente evidentes a fazer. Por um lado, dar um forte impulso à organização de formação pós-graduada (leia-se 2.º e 3.º ciclos), em geral, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de vocacionar os novos projectos de formação para alimentarem, de modo harmonioso e eficiente, actividades de investigação interdisciplinar. Por outro lado, ampliar e reforçar as actividades e projectos de investigação interdisciplinar corresponde a um imperativo de posicionamento institucional indispensável à captação de recursos pelos quais competem muitas instituições que têm igualmente consciência deste imperativo.

Como concretizar estas apostas? Agindo nos dois planos de forma coerente.

No que diz respeito à formação, importa, nesta fase, após a concretização dos planos de estudo que adaptaram a UC ao modelo de Bolonha, fazer uma leitura transversal aos planos de estudo de toda a universidade procurando identificar os potenciais de combinação de componentes existentes em áreas distintas que possam

dar origem a projectos de formação interdisciplinar, com alguns elementos novos que lhes emprestem cimento, coerência ou completude – eventuais unidades curriculares que se revelem necessárias, não previstas nas formações já definidas. Logicamente, estes projectos interdisciplinares de formação devem assentar na existência ou no potencial de desenvolvimento de projectos ou linhas de investigação interdisciplinares baseados nos actores relevantes, necessários à articulação entre a formação de 2.º ou 3.º ciclo e o funcionamento de projectos concretos.

No que diz respeito à actividade de investigação, a aposta na interdisciplinaridade implica investir na reorganização da rede de unidades de investigação, bem como na reflexão sobre concepção global das relações entre as unidades e a universidade, nos aspectos da mobilização de recursos, da canalização de financiamentos, do aproveitamento de oportunidades, da participação das unidades na gestão da instituição e da participação da instituição na gestão das unidades. E, neste contexto, tirar o melhor partido possível do Instituto de Investigação Interdisciplinar.

* Vice-reitor



As escolhas são uma constante de todas as nossas actividades. Escolher, seleccionar, decidir implicam também – e sempre – uma rejeição, uma face não premiada, algo que resta, que sobra ... um detrito ou um resíduo.

Quando escrevemos, escolhemos a parte que cumpre a função principal, a que tinge o papel, seja a tinta da esferográfica, seja a grafite do lápis. Estamos, assim, a rejeitar, mais cedo ou mais tarde, o invólucro de plástico ou as aparas de madeira, porque, tendo sido imprescindíveis, passaram a ser inúteis para a função em causa.

Quanto mais exigente é a nossa actividade, quanto mais competitiva pretende ser numa lógica de custo-qualidade-prazo imediata, maiores são as escolhas e maiores as rejeições; na busca da essência, do cerne, do núcleo mais puro, o que parecia útil passa a rejeitado, aumentando exponencialmente o volume de resíduos que, noutro contexto, seriam, ainda, matéria-prima a valorizar. O aumento das preocupações de higienização, implica, também, uma maior rejeição de produtos, de águas “contaminadas”, de detergentes e desinfectantes e uma multiplicação de invólucros e embalagens de curta utilização.

Muitos outros exemplos alimentam esta consciência da inevitabilidade da produção de resíduos, tal como, outros ainda, em igual número, ilustram a ignorância generalizada sobre a sua repercussão na qualidade da vida ou, mesmo, no limite, na própria garantia de vida. Esta ignorância conduz a graves negligências e reforça a inconsciência de admitir que a capacidade de rege-

neração do meio ambiente está garantida, qualquer que seja o ritmo da agressão.

DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

À comunidade universitária impõe-se um compromisso claro com o “desenvolvimento sustentável” que, sem perder de vista as exigências da competitividade, inclua nas suas tomadas de decisão, nas suas escolhas, nas suas opções, qualquer que seja a sua escala, critérios que salvaguardem os princípios de preservação dos recursos naturais, da redução de emissões nocivas e da preservação da bio-diversidade, constituindo, além do mais, referência inevitável para a sociedade. Sem isso, estaremos a criar uma imagem autista de desenvolvimento e competitividade, que não tardará a mostrar-se inaceitável, como vem acontecendo às políticas que se afastam ou alheiam do Protocolo de Quioto.

Na Universidade de Coimbra tem vindo a ganhar corpo um projecto transversal que visa um maior conhecimento e adequada gestão dos resíduos que produz. Este projecto abarca acções e iniciativas de âmbito e escala muito diversa (em sete sub-domínios sintetizados na tabela em baixo) e pretende, antes de mais, reforçar o conhecimento e consciência local e colectiva da produção de resíduos, como suporte essencial à sua redução e mais adequada valorização.

Merece particular destaque o projecto de gestão de resíduos laboratoriais que permitiu afastar de forma deci-

Origem Tipo de resíduo	Metas alcançadas
Equipamento geral	<ul style="list-style-type: none"> • Inventariação de mobiliário e equipamento afim obsoleto (Estrutura Central) • Centralização de recolha para possível reutilização • Agilização das rotinas de abate e remoção
Equipamento técnico	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação total de extintores com compostos halogenados • AVAC – substituição de agentes refrigerantes (menor nocividade) • Rastreio das centrais de queima (aquecimento) • Criação de Base de dados de manutenção de equip. e infra-estruturas (MEI)
Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos	<ul style="list-style-type: none"> • Início em 2006 da recolha sistemática e seu registo (a custo “zero”)
Resíduos de Construção e Demolição	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação/estimativa dos resíduos em acções de reabilitação • Regras para Cadernos de Encargos de Projecto e Obra • Controlo progressivo da separação de resíduos em obra
Consumíveis correntes (ex. papel e <i>toner</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha sistemática de papel (75% da UC, representando 20 toneladas na Estrutura Central em 2006) • Recolha sistemática de tinteiros e <i>toners</i> (75% da UC) • Candidatura a projecto “compras ecológicas” (iCentro CCDRC) • Projecto de “gestão documental” (desmaterialização de processos)
Resíduos sólidos urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e quantificação de RSU produzidos (cantinas e bares) • Levantamento da resposta interna e externa à separação (equipamentos)
Laboratórios (Ensino e Investigação)	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de espaços laboratoriais no Pólo I da UC (330) • Levantamento e quantificação de efluentes e seu destino • Avaliação qualitativa preliminar dos riscos • Elaboração de propostas e metodologia de intervenção

siva a enorme apreensão, não fundamentada, com a existência recorrente de práticas de elevado impacte ambiental, e criar condições para que, a curto prazo, as situações mais críticas remanescentes estejam completamente controladas. Refira-se que, nos levantamentos realizados pela Divisão de Gestão de Edifícios, Equipamentos e Infra-Estruturas em 2006, no Pólo I, apenas 188 dos 303 laboratórios identificados se mantinham activos, existindo já esquemas de reciclagem total ou parcial em 71 por cento dos casos.

Partilharam-se neste texto as metas alcançadas mas muitos são os desafios de consolidação, reforço e melhoria destes projectos, que a todos dizem respeito.

Neste domínio, como nos restantes, a consciência e o empenho colectivos são tão relevantes como a atitude pessoal, qualquer que seja o nível de participação, desde o patamar da decisão política à realização da enorme multiplicidade de tarefas que dão corpo a toda a actividade universitária.

* Pró-reitor



oficina
Dos Saberes

I SEMANA DAS ARTES MUITOS FORMATOS PARA MUITOS PALCOS

Por iniciativa de alunos da licenciatura e do mestrado em Estudos Artísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra realizou-se, de 16 a 21 de Abril, a primeira Semana das Artes.

A programação incluiu eventos em áreas diversas, do cinema ao vídeo, à música, ao teatro e à *performance*, que constituem os domínios científicos integrados no curso e são por isso os territórios em que os alunos se movem no seu dia-a-dia universitário.

A *Semana* teve como um dos seus principais objectivos conferir visibilidade à capacidade criativa e à forma empenhada e original como os alunos do curso encaram o seu próprio envolvimento na formação teórica que escolheram.

O evento teve o apoio dos professores do curso, da Reitoria, do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras, do Teatro Académico de Gil Vicente e da Rádio Universidade, bem como de instituições exteriores à Universidade de Coimbra, como a Bonifrates, o Salão Brasil e a Galeria Santa Clara.

A *Semana* incluiu os seguintes projectos:

Acontecimentos sem Público: representação que pretendeu celebrar de um modo cómico, absurdo e contemporâneo a união entre as artes. Tratou-se de um evento transdisciplinar, onde a *performance* conjugou um conjunto de acontecimentos musicais, cinematográficos e teatrais.

A encenação colectiva do espectáculo foi coordenada por Mickaël de Oliveira e na sua concepção e criação estética participaram Catarina Maia (vídeo), Daniel Boto (performatividade), Francisco Pessanha (música original), Manuel Pereira (performatividade e vídeo), Mickaël de Oliveira (teatralidade, performatividade).

A produção pertenceu à Licenciatura em Estudos Artísticos e à Associação PenetrArte e teve lugar no Teatro Académico de Gil Vicente.

Genie de la Room: espectáculo projectado segundo o conceito das curtas de teatro, ou seja, espectáculos performativos de duração inferior a 30 minutos e destinados a

ambientes informais e/ou não convencionais. Este conceito, ainda relativamente pouco explorado, é um meio-termo entre a animação e o espectáculo formal. O objectivo: transpor a barreira do *happening* e chegar a um público mais vasto através de um espectáculo desenhado e repetível.

Genie de la room é uma personagem que cruza diversos conceitos relacionados em grande parte com a emancipação feminina e o erotismo, sobretudo através de uma busca incessante por tudo aquilo que pode caracterizar o feminino (a sensibilidade, a sensualidade, a intuição e o corpo), procurando contudo a emancipação em relação a todas as imposições sociais e culturais de um mundo predominantemente masculino.

O projecto, da autoria de João Sustelo e Mónica Gomes, foi encenado por João Sustelo e interpretado por Andreia, Mário Pais e Mónica Gomes. As representações decorreram na Galeria Santa Clara e no Salão Brasil.

Acto: co-produção entre o Magiluth – Grupo de Criação Teatral e a Licenciatura em Estudos Artísticos (FLUC) e deu corpo a um intercâmbio artístico entre alunos brasileiros e portugueses. O grupo Magiluth integra 5 elementos, oriundos do curso de Artes Cénicas da Universidade Federal de Pernambuco, três dos quais estão a realizar intercâmbio académico na Universidade de Coimbra. O *ACTO* foi uma ocasião para estes alunos apresentarem aos colegas de Coimbra algumas das técnicas apreendidas a partir de seus estudos e experiências em Pernambuco, visando assim um trabalho amplo troca de experiências.

Coimbra e Pernambuco guardam entre si afinidades relevantes. Desde o século XVII, figuras proeminentes da sociedade pernambucana tomaram a Universidade de Coimbra como seu destino académico. A Faculdade de Direito de Coimbra abrigou pessoas cujo aprendizado nesta cidade viria a influenciar, no seu regresso ao Brasil, ideais revolucionários e questionadores. O *ACTO* é uma adaptação livre do texto *Acto sem Palavras*, de Samuel Beckett, e tem um carácter eminentemente experimental.

A encenação foi de Thiago Liberdade e a interpretação pertenceu a Giordano Castro, Neto Portela e Thiago Liberdade. A performance realizou-se na Praça da República.

Das ist ein pastiche!: Três ou quatro pessoas movimentam-se num espaço fechado. Uma mesa, umas cadeiras, uma máquina de escrever; diálogos e monólogos unem-se à volta de uma mesma verdade: a verdade do erro. O erro a descoberto, em todas as suas variantes: enquanto engano verbal, da fala, de pensamento, de gesto e o erro que é tão próprio do ser humano nas suas acções com pessoas que acabam por sair magoadas, nos enganamentos ou nas decisões erradas que se tomam na vida.

A concepção pertenceu a Anabela Gonçalves e Pedro Freitas, que também assinaram a dramaturgia com Maria de Fátima Abreu e Nuno Pereira.

O espaço escolhido foi o Salão Brasil.

Uarquechópe de Arte de Rua: sessão teórico-prática sobre *Street Art*, orientada por Rafi, *street-arte-grafiteiro*, aluno da Licenciatura em Estudos Artísticos. O evento decorreu em espaço aberto, na Praça da República.

A primeira parte do evento apresentou uma breve síntese histórica e crítica sobre a Arte de Rua. Trata-se de um género e uma linguagem entretanto já presente em diversos museus internacionais, como ilustra o caso exemplar de Banksy (www.banksy.co.uk) *grafiteiro* que nos últimos 5 anos vem expondo as suas criações e a sua peculiar desconstrução dos clássicos da arte ocidental em museus como a Tate Gallery (Londres), o Museum of Modern Art Museum e o Brooklyn Museum (Nova York).

O *grafiteiro* ilustrou ainda algumas práticas e técnicas da *street art* em telas colocadas na Praça da República especialmente para o efeito.

Visconti a Preto e Branco: pequeno ciclo de filmes em homenagem a Luchino Visconti, cuja comemoração do nascimento está, desde 2006, a decorrer em todo o mundo.

A opção foi mostrar obras das duas primeiras décadas de trabalho do realizador, entre 1943 e 1960. A opção pelo preto e branco visou chamar a atenção para uma parte importante de uma obra habitualmente muito associada ao tratamento esplendoroso da cor.

O ciclo foi constituído pelas seguintes obras:

- *Obsessão (Obsessione)*, 1943
- *A Terra Treme (Terra Trema)*, 1948
- *Belíssima (Bellissima)*, 1951
- *Noites Brancas (Notti Bianche)*, 1957
- *Rocco e os seus Irmãos (Rocco e i suoi Fratelli)*, 1960

Organização: Estudos Artísticos | Prof. Abílio Hernandez Cardoso.

Eyes wide open: olhares cruzados sobre o cinema: exposição totalmente composta por trabalhos (textos, maquetes, filmes, desenhos...) realizados por alunos das disciplinas de "Análise de Filmes" e de "História e Estética do Cinema". Estas disciplinas são obrigatórias para os alunos de cinema da licenciatura de Estudos Artísticos e opcionais para alunos de todas as outras Faculdades, em especial para os da licenciatura em Arquitectura.

A co-existência, em cursos desta natureza, de formações académicas muito diferentes tem permitido uma diversidade de modos de olhar o cinema e de o tratar, que se considera inovadora e por isso digna de ser publicamente apresentada. A selecção dos trabalhos foi do Prof. Abílio Hernandez Cardoso e a montagem da exposição pertenceu ao Arq. Carlos Antunes.

Happening musical: produzido por Ent(r)arte Música e interpretado por alunos do curso de Estudos Artísticos. O local escolhido foi o Bar da FLUC.

A necessidade do teatro: conferência-debate com o dramaturgo galego Manuel Lourenzo. Café-Teatro, TAGV.

Integraram ainda esta I Semana das Artes os seguintes eventos, produzidos por entidades exteriores ao curso de Estudos Artísticos:

- **Senses. Ciclo de Música Electrónica e Multimédia.** Produção do Teatro Académico de Gil Vicente.
- **Robert Fripp Soundscapes & the League of Crafty Guitarists.** Produção do Teatro Académico de Gil Vicente.
- **Eu não sou o Rappaport.** Representação teatral produzida e representada pela Bonifrates (TAGV).
- **Uma forma de escrita:** workshop sobre a curta-metragem, produzida e orientada por João F. L. Oliveira (FLUC).

- **Cinema, argumento, imagem:** conferência pelo Prof. Doutor Edmundo Cordeiro. Org. Centro de Literatura Portuguesa (FLUC).

Saliente-se que antes da I Semana das Artes os Estudos Artísticos da Faculdade de Letras haviam já organizado outra iniciativa, denominada *Musica 3Di Nova* – Nova Música na Universidade.

A colaboração de Francisco Monteiro com a Licenciatura de Estudos Artísticos está na origem deste evento globalizante no âmbito da música contemporânea. Especialista em música do século XX, pianista e compositor, a sua oferta inicial de um recital de música contemporânea evoluiu para um programa alargado e diversificado, aproximando o concerto da audição livre, do debate e da imagem. Com a supervisão do coordenador de música da licenciatura, José Maria Pedrosa Cardoso, o programa, a que se deu o título emblemático de *Musica3Di Nova* (Três dias de Música Nova), teve o apoio do Conselho Directivo e da Reitoria. Integrou os seguintes eventos:

- "Exposição-audição non stop" de música contemporânea de autores como Debussy, Schönberg, Messiaen, Pierre Boulez, Penderecky, Arvo Pärt, etc.

- Conferência-debate sobre o sentido das vanguardas em arte, com a colaboração de Vasco Granja, José M. Pedrosa e vários alunos representantes das três áreas dos Estudos Artísticos.

- Recital de piano por Francisco Monteiro (Teatro Paulo Quintela).

- Conferência «Música e Filosofia: De Schönberg a Wittgenstein» por Henrique Jales Ribeiro com a participação de J. M. Pedrosa Cardoso.

- Concerto com a "Oficina Musical do Porto".

- Conferência "Xenakis + Cárter, um arco musical sobre o Atlântico" por Rosário e Helena Santana (Universidade de Aveiro e I.P. da Guarda).

- Concerto pelo "Grupo de Música Contemporânea de Lisboa" sob a direcção de Christopher Bochmann.



MUSEUM

UMA NOVA LISTA DE DISCUSSÃO NA INTERNET

O desafio começara a ser lançado aos poucos, por pessoas ligadas ao património cultural e, sobretudo, a museus e à Museologia.

Tínhamos a *Archport*, da responsabilidade actual do signatário e de Maria da Conceição Lopes, uma lista electrónica de temática arqueológica, sediada no Centro de Informática da nossa Universidade, em ligação estreita com o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, em cujo seio se criara. Atingira os mil subscritores e boa parte das mensagens, para além dos temas mais directamente relacionados com a Arqueologia, assumiam também uma tónica mais generalista, sobre o património cultural e, amiúde, sobre Museologia. Havia, pois, um outro público, que se poderia abarcar e, por outro lado, chamar à partilha de ideias e divulgação de actividades, num domínio cada vez mais importante a nível local, regional e nacional: os museus, o património...

Acrescia a tal circunstância o facto de o Mestrado em Museologia e Património Cultural, nascido na Faculdade de Letras no ano lectivo de 1998-1999, estar a dar frutos, nos elos gerados entre os formados pela nossa Universidade e as instituições museológicas e/ou ligadas à problemática do Património Cultural – conceito, por seu turno, cada vez mais... avassalador! Aliás, vários estudantes já tinham perguntado da viabilidade de um projecto que congregasse os esforços neste domínio tão promissor: Carlos Oliveira, mestrando de 2004-2006, chegou mesmo a pôr em prática diligências concretas; e Graça Araújo, que defendera tese de mestrado em Fevereiro de 2006, andava entusiasmada com essa possibilidade de se criar um fórum de discussão e de partilha.

DAS PALAVRAS AOS ACTOS

Pôs-se, portanto, a questão ao Eng.º João Sá Marta, do CIUC: da eventualidade de, à semelhança da *Archport*, se criar a *Museum*, com idênticas características de funcionamento. Sá Marta não só assentiu como, de imediato, começou a

trabalhar no projecto, que abraçou com ambas as mãos. Dele é, portanto, a primeira mensagem-teste, datada de 19 de Dezembro de 2006.

Elaborou-se, pois, uma espécie de estatuto editorial, que, a 29 de Dezembro, se deu a conhecer ao rol dos primeiros que prontamente aderiram e a outros possíveis interessados, e que se difundiu através da *Archport* (mensagem de 2 de Janeiro de 2007).

Nele se explicitava que *Museum* era uma lista de discussão de conteúdo (in)formativo, preferencialmente vocacionada para as áreas da Museologia e do Património Cultural, aberta a todos quantos a ela quisessem aderir; bastando, para isso, acederem ao sítio <http://ml.ci.uc.pt/mailman/listinfo/museum> e procederem à sua inscrição; a todos os membros da lista cabia o direito de publicitarem as suas actividades e de fomentarem ou contribuírem para a discussão de temas considerados de interesse comum; seriam, por conseguinte, bem vindas todas as informações que visassem a criação de uma comunidade em torno da Museologia e da divulgação, defesa e valorização do património cultural. Frisava-se que, apesar da sua 'naturalidade' portuguesa, *Museum* não enjeitava – antes preconizava! – uma dimensão internacional, no mais amplo clima de globalização em que se vive, e, nesse sentido, acolheria de boa vontade informações veiculadas por listas suas congéneres e veria com agrado as suas informações (devidamente referenciada a origem) partilhadas por outras listas, salvaguardando-se sempre o que a lei estipular em termos de direitos de autor, nos casos aplicáveis.

Aproveitou-se desde logo o ensejo para as directrizes concretas de funcionamento: as mensagens não poderão exceder os 250 kb, salvo em casos verdadeiramente excepcionais, automaticamente submetidos à apreciação dos administradores da lista. Nesse sentido, não é recomendável o recurso a anexos (nomeadamente para veicular cartazes ou programas), substituindo-os pela indicação do e-mail através do qual poderão ser solicitados ou do site a consultar. Também não serão aceites sem reserva mensagens com mais destinatários nem com destinatários ocultos.

Extensão, por conseguinte, do Curso de Museologia e Património Cultural, *Museum* constitui uma iniciativa ímpar – outras (blogues, por exemplo, de idêntica temática...) lhe seguiram a pegada e, inclusive, a utilizaram para divulgação de novos sites museológicos.

No final do dia 26 de Abril, p. p., contava com 376 membros, sendo grande parte deles institucionais, de museus e entidades ligadas à Museologia e ao Património, nacionais e estrangeiros, que através de *Museum* noticiam sistematicamente as suas actividades. Veja-se que, nesse mesmo dia,

o total de mensagens constantes em arquivo era já de 175! Se pensarmos que a primeira (sem contar com o teste) data de 2 de Janeiro, teremos, em cerca de quatro meses, uma média de mais de uma mensagem por dia, o que, num âmbito tão específico, não pode deixar de nos deixar orgulhosos, colocando, mais uma vez, a Universidade de Coimbra e o seu Centro de Informática numa posição pioneira!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Administrador de *Museum*



NAUFRÁGIO ROMANO NOS CORTIÇAIS MAR DE PENICHE GUARDA SEGREDOS DE HÁ DOIS MIL ANOS

Quando, em Maio de 2005, alunos da Universidade de Coimbra mergulharam pela primeira vez na baía dos Cortiçais, estavam longe de imaginar o que lhes reservava o fundo do mar de Peniche.

Tudo começou na Primavera de 2004, quando Luís Santos Jorge, caçador submarino, avistou no fundo rochoso dos Cortiçais (costa sul de Peniche) alguns fragmentos cerâmicos. Entre Setembro e Dezembro de 2004, foram realizados vários mergulhos e intervenções no local. Estas missões, realizadas sob a responsabilidade de Jean-Yves Blot [arqueólogo convidado pelo CNANS (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática)], contaram com a participação de alguns membros do GEPS (Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas), do próprio achador e de alguns mergulhadores de Peniche (Clube Naval de Peniche). Os primeiros fragmentos cerâmicos, caracterizados por A. M. Dias Diogo como pertencentes a ânforas de tipo Haltern 70 de pasta bética, voltavam assim à superfície, passados mais de dois mil anos.

Depois destes primeiros mergulhos, o sítio voltou a ser visitado. Foram, desde então, realizadas duas campanhas subaquáticas, realizadas no início do Verão de 2005 e de 2006, e uma campanha terrestre, no Inverno de 2005.

A equipa constituída em Maio de 2005, dirigida por Jean-Yves Blot, tem trabalhado na divulgação e estudo arqueológico do sítio. As campanhas arqueológicas realizadas têm contado com o apoio do Museu e da Câmara Municipal de Peniche, bem como com a participação activa de associados do GEPS e de alunos da Universidade de Coimbra, ao abrigo do Protocolo de Cooperação firmado entre a UC e o GEPS em 12 de Novembro de 2004. A campanha de 2005 contou igualmente com o apoio de Mário Jorge Almeida, do Museu Nacional de Arqueologia. Rui Venâncio, arqueólogo do Museu de Peniche, bem como alguns arqueólogos e entusiastas da arqueologia subaquática são igualmente presenças constantes. As referidas intervenções transformaram os Cortiçais no primeiro caso confirmado de naufrágio de época romana em águas nacionais.

UM NAVIO CARREGADO DE HALTERN 70

Um naufrágio apresenta um espectro cronológico muito restrito, uma vez que os materiais associados à perda do navio, nomeadamente a respectiva carga comercial, correspondem a um período relativamente curto, que se situa entre o carregamento e a perda da mesma. Até ao momento não foram descobertos vestígios da embarcação propriamente dita. E a forte dinâmica marinha que se faz sentir no local reflecte-se na grande dispersão e abrasão dos fragmentos cerâmicos, eliminando qualquer informação referente à sua eventual localização a bordo do navio.

As ânforas de tipo Haltern 70 parecem ter constituído a carga principal do navio. Este tipo de contentor anfórico terá transportado essencialmente vinho e seus derivados, e foi tradicionalmente produzido na região da antiga província romana da Bética (Andaluzia), desde meados do século I a.C. a meados do século I d.C. Este tipo de ânfora apresenta uma grande difusão em todo o território actualmente português, tendo sido o vinho bético exportado para todo o Império Romano, principalmente durante a primeira metade do século I d.C. A descoberta de *sigillata itálica* a bordo fez-nos diminuir o horizonte cronológico do naufrágio. Os fragmentos de *sigillata* que recolhemos foram identificados como sendo de produção itálica por A. M. Dias Diogo, que os inseriu no intervalo cronológico de 15 a.C. a 15 d.C., época em que esta cerâmica fina foi amplamente exportada para o Ocidente peninsular.

O destino desta embarcação, que atravessou meio Atlântico, é uma incógnita. Mas o facto de ter naufragado tão próximo da costa de Peniche será apenas uma coincidência? Vários vestígios arqueológicos de época romana, existentes na área correspondente à antiga ilha de Peniche, parecem indicar que não.

O PROJECTO CORTIÇAIS

A parceria de várias entidades e valências neste tipo de actividades é cada vez mais importante e necessária.

O Projecto dos Cortiçais não existiria sem a colaboração e apoio do CNANS/IPA (Instituto Português de Arqueologia), do Museu e da Câmara Municipal de Peniche, do GEPS e da Universidade de Coimbra. Mas, mais importante do que o nome das instituições, são as pessoas que as representam e que, voluntariamente, “mergulharam” nos Cortiçais.

A via para a formação de jovens arqueólogos subaquáticos foi aberta, na Universidade de Coimbra, com a criação da cadeira de Arqueologia Naval, leccionada por Vasco Gil Mantas. E o subsequente protocolo, firmado entre a Reitoria da UC e o GEPS, veio proporcionar a integração de alunos em intervenções arqueológicas subaquáticas.

O objectivo deste projecto é, para além do estudo científico do achado, a formação profissional de jovens arqueólogos. Para isso, é indispensável que novas campanhas tenham lugar e que os resultados obtidos continuem a ser divulgados. Até lá, o mar de Peniche vai continuar a guardar os segredos de um dia de infortúnio para os marinheiros romanos!

SÓNIA BOMBICO
Arqueóloga, licenciada pela UC



EDUCAÇÃO FAMILIAR EM DEBATE XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA AIFREF

Entre os dias 11 e 14 de Abril, a Universidade de Coimbra foi a anfitriã do XI Congresso Internacional de Educação Familiar da AIFREF (*Association Internationale de Formation et de Recherche en Éducation Familiale*), tendo acolhido 389 participantes de 21 países diferentes. Foi um congresso multidisciplinar, tendo contado com a participação de um vasto número de especialistas que se dedicam à investigação e à intervenção no domínio da educação familiar; originários da Europa, América, África e Oceânia. Tal como foi referido na Sessão de Abertura, a multiculturalidade que sempre caracterizou Coimbra foi vivenciada claramente neste encontro de saberes oriundos de países tão diversos quanto o Brasil, Canadá, Alemanha, Burkina Faso, Austrália, Colômbia, Estados Unidos, Itália, Bélgica, Argélia, França, Espanha, Luxemburgo, Venezuela, Portugal, entre outros...

ORGANIZAÇÃO E OBJECTIVOS

Este congresso constituiu uma iniciativa da AIFREF (*Association Internationale de Formation et de Recherche en Éducation Familiale*), associação fundada em 1987, com sede na Bélgica (Universidade de Mons-Hainaut), que reúne investigadores de diversos países. Os principais objectivos desta associação são os seguintes: desenvolver a investigação e formação na área da Educação Familiar; possibilitar o intercâmbio entre investigadores e profissionais de todo o mundo; favorecer a difusão das investigações e dos modelos de intervenção em educação familiar; implementar a cooperação entre as universidades e os terrenos de intervenção com a finalidade de desenvolver o ensino, a investigação e a intervenção no domínio da educação familiar; organizar um congresso internacional de dois em dois anos. Os congressos anteriores realizaram-se em Mons – Bélgica (1987), Montreal – Canadá (1989), Paris – França (1991), Fribourg – Suíça (1993), Porto – Portugal (1995), Málaga – Espanha (1997), Pádua – Itália (1999), Saint Sauveur – Quebeque –

Canadá (2001), Leuven – Bélgica (2003) e Las Palmas – Canárias – Espanha (2005).

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e o Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social (IPC – Unidade de I&D da FCT) constituíram os patrocinadores deste encontro, coordenado por Graciete Franco Borges (docente da FPCE-UC, membro do IPC e do Conselho de Administração da AIFREF). As comissões científica e organizadora deste congresso integraram docentes e investigadores de diversas universidades nacionais e estrangeiras, nomeadamente de Coimbra, Porto, Lisboa, Trás-os-Montes e Alto Douro, Minho, Mons-Hainaut, Montréal, Trois-Rivières, Barcelona, Paris X, Florença e Fribourg.

PROGRAMA CIENTÍFICO

A temática deste Congresso, “*Família Plural, Educação Singular*”, pretendeu ir ao encontro do objectivo de reunir contribuições diversas, atendendo à pluralidade de saberes e de práticas e à pluralidade do viver em família. Tal pluralidade aglutinou-se, porém, em torno da Educação Familiar (Educação na e para a Família), o que conduziu à análise das estruturas familiares, do seu funcionamento interno e do seu relacionamento com os diferentes níveis do contexto social. Esta análise foi concretizada a partir do contributo de diversos intervenientes mediante a apresentação de dados provenientes da investigação e/ou da intervenção no domínio da Educação Familiar.

O programa científico contou com a apresentação de trabalhos nos seguintes seis domínios principais: Família e Desenvolvimento Pessoal; Família e Educação; Família e Saúde; Família e Justiça; Família e Redes Sociais; Abordagens Terapêuticas da Família. Os trabalhos foram organizados mediante diversas modalidades, tendo-se realizado sete conferências plenárias, 16 simpósios (três sessões de 5/6 simpósios simultâneos)

32 ateliês de comunicações orais (quatro sessões de oito ateliês simultâneos) e duas sessões de comunicações através de poster. A conferência inaugural de abertura foi proferida pelo Juiz Conselheiro Laborinho Lúcio (*Uma Criança para os Direitos*).

Organizaram-se igualmente duas sessões abertas ao público em geral: apresentação de uma original peça de teatro (Projecto Pais XXI – “Retratos de Família”) e um café pedagógico dedicado à questão da reprodução medicamente assistida.

BALANÇO FINAL

Na sessão de encerramento do Congresso foi claramente expressa a satisfação dos congressistas com o trabalho desenvolvido, estando a nossa Universidade de parabéns por

mais uma vez ter oferecido condições ímpares para o intercâmbio e estabelecimento de novas parcerias de investigação, neste caso na área da Família. O trabalho desenvolvido durante os quatro dias do encontro foi intenso e merecedor de uma publicação multilingue das actas, cuja preparação já foi iniciada com vista à divulgação do que foi objecto de debate durante o XI Congresso da AIFREF. Fomos muitos a tentar explorar o impacto das novas diversidades familiares e novas formas de educação familiar sobre o desenvolvimento humano.

Estamos certos de que a publicação resultante do trabalho realizado será um contributo singular para a pluralidade de questões que emergem face à contínua renovação dos factores identitários.



oficina
Dos Saberes

I M P R E S S Õ E S



A investigação, tecnologia, educação e inovação são sem dúvida componentes essenciais para o desenvolvimento sustentado e para o crescimento económico e competitividade da Europa.

Na sequência de vários anos de debate no seio da própria comunidade científica e das sociedades e organizações de ensino e investigação, e com um impulso decisivo da Presidência Europeia pela Dinamarca (2002), a Comissão Europeia cria, no âmbito do 7.º Programa Quadro, o Conselho Europeu de Investigação (*European Research Council*, mais simplesmente, ERC), consolidando assim a aposta na investigação, mas também inovando nos objectivos – apoio à investigação fundamental de fronteira – e na metodologia escolhida para a sua implementação – coube a uma Comissão de Identificação, constituída por um pequeno grupo de figuras proeminentes e coordenada pelo ex-comissário europeu Lorde Patten, definir as bases genéricas do futuro ERC e seleccionar os elementos que iriam integrar o seu Conselho Científico fundador.

Este Conselho Científico, nomeado no Verão de 2005, é constituído por vinte e dois investigadores e académicos europeus, escolhidos a título individual de entre as várias centenas de nomeações pelas associações e organizações científicas da Europa. Começou a funcionar logo em Janeiro de 2006 para poder preparar o programa do ERC com vista ao início do 7.º Programa Quadro, apesar da sua criação formal só ter ocorrido no final de Fevereiro de 2007.

OBJECTIVOS E METAS ATINGIDAS

A criação de um Conselho Europeu de Investigação vem introduzir uma nova dimensão e ambição na investigação na Europa. A sua missão é claramente distinta, e complementar, das agências nacionais ou das fundações científicas privadas. Ao longo do ano de 2006 o Conselho Científico definiu:

- a missão científica, estratégia global e as prioridades do ERC;

- os moldes da sua organização e funcionamento;
- a estrutura de coordenação e supervisão do funcionamento e implementação do programa;
- a metodologia e regras de concurso, a estrutura de avaliação, selecção e financiamento das propostas, e identificou os próprios avaliadores.

Identificados os principais estrangulamentos e pontos fracos da investigação na Europa, o Conselho Científico decidiu usar o orçamento de que dispõe para o período 2007–2013, 7 510 milhões de euros, na criação de dois tipos de bolsas de prestígio:

- Bolsas ERC de Início de Carreira (*ERC Starting Grants*), visando a fase inicial de actividade independente, em qualquer área do conhecimento, para investigadores ou académicos de qualquer nacionalidade, com doutoramento concluído há mais de dois e menos de nove anos.

Esta é uma fase crucial na carreira de um investigador, e que carecia na Europa de resposta adequada.

Estas bolsas, de montante generoso comparativamente às bolsas nacionais, são ainda caracterizadas por uma enorme flexibilidade, baseada na confiança, e permitirão atrair e fixar nas instituições europeias jovens investigadores de excelência, independentemente da sua nacionalidade.

Para os investigadores, elas serão uma oportunidade única de liberdade na escolha da instituição de acolhimento que melhor se adapta ao seu projecto, que terá de ser ambicioso.

Para as instituições, esta será a oportunidade de integrar e eventualmente recrutar investigadores seleccionados internacionalmente, através de um processo rigoroso e extremamente competitivo.

Ao primeiro concurso, encerrado a 25 de Abril, apresentaram-se mais de 9160 candidatos. Um número que fala das enormes expectativas dos jovens investigadores em relação ao ERC e da adequação da decisão do Conselho Científico ao identificar estas bolsas como uma prioridade.

O processo de avaliação está em curso. Na data limite do concurso o ERC tornou pública a lista dos cientistas que

integram os vinte painéis de avaliação. A selecção visará unicamente a excelência dos candidatos, a qualidade e ambição das propostas, a inovação e relevância do projecto na respectiva área, sem barreiras a áreas científicas, ou limites à criatividade.

- As Bolsas ERC para Investigadores Estabelecidos (*ERC Established Researchers Grants*) são o outro tipo de bolsas criadas. O concurso abrirá no próximo Verão, com vista à conclusão do processo de avaliação no início de 2008.

APOSTAS NO FUTURO

Em 2009 e anos seguintes, haverá dois concursos por ano, um para cada tipo de bolsas.

Actuando em nome da comunidade científica, e tendo presente a enorme expectativa associada à sua criação, o ERC pretende promover na Europa a criatividade e inovação, instigando à mudança no panorama da investigação, ao estabelecer, pela sua actuação, novos exemplos e padrões, em si mesmos sinais dessa transformação. A sua independência e

transparência de funcionamento perante a comunidade científica, a Comissão e Parlamento Europeus, e os próprios governos dos países membros, são uma marca fundamental.

As expectativas na Europa, e fora dela, são enormes, como clara e veementemente reafirmaram, na Conferência de Berlim que celebrou a criação do ERC, os diversos responsáveis da política científica em vários países dos cinco continentes.

Em vários países europeus, mesmo naqueles com longa tradição de investigação, estão em curso reestruturações das estruturas responsáveis pela coordenação nacional da investigação, em sintonia com o impacto do ERC. Ao mesmo tempo que fundações privadas se posicionam também num apoio inequívoco e em clara consonância com esta iniciativa europeia.

Este é um momento de mudanças profundas na abordagem da investigação fundamental e na afirmação da sua relevância para a competitividade da Europa.

TERESA LAGO
Membro do Conselho Científico do ERC



As encomendas de natureza institucional constituem uma metodologia habitual na carreira de Paulo Catrica. É o caso, por exemplo, dos núcleos dedicados à estruturação geográfica de Newcastle-upon-Tyne e outras cidades do Norte de Inglaterra (1997), à caracterização urbanística das áreas periféricas do Porto e de Lisboa (1998 e 1999) e ao levantamento das transformações territoriais da Madeira (2002). Nestas fotografias, como noutras, o artista protagoniza um modo de ver de matriz topográfica, ensaiando uma leitura da arquitectura enquanto pensamento e intervenção. Porém, nem sempre a sua prática passa pela observação dos lugares de ninguém, definidos pelo anonimato e indiferenciamento da dimensão arquitectónica, que definem a condição urbana na contemporaneidade. A título ilustrativo, refira-se a série “Parques e espaços abertos”, produzida pelo Centro de Artes Visuais em 2003, que focava a tipificação da identidade corporativa da economia global através do cruzamento de perspectivas dos edifícios-sede de importantes empresas e vistas dos seus interiores, em geral, e zonas de trabalho (como escritórios), em particular:

PROTAGONISTAS INSTITUCIONAIS E EDIFICADOS

A propósito da exposição “ $E=mc^2$ ”, promovida pelo Departamento de Física da Universidade de Coimbra e realizada no Museu Nacional da Ciência e da Técnica em finais de 2005, Paulo Catrica desenvolveu uma nova série, encomendada para a ocasião, inscrita na linha de acção do projecto apresentado no CAV. Assim, centrando a atenção do autor, o Departamento de Física assumiu-se como personagem principal de seis fotografias, que sintética mas expressivamente captam o seu espírito. Como habitual na sua prática, Paulo

Catrica valorizou a clareza no tratamento do assunto observado – instituído em objecto de estudo – anulando a narrativa, por um lado, e a subjectividade, por outro. Daí as marcas estilísticas destes trabalhos, que constroem a sua capacidade analítica, tanto conceptual como formalmente: enquadramentos frontais com perspectivas similares à do olhar humano; luz neutra, que evita jogos lumínicos e, portanto, igualiza os múltiplos elementos que compõem o plano pictórico; inexistência de traços psicológicos, traduzida na ausência de indivíduos.

A produção de Paulo Catrica questiona os locais que aborda, interpretando-os em vez de os documentar, fundando então um regime discursivo tangencial à realidade. Como declara o artista, “tenho consciência do domínio da ideia da câmara fotográfica como instrumento de evidência. Todavia, este primado baseia-se numa construção ideológica: por exemplo, a tomada de vista de uma paisagem não constitui mais do que a sua representação visual. A minha actividade alicerça-se nesta ambiguidade, somente permitida pela fotografia como meio de expressão: aproxima-se do real sem nunca chegar a sê-lo.” Este efeito provoca, então, um choque espaço-temporal, pois contradizem-se os dados específicos que viabilizam a identificação de um qualquer cenário. É que o seu desinteresse pelos actos quotidianos dos sujeitos invalida o carácter de vestígio que estas propiciam; porém, os componentes que integram as imagens possibilitam o seu reconhecimento. Daí que os atributos que as impregnam, embora relevem de uma qualidade genérica, não impeçam a emergência de significado ancorada na especificidade do sítio. Nestas obras, sente-se a disciplina de uma instituição educativa na organização dos elementos, desde o desenho espacial – com os longos corredores e o relógio de parede, por exemplo, a condicionarem a existência de alunos, professores e outros funcionários – à geometria do complexo edificado,





passando pela austeridade do auditório pontuado pelo quadro. Contudo, retrata-se igualmente a ciência, que emerge da ordem subjacente à disposição das máquinas ou do caos evocado pelo emaranhado de cabos, infundáveis computadores e outros equipamentos electrónicos. Nestes laboratórios que escapam à visualidade dominante da instância da experimentação, demasiado alicerçada nas batas brancas e tubos de ensaio que distinguem as disciplinas biomédicas, vive-se o que um famoso cientista uma vez disse (citado por

João Carvalho, docente do Departamento de Física): “a arte mais vigorosa de cada época é a que incorpora a realidade subjacente do Universo tal como compreendida pela ciência dessa época”. Tal o prova o extraordinário olhar – ou, para utilizar as suas próprias palavras, o “registo expectante” – de Paulo Catrica.

MIGUEL AMADO



UM PONTO DE APOIO...

Uma riqueza documental e patrimonial ímpar, uma tradição historiográfica secular, a existência, no presente, de uma importante massa crítica de investigadores que, de ângulos diversos, já se debruçaram sobre a realidade passada da Universidade de Coimbra, produzindo trabalho de mérito, postulam – ou mesmo exigem – a criação de uma estrutura que projecte e coordene de forma sistemática e contínua a elaboração da memória histórica da Alma Mater, alicerce de uma cada vez mais rigorosa definição identitária e de um projecto de futuro coerente com a sua missão multissecular. Tal criação colocaria Coimbra na senda de uma prática virtuosa – e fecunda – de outras universidades europeias.

Por força da sua própria dimensão institucional, a Universidade de Coimbra preserva a memória dos acontecimentos que marcam o seu quotidiano, registando-os formalmente: as normas pelas quais se regeu ao longo do tempo, o conjunto das deliberações dos seus órgãos colegiais, a relação dos que nela ensinaram ou aí se matricularam e graduaram, os instrumentos jurídicos de natureza contratual – para apenas citar alguns exemplos – constituem séries praticamente ininterruptas que mergulham num passado já de séculos; a par destas, a produção, menos formal mas de extrema relevância, de conteúdos científicos, conhecidos através de obras publicadas ou simplesmente vazados em apontamentos manuscritos, de que se conserva ainda um conjunto notável e praticamente inexplorado; a correspondência com os órgãos tutelares do governo, o percurso dos graduados e a sua acção social e política, os testemunhos por muitos deles exarados em “memórias” saudosas de um tempo rico de afectos e vivências constituem igualmente filões importantes de um acervo documental em boa parte preservado no Arquivo da Universidade de Coimbra mas que se encontra disperso por muitos outros.

HISTÓRIA DAS HISTÓRIAS DA UNIVERSIDADE

Vem de longe a vontade e a prática de fazer; à maneira de cada época, a história da Universidade. Porque aqui se trata de um simples apontamento, citarei apenas, por exemplar, o caso de Francisco Carneiro de Figueiroa: primeiro, por se tratar de um Reitor (entre 1722 e 1744) que leu os sinais do seu tempo – acabara então de ser fundada a Academia Real da História Portuguesa – associando-se pessoalmente à corrente que então se iniciava através da redacção das Memórias da Universidade de Coimbra e fornecendo numerosos elementos informativos ao notável académico Francisco Leitão Ferreira, que resultaram na elaboração das Notícias Cronológicas e do Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra; depois, por se delinear já, neste começo, para além da seriação cronológica das efemérides, a prosopografia dos protagonistas mais destacados da vida universitária, reitores e professores.

Viajando no tempo até aos dias de hoje, podemos atestar que, por ocasião do 7.º Centenário, entre outras realizações, se organizou um Congresso ao qual apresentaram comunicações cerca de centena e meia de estudiosos dos mais diversos quadrantes; que à volta da intenção de candidatura da Universidade a Património Mundial da Humanidade foi possível congregar, não de forma espontânea mas respondendo à voz de uma *auctoritas* unificadora, um conjunto numeroso – cerca de três dezenas – de pessoas e competências que colocaram na mesa comum um variado leque de textos-síntese, fruto de esforços individuais que nesse momento concreto convergiam para uma finalidade que a todos dizia respeito e interessava; que, no passado dia 7 de Novembro de 2006, um pequeno grupo de investigadores se reuniu, emblematicamente na Sala D. João III do Arquivo, para reiterar o desiderato de prosseguir os estudos de História da Universidade, tendo ouvido o testemunho de dois colegas de

Salamanca, fazendo o balanço altamente positivo de cerca de dez anos de actividades do Centro de Historia Universitária Alfonso IX, de que são coordenadores, e projectando novas realizações entre as quais a da constituição de uma rede europeia e latino-americana de Centros de História Universitária, na qual gostariam de ver Coimbra incluída.

Não será então este o tempo oportuno para criar um pólo unificador – Centro, Gabinete, Instituto... – capaz de fazer convergir em projectos concretos as numerosas competências existentes neste domínio? Que inventariasse fontes, reunisse bibliografia especializada, programasse estudos, organizasse reuniões científicas, divulgasse resultados, fomentasse

intercâmbios, respondesse às solicitações das equipas dirigentes da Universidade? Uma estrutura leve, ágil, intermediária entre os saberes – e as pessoas que os detêm – e as realizações, fomentadora do diálogo com estruturas similares de outras universidades e países. Em suma, um ponto de apoio para uma alavanca que, com o seu contributo específico, auxiliasse a percorrer os caminhos do futuro, que não se constroem sem a consciência do que se é, alicerçada na memória do que já se andou.

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA



A chamada “crise ambiental”, que tem agora no aquecimento global a sua maior e mais dramática manifestação, é considerada por uma larga maioria, como o maior desafio que alguma vez a humanidade enfrentou. “Estamos a testemunhar uma colisão maciça e sem precedentes entre a nossa civilização e a Terra” (Al Gore, 2006. **Uma Verdade Inconveniente – A emergência Planetária do Aquecimento Global e o que podemos fazer em relação a isso**. Esfera do Caos Editores: p. 214. Os dados atestam-no: a estratégia que se seguiu foi demasiadamente arriscada. Desde os primeiros avisos e alertas sobre aquecimento global, do início da década de 90 aos dias de hoje, passaram uns preciosos 20 anos.

A noção deste clamoroso erro alastra já na consciência global: “Enganámo-nos completamente em relação ao ambiente. Nos anos 1960 foi ignorado, quando já era uma grande questão no final da era da industrialização” (Bertrand Badie, **Público**, DiaD, 5 Janeiro de 2007).

Sabemos hoje que globalização, interdependência e complexidade sempre existiram na natureza, e que esta não esperou que o homem as decifrasse para interagir como um único corpo vivo.

Se é necessária uma outra revolução industrial, que passa obrigatoriamente pela descarbonização da economia, temos consciência que os ajustes tecnológicos sem mais, não resolvem um problema de base do padrão de relações.

A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES

Todos os estados estão em contacto directo com partes que são insusceptíveis de divisão e apropriação jurídica, e que circulam por todo o planeta: a atmosfera e hidrosfera. O problema não está no funcionamento dos sistemas naturais, o problema está no homem e numa deficiente adaptação das sociedades humanas às circunstâncias impostas pelo planeta que habitam, o qual é dominado por profundas e intrincadas inter-relações naturais.

Existe portanto um problema jurídico de gestão, coordenação e conciliação de uma multitude de domínios humanos, exercidos sobre um mesmo bem materialmente indivisível e, por isso, requer uma gestão comum.

Condomínio da Terra tem como objectivo conciliar os homens com o seu planeta, possibilitando a coexistência de soberanias autónomas num espaço colectivo, ou seja, um poder político, supremo e independente, relativo à fracção territorial de cada estado, e partilhado, no que concerne as partes comuns.

A premissa base desta nova proposta, e que altera de todo os esquemas até hoje experimentados e sugeridos de relacionamento dos povos humanos entre si, é encarar a Biosfera como um bem único e indivisível e não confundir a realidade do planeta com o sistema organizatório interno da sociedade, e reflectir isso na forma como os homens se organizam na Terra. Se a Terra é una e indivisível, é assim que terá de ser tratada por todos os povos. E como o faremos? Criando um sistema que divide o que poderá ser objecto de soberanias individuais (Litosfera) e que mantém comum o que não se pode reduzir à dimensão da organização estatal (Atmosfera e hidrosfera).

10 Princípios do Condomínio da Terra:

- 1 • Temos de encarar a crise ambiental mundial, não como um problema do ambiente, mas como um problema da Comunidade dos Homens.
- 2 • Para resolver a crise ambiental mundial, temos de resolver o problema jurídico da coordenação duma multitude de soberanias (Estados) exercidas sobre um bem materialmente indiviso (Terra), conformado por componentes insusceptíveis de divisão jurídica, mas dos quais todas as soberanias são funcionalmente dependentes.
- 3 • Só na definição e prossecução do interesse comum (Terra), será possível continuar a garantir, a cada Estado, os seus direitos – sob pena de estes brevemente deixarem de ter objecto.

4 • Um projecto Condomínio da Terra tem de distinguir as fracções estaduais das partes comuns: cada condómino é soberano dentro do seu território e, ao mesmo tempo, detentor de uma soberania partilhada das partes comuns do planeta.

5 • As partes comuns são constituídas pelas partes que, de um ponto de vista ambiental, são: a) necessariamente comuns (a Atmosfera e Hidrosfera), e b) presumidamente comuns (a Biodiversidade).

6 • Existirá um regulamento do Condomínio da Terra que disciplina o uso, fruição e conservação das partes comuns, e uma Administração que será eleita em Assembleia de Condóminos (Estados).

7 • Existe um direito/dever igual *per capita* no uso/conservação dos bens comuns; logo a votação relativa de cada condómino deverá ser aferida em função do número de habitantes de cada soberania.

8 • Cada condómino compartilhará nas despesas necessárias à conservação ou fruição das partes comuns, de forma equitativa, em função do número de habitantes ou do uso efectivamente realizado de partes comuns, quando este for determinável, no sentido de garantir a coincidência entre o óptimo social e o óptimo ecológico.

9 • Competirá ao Administrador do Condomínio receber todas as verbas provenientes dos condóminos e promover projectos de conservação e melhoramento das partes comuns, bem como, compensar todos os condóminos que no seio dos seus estados contribuam para a sua manutenção e melhoramento.

10 • Compete ao Condomínio da Terra descobrir formas de compatibilizar os sistemas jurídico e económico com o Sistema Natural Terrestre.

PAULO MAGALHÃES



No início do século XXI, algumas das maiores questões políticas e académicas prendem-se com o ambiente, a sustentabilidade, a qualidade de vida e a saúde. Estas preocupações são talvez o resultado da progressiva urbanização do espaço e da aparente contradição entre o papel historicamente desempenhado pelas cidades, enquanto criadoras de riqueza e geradoras de bem-estar; e a actual realidade, pobreza, insegurança e anomia. Por outro lado, reconhece-se actualmente que o ambiente (Lugar: contexto sociomaterial) influencia o bem-estar individual e comunitário. Porém, permanece a tarefa de identificar com precisão as características ambientais que podem influenciar estas facetas da vida humana e a forma como podem ser medidas. Daí que a questão crucial é saber como identificar, medir, avaliar e monitorizar os factores de vulnerabilidade, dado que esse conhecimento é fundamental ao desenvolvimento de intervenções de planeamento sustentável e saudável, objectivos incluídos na Agenda 21.

Durante três anos (de Outubro 2004 a Outubro de 2007) um grupo de trabalho, por mim coordenado, avaliou o funcionamento urbano (aspectos do ambiente físico e social) nas suas inter-relações com a sustentabilidade e a saúde na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

DIZ-ME ONDE VIVES, DIR-TE-EI COMO É

A título de exemplo, apresenta-se um dos resultados a que chegou a investigação, coordenada por mim, que tinha como objectivo conhecer o efeito dos factores ambientais no Índice de Massa Corporal (IMC) da população residente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) (SANTANA et al. 2006). Foi analisada a contribuição do ambiente sociomaterial local, formado por múltiplas dimensões – por exemplo, qualidade dos alojamentos, acessibilidade ao transporte público, segurança rodoviária, ocorrência de crime, capital e coesão social, disponibilidade de diversos equipamentos e infra-estruturas (espaços verdes, desportivos, comercialização de produtos alimentares frescos) – e factores individuais – género, idade,

prática de exercício físico e dieta – no risco de possuir excesso de peso/obesidade (estes últimos recolhidos no Inquérito Nacional de Saúde 1998/99).

Foi confirmada a associação positiva entre privação material e excesso de peso/obesidade. Indivíduos residentes em áreas de maior privação apresentam probabilidades aumentadas (10 por cento mais por cada desvio-padrão) de registarem peso excessivo. Em relação à disponibilidade de equipamentos de desporto, o modelo sublinha a associação negativa com o IMC: indivíduos residentes em áreas mais carenciadas destas facilidades (um desvio-padrão) têm mais probabilidade (11 por cento) de registarem obesidade/excesso de peso. A disponibilidade de equipamentos de lazer e recreação incluindo os espaços verdes influencia também o IMC, verificando-se que indivíduos residentes em áreas de maior disponibilidade (um desvio-padrão) apresentam uma probabilidade 22% menor de possuir excesso de peso.

Os modelos elaborados comprovam a influência das determinantes ambientais no IMC, para além da influência dos atributos individuais, à semelhança de Robert e Reither (2004) e Van Lenthe et al. (2005). Disponibilidade de equipamentos (desportivos, de lazer e recreação) diversificados e a privação material condicionam a prática de actividade física, sobretudo a proporcionada por saídas a pé e de bicicleta, com impactes no IMC. Porém, algumas determinantes ambientais, teoricamente relacionadas com a actividade física e com o IMC – disponibilidade de produtos alimentares frescos, insegurança rodoviária, acessibilidade ao transporte público e capital/coesão social – não revelaram influência significativa nos modelos elaborados.

Estes resultados evidenciam o papel do planeamento urbano – nomeadamente nas questões relativas à disponibilidade de espaços verdes, de equipamentos de desporto e recreio, à forma/desenho urbanos, usos dos solos e promoção de transportes sustentáveis – na saúde da população, medida neste trabalho de investigação pelo Índice de Massa Corporal. Em relação à forma/desenho urbanos e usos do solo, sublinha-se a necessidade de dar prioridade a espaços públicos,

parques e espaços verdes, que incrementem a actividade física (saídas a pé e de bicicleta) e a interacção social (PITTS, 2004).

Geógrafos, epidemologistas, arquitectos, técnicos de planeamento, políticos e gestores, entre outros, podem contribuir para o surgimento de morfologias e funcionalidades urbanas que encorajem as populações a caminhar e a andar de bicicleta, como meio de transporte e de lazer, promovendo-se deste modo o aumento dos níveis de actividade física e das interacções sociais, com consequências positivas no IMC e na saúde em geral.

Investigadores do Projecto: Helena Nogueira, Rita Santos, Cláudia Costa e Luísa Couceiro

Projecto “Planeamento Urbano Saudável. Desenvolvimento e aplicação de um modelo ao caso da Amadora” (POCTI/GEO/45730/2002) financiado pela FCT.

Bibliografia:

PITTS, A. *Planning and Design Strategies for Sustainability and Profit*. Oxford: Elsevier Architectural Press, 2004.

ROBERT, S.A. e REITHER, E.N. *A multilevel analysis of race, community disadvantage, and body mass index among adults in the US*. *Social Science & Medicine*, 59, 2421-2334, 2004.

SANTANA, P.; NOGUEIRA, H. e SANTOS, R. (2006), “Impacts of Urbanization on Weight Gain and Obesity in Portugal”. In: *Urban Changes in Different Scales: Systems and Structures*. R. González (ed.). Universidade de Santiago de Compostela, Publicacións, p. 275-286.

VAN LENTHE, F.; BRUG, J. e MACKENBACH, J. *Neighbourhood Inequalities in Physical Inactivity: The Role of Neighbourhood Attractiveness, Proximity to Local Facilities and Safety in the Netherlands*. *Social Science & Medicine*, 60, p. 763-775, 2005.

PAULA SANTANA

Coordenadora do projecto financiado pela FCT-POCTI/GEO/45730/2002



ALUNOS DA FEUC DISTINGUIDOS

Uma equipa de estudantes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), vencedora portuguesa do Jogo de Gestão Estratégica *Trust by Danone*, foi a França conquistar o 2.º lugar na final mundial.

Depois de terem vencido a final nacional do *Danone Trust* (que contou com a participação de 60 equipas, num total de 300 alunos), a equipa *Freakonomists*, constituída pelos alunos da FEUC Leonor Silva, Ana Margarida Pinho, Cristina Faria, José Manuel Costa e Luis Viegas, foi a Paris disputar a final internacional, num confronto directo com equipas de mais 15 países.

Entre os dias 29 e 30 de Março, a equipa teve de dar resposta a um caso concreto e relacionado com a realidade daquela multinacional em Portugal: Como aumentar a quota de mercado perante a concorrência das ‘marcas brancas’? A solução encontrada pelos alunos da FEUC impressionou favoravelmente os diversos responsáveis da Danone que avaliaram os concorrentes – entre os quais o CEO, Franck Riboud – e valeu-lhes a segunda posição.

Já na fase nacional, os *Freakonomists* haviam “assumido” a liderança da uma empresa do Grupo Danone e apresentado as suas estratégias de mercado – um plano a três anos visando um crescimento rentável e construindo cenários de confiança para os accionistas, gerindo todas as vertentes de uma unidade empresarial.

COOPERAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO

A Universidade de Coimbra e os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) assinaram no passado dia 25 de Maio um protocolo de cooperação que visa encontrar políticas e práticas de gestão inovadoras para aumentar níveis de eficiência económica e social no contexto do bem-estar e do equilíbrio entre vida e trabalho.

O protocolo foi assinado pelo Reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Seabra Santos, o Presidente do Conselho

B R E V E S

de Administração dos HUC, Fernando Regateiro, o Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), José Soares da Fonseca e o Director do Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEISUC), Pedro Lopes Ferreira. Espera-se que a multidisciplinaridade da FEUC – nomeadamente reflectida nos trabalhos desenvolvidos pelo *Coimbra Centre for Innovative Management* (CCIM) – e a especificidade do CEISUC venham a dar um contributo significativo para uma melhor gestão hospitalar no contexto de uma grande instituição de interesse público como os HUC, beneficiando esta cooperação com a articulação de políticas de desenvolvimento desenhadas no âmbito da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, assim como da Câmara Municipal de Coimbra, para que seja possível o *Cluster* da Saúde.

SOS LIVRO ANTIGO

A Universidade de Coimbra quer encontrar aliados no mundo empresarial para restaurar e digitalizar os livros da Biblioteca Joanina cujo estado de conservação actual justifique a intervenção.

A intenção foi revelada na apresentação pública da campanha ‘SOS Livro Antigo’, que decorreu na Biblioteca Joanina, durante a qual se ficaram também a conhecer as possibilidades que se abrem às empresas e organizações que aderirem ao projecto, e onde se inclui a utilização do espaço da Biblioteca Joanina para eventos de diversa natureza (recitais, concertos, reuniões, lançamentos, etc.).

Entre as obras a restaurar no âmbito desta campanha estão, por exemplo, a 1.ª edição d’ *Os Lusíadas* de Luís de Camões (cuja impressão, de 1572, terá sido acompanhada pelo próprio poeta) ou uma Bíblia manuscrita do século XIII.

Através da campanha ‘SOS Livro Antigo’, empresas e organizações poderão empenhar-se em acções de recuperação de obras que são verdadeiras preciosidades bibliográficas, assegurando o restauro de algumas obras emblemáticas. Está

também prevista a possibilidade de digitalização, de modo a que, usando as novas tecnologias, o público possa ter acesso directo aos livros antigos restaurados.

No sítio da campanha (<http://www.uc.pt/bguc/soslivro>) é possível consultar uma listagem das obras a restaurar, bem como o regulamento de utilização da Biblioteca Joanina. Estão ainda disponíveis uma *hot-line* (239 859 828) e um endereço de correio electrónico (soslivro@bguc.pt).

DIGITALIZAR PARA PRESERVAR

Projecto inédito em Portugal vai facilitar investigações históricas, agilizar o acesso do público em geral a estes dados e ajudar a preservar documentos que fazem parte do património nacional.

“Digitalizar para divulgar e preservar o conhecimento” vai permitir a consulta de documentos – desde o século xv – guardados pelo Arquivo da Universidade, em qualquer parte do mundo.

Serão cerca de 21 mil fichas de livros notariais e mais de 13 mil livros paroquiais, desde o século xv e de todos os concelhos do distrito de Coimbra, que serão digitalizados e disponibilizados *online* pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, no âmbito do projecto “Digitalizar para divulgar e preservar o conhecimento”.

Até meados de 2008, os mais de um milhão de documentos existentes nestes dois núcleos documentais, da máxima importância para a investigação nas áreas económica, social, demográfica, sociológica ou religiosa, estarão acessíveis a partir de qualquer computador, o que permitirá realizar em alguns meses aquilo que, actualmente, demora largos anos a concretizar.

Assim, os tradicionais ficheiros em papel, de consulta apenas presencial durante os períodos de funcionamento do Arquivo, serão convertidos em ficheiros em suporte informático, possibilitando um acesso fácil, rápido e conveniente, a qualquer pessoa, no país ou no estrangeiro, a qualquer hora do dia. Desta forma, também os documentos originais serão

preservados, ao reduzir-se a sua exposição, em nome da memória futura.

À PROCURA DA ORIGEM DO UNIVERSO

Está a funcionar desde o início de Junho, no Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP), o novo nó de computação GRID.

Este novo nó faz parte de uma rede internacional de computação que analisará os dados do novo acelerador do CERN – Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (o mais importante centro de investigação mundial em Física de Partículas), que entrará em exploração no próximo ano e que ajudará a responder a diversas questões fundamentais da natureza, como a origem e a constituição da matéria.

Face ao imenso volume de dados a recolher e os complexos cálculos que a sua análise acarreta, seria impossível realizar tal tarefa se a informação se concentrasse no CERN. A solução encontrada passa por permitir o acesso da comunidade científica a meios de cálculo disponibilizados por diferentes laboratórios de diversos países – a tecnologia GRID.

Com este novo nó, os investigadores da UC, que já podiam aceder a tais serviços submetendo os seus cálculos de simulação das experiências à GRID, passam também a disponibilizar à comunidade EGEE – *Enabling Grids for E-sciencE* mais um significativo nó de computação que se prevê alargar muito significativamente ao longo dos próximos anos.

O sistema implementado pelo LIP Coimbra é inicialmente constituído por cem unidades de processamento (que formaram até ao ano passado o sistema de computação conhecido por Centopeia, instalado pelo Centro de Física Computacional da Universidade de Coimbra) e 5 TB (cinco mil gigabytes) de discos para armazenamento temporário de dados, dispondo de uma ligação rápida à rede científica nacional (RCCN).

[informação disponibilizada pelo Gabinete de Comunicação e Imagem da UC]

R I B A L T A

oficina
Dos Saberes



SEIVA TRUPE UMA BREVÍSSIMA HISTÓRIA

Há 34 anos, um grupo de jovens actores profissionais, entre os quais, António Reis, Estrela Novais e Júlio Cardoso, resolveu pôr em prática uma ideia que já há anos vinha a germinar no pensamento de cada um deles.

Perante um teatro cada vez mais amordaçado pelo rigor da censura e comprometido, que não tinha em consideração os objectivos de toda uma actividade teatral, o público era inexoravelmente cada vez mais afastado das salas de espectáculo.

E foi assim que este grupo de jovens actores profissionais resolveu meter a ombros a tão difícil tarefa e criou no Norte do país uma companhia de teatro, integrada num projecto cultural que rompesse com tal estado de coisas e levasse aos públicos o teatro e a cultura que eles mereciam; reconhecendo os reduzidos parâmetros de motivação, mas ao mesmo tempo integrando-se e dinamizando o movimento do teatro independente que começava a despontar, tornando-se deste modo num exemplo para o aparecimento de outros novos agrupamentos profissionais no País.

Um teatro de rigor artístico, cultural e de comunicação.

PARA ALÉM DO PALCO

Nestes 34 anos, a SEIVA TRUPE tem promovido um sem número de actividades paralelas, como: colóquios, conferências, recitais, mesas-redondas; estreitou laços de amizade com dezenas de colectividades; publicou cadernos de apoio; promoveu encontros de teatro, recitais de música contemporânea e de jazz, ciclos de cinema, e apoiou técnica e artis-

ticamente muitos agrupamentos. Promoveu diversos concursos de textos de teatro, de prosa e de poesia, editou serigrafias de teatro. Organizou e participou em diversas efemérides culturais.

Há vários anos que foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública (1993).

Tem participado em inúmeros festivais no país e no estrangeiro.

Organizou vários Cursos de Teatro, por onde passaram centenas de pessoas, muitas das quais foram dinamizadas para orientação e ampliação de grupos de teatro amador de colectividades e de empresas, outras dedicaram-se ao ensino de teatro e outras ainda seguiram o profissionalismo.

Institui bianualmente o Prémio SEIVA destinado a distinguir as individualidades que através das suas obras ou das suas actividades mais tenham contribuído para o progresso, dignificação e prestígio das artes, das letras e das ciências, da cidade do Porto. Pelo seu significado e crivos de atribuição é hoje um dos mais representativos do Porto.

Foi um dos principais impulsionadores e criadores do FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, bem como da fundação da Academia Contemporânea do Espectáculo, da ADN – Agência para o Desenvolvimento do Norte Teatral e da AMAR – Associação Mutualista dos Artistas – Casa do Artista/Norte.

Durante estes 34 anos de existência produziu já 106 espectáculos de teatro, sendo de salientar que muitos deles obtiveram prémios importantes e de referência, tanto no País como no estrangeiro.

ALGUNS NÚMEROS ATÉ 31/03/2007:

6.527 representações; 1.254.320 espectadores e mais de 180.000 Km percorridos.

ACTIVIDADES PREVISTAS [2.º SEMESTRE DE 2007]:

Yepeto, de Roberto Cossa. Direcção/Encenação: Júlio Cardoso. Actores: António Reis e Tiago Castro [em digressão] • **Ardente Paciência – O Carteiro de Pablo Neruda** de António Skármeta. Direcção/Encenação: Fernando Gonzalez Mardones. Estreia: Outubro 2007. Local: Teatro do Campo Alegre • **Oxigénio**, de Carl Djerassi / Roald Hoffmann. Direcção / Encenação: Júlio Cardoso. Elenco: António Reis, Fernando Landeira, Isabel Queirós, Luís Mestre, Mariana Assunção e Marta Gorgulho. Apresentações em Lisboa: Dezembro / 2007.

C I M A G O**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM MEIO AMBIENTE, GENÉTICA E ONCOBIOLOGIA**

Desde os anos 60 do século XX que a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra dedica particular atenção à problemática do cancro, cuja incidência aumenta com o maior desenvolvimento socio-económico, quer como consequência do envelhecimento quer por mudanças nos estilos de vida. O Centro de Coimbra do IPOFG [Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil] resultou do esforço e grande envolvimento de professores da Faculdade de Medicina, como Luís Raposo e Ibérico Nogueira.

No final da década de 80, mais precisamente em 1987, a Faculdade de Medicina passou a patrocinar a realização anual de "Seminários de Oncologia Clínica", designados no presente "Actualizações em Oncologia", que no início tiveram como grande objectivo compensar a inexistência do ensino integrado da Oncologia aos alunos da licenciatura em Medicina. A criação de uma disciplina de Oncologia no 6.º ano da licenciatura foi aprovada pelo Conselho Científico da Faculdade de Medicina em 1989 e continua a fazer parte integrante do plano curricular. Posteriormente, em 1992, este reconhecimento estendeu-se à licenciatura em Medicina Dentária.

Também na década de 80, os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) criaram a Comissão de Coordenação Oncológica e posteriormente foram institucionalizadas as Reuniões de Decisão Terapêutica. No ano 2000, entrou em funcionamento um moderno e bem equipado Serviço de Radioterapia, bem como um Hospital de Dia de Oncologia, que resultou da centralização dos então existentes. Nos últimos anos, foram publicados quatro volumes sobre "Protocolos de Diagnóstico e Tratamento do Cancro", nos HUC.

CONTEXTOS E MISSÃO DO CIMAGO

A necessidade de acompanhar o desenvolvimento dos métodos de diagnóstico e tratamento do cancro por uma investigação translacional foi sentida pelo corpo docente e pelos investigadores da Faculdade de Medicina. Já em 1994, o

Conselho Científico aprovou a criação de um Centro de Oncobiologia. Vicissitudes várias não permitiram então o desenvolvimento desse projecto.

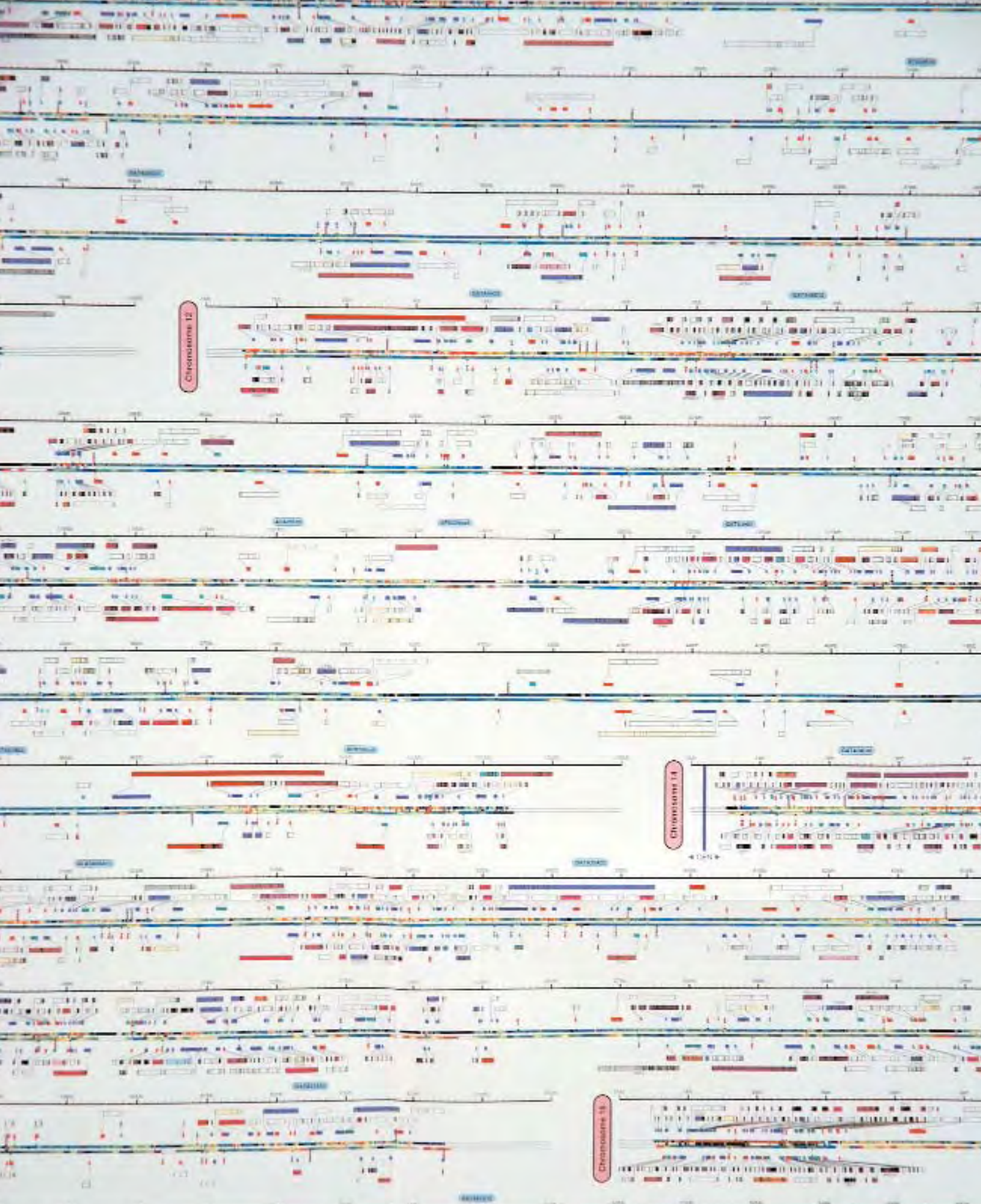
No final de 2003, foi criado, no seio da Faculdade de Medicina, o Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia (CIMAGO) com o objectivo de exercer e de promover a investigação científica fundamental e aplicada e o desenvolvimento experimental sobre os vários aspectos relacionados com o Ambiente, a Genética e o Cancro.

Para a prossecução dos seus objectivos tem o CIMAGO congregado os investigadores interessados nesta área do conhecimento científico, estimulando a criação de grupos interdisciplinares e interinstitucionais de excelência, que, até ao final do primeiro semestre de 2006, desenvolveram 58 projectos. Também tem participado na preparação de quadros científicos e técnicos destinados às actividades nas várias áreas científicas e tecnológicas, assegurando acções formativas, de reciclagem e de actualização.

O recurso a diversificado equipamento instalado em múltiplos laboratórios de várias instituições levou à elaboração de uma base de dados, onde consta esse equipamento e os respectivos responsáveis, disponíveis para participar em projectos no âmbito do CIMAGO.

Os esforços, o entusiasmo e a capacidade científica dos intervenientes permitiram a concretização de uma massa crítica em expansão, que englobava, até final do primeiro semestre de 2006: 47 doutorados, 12 alunos de doutoramento, 13 alunos de mestrado e 83 investigadores e técnicos, que recorreram ao CIMAGO como centro incubador de projectos, aos quais foram atribuídos os recursos financeiros necessários.

O funcionamento do CIMAGO é da responsabilidade da Direcção e do Conselho do Centro, através da sua Comissão Coordenadora. O Conselho Consultivo Interinstitucional, no qual participam todas as entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, que colaboram activamente para o cumprimento dos objectivos definidos, é indispensável ao normal desenvolvimento dos projectos e inclui diversos parceiros.



Actualmente, o Conselho é constituído pelas seguintes entidades: Faculdade de Medicina da UC, Administração Regional de Saúde do Centro, Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da UC, Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente da UC, Centro de Histocompatibilidade do Centro, Centro de Investigação del Cancer da Universidade de Salamanca, Centro Hospitalar de Coimbra, Hospitais da Universidade de Coimbra, Instituto Tecnológico e Nuclear, Laboratório de Biologia Molecular e Genómica da Universidade de Aveiro, Universidade dos Açores, Fundação Luso-Americana, Associação para Inovação Tecnológica e Qualidade, Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, Núcleo do Centro da Liga Portuguesa Contra o Cancro, Amgen Biofarmacêutica, Lda, Bristol-Myers Squibb – Divisão Oncológica, Glaxo Smith Kline, Lilly Farma – Produtos Farmacêuticos Lda., Novartis Farma, Produtos Farmacêuticos SA, Roche Farmacêutica Química Limitada, Sanofi-Aventis Lda. e Schering- Plough Farma, Lda.

INVESTIGAÇÃO MULTIDISCIPLINAR E ACTUAÇÃO TRANSVERSAL

O CIMAGO estabeleceu protocolos de colaboração com várias entidades universitárias, hospitalares e outras, que comungam dos mesmos objectivos (tanto no âmbito nacional como internacional) e que se disponibilizaram para a participação activa no desenvolvimento dos projectos de investigação.

O financiamento dos projectos de investigação tem sido, não só da responsabilidade da Faculdade de Medicina, mas tam-

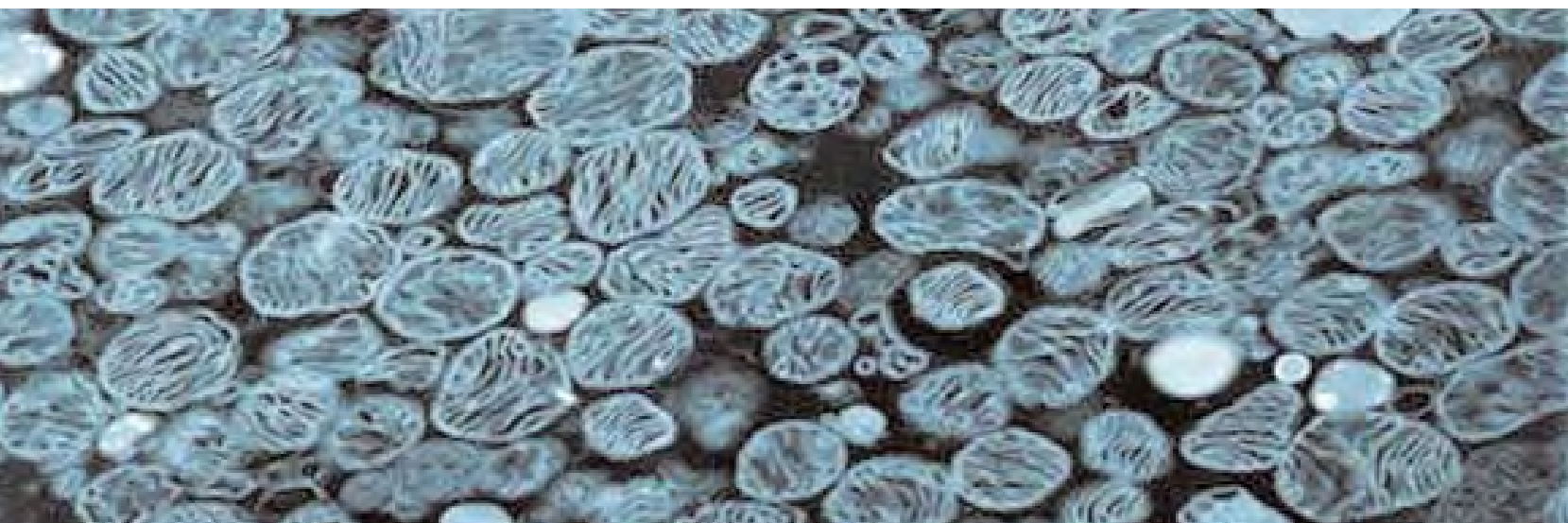
bém dos membros do Conselho Consultivo Interinstitucional, de fundações e de instituições de utilidade pública nacionais e estrangeiras, de empresas privadas nacionais e estrangeiras e de donativos.

O CIMAGO é o único centro no âmbito da doença oncológica que, na zona centro do país, desenvolve uma actividade de investigação abarcando o meio ambiente e uma actividade de investigação translacional que envolve a genética e a oncobiologia, integrando numerosas instituições públicas e privadas num projecto integrado, interdisciplinar e interinstitucional. Encontra-se numa fase inicial de desenvolvimento, dado que em termos efectivos os primeiros projectos de investigação se iniciaram em 2004. Bi-anualmente, estes projectos têm sido avaliados por uma comissão e são atribuídos financiamentos em função do cumprimento dos objectivos. Cerca de 10 por cento dos projectos estão concluídos e em fase de redacção e/ou aceitação para publicação em revistas internacionais e mais de metade já ultrapassou 50 por cento de desempenho. Nos últimos dois anos, os resultados da investigação a decorrer têm sido divulgados em congressos e reuniões científicas nacionais e internacionais.

No final de 2005, foi criada a Associação de Apoio ao CIMAGO (ACIMAGO) que procura agilizar o apoio financeiro ao Centro e divulgá-lo junto de eventuais financiadores e do público em geral.

O CIMAGO e a ACIMAGO têm as suas sedes administrativas na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e está disponível no seguinte endereço: www.cimago.org.

CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
Presidente da Direcção do CIMAGO



O DOSSIÊ MITOCÔNDRIA

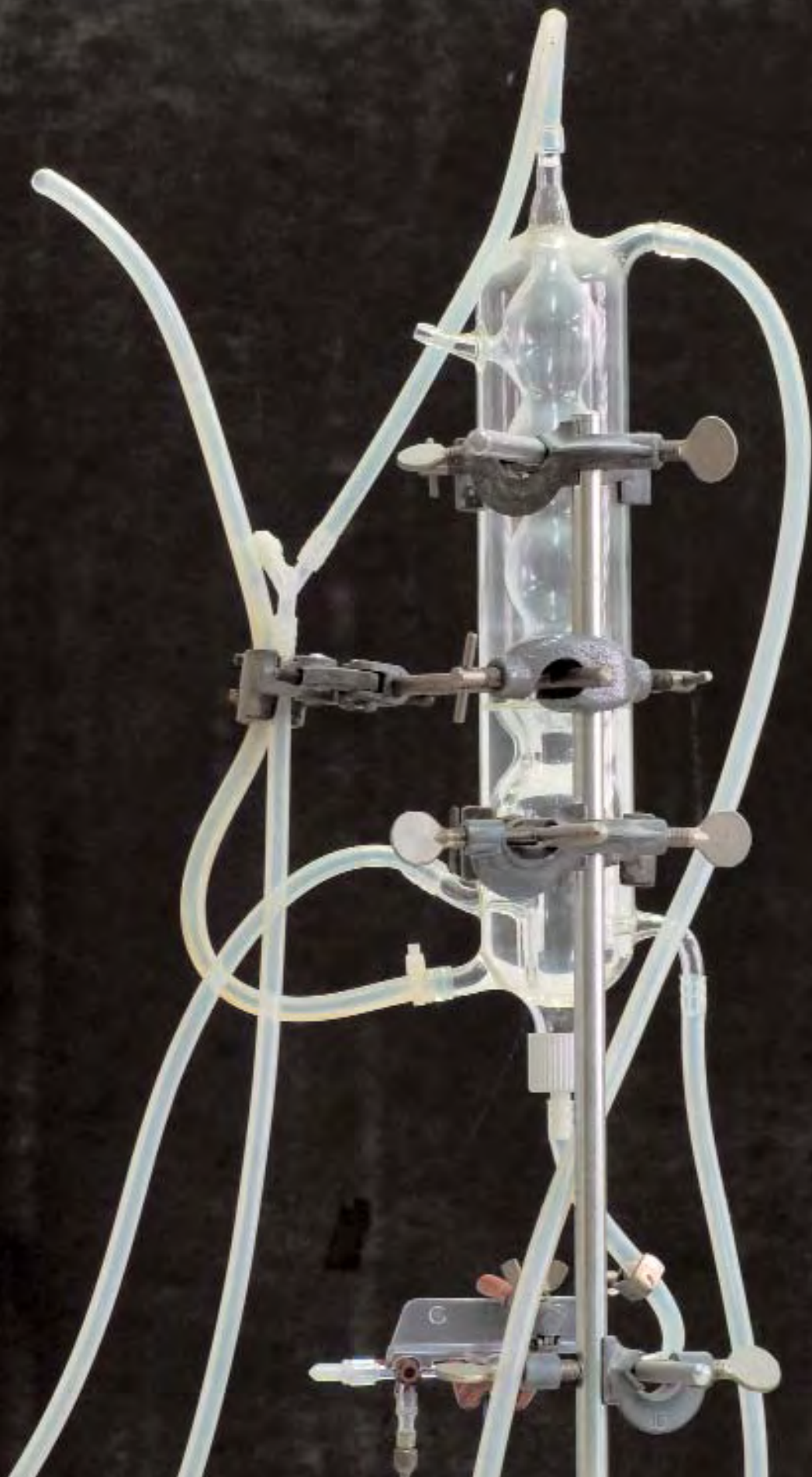
No interior da esmagadora maioria das células do nosso organismo arde uma fornalha capaz de gerar grande parte da energia de que necessitamos para a nossa vida inteira. Muitas das coisas que fazemos diariamente, como o automatismo do bater do coração, o insulto habitual ao árbitro de futebol ou o protesto aos portões de mais uma empresa que fecha em Portugal, têm uma ajuda preciosa das nossas centrais energéticas interiores. Essas estruturas têm um nome: mitocôndrias.

Com um sistema de membrana dupla constituída por lípidos, as mitocôndrias podem ter uma forma extremamente variada, de acordo com o tecido onde se encontram. Desde uma forma esférica até uma estrutura filamentosa, as mitocôndrias podem fundir ou separar-se rapidamente, formando uma estrutura geral altamente mutável. Curiosamente, a mitocôndria é o único organelo, para além do núcleo, que possui o seu próprio ácido desoxirribonucleico (ADN), que codifica parte dos componentes das estruturas proteicas que formam a maquinaria mitocondrial. Aliás, há uma boa justificação para o facto de a mitocôndria possuir o seu próprio ADN (ainda por cima circular, diferindo portanto do ADN nuclear que é linear). Reza a história que num belo dia, há muitos milhões de anos (muito antes de o Criador ter a ideia terrível de criar a Humanidade), uma bactéria aeróbia (isto é, que respira oxigénio) ter sido fagocitada (“comida”, em linguagem mais simples) por um outro organismo unicelular. Este, em vez de reduzir a presa a átomos, verificou a vantagem de ter em seu poder um brinquedo que lhe permitia conseguir sobreviver num ambiente rico em oxigénio... lembremos que o oxigénio, para organismos não preparados para este gás, é um veneno terrível... A pequena bactéria também não desgostou da ideia, porque agora passava a possuir uma fonte segura de nutrientes, encontrando-se mais protegida do ambiente agreste. Assim, nasceu uma união simbiótica cuja maior consequência foi o facto de estarmos a destruir o planeta onde nascemos. É no interior da mitocôndria que ocorrem importantes vias metabólicas que fornecem a energia de que as células tanto necessitam.

O ADMIRÁVEL POTENCIAL
DAS MITOCÔNDRIAS

O ADN mitocondrial, tão diferente em termos de organização e estrutura do ADN nuclear, tem utilizações interessantes. Como as mitocôndrias são apenas passadas das mães para filhos (como em tudo, há excepções), é possível reconstituir facialmente a linhagem anterior de um indivíduo a partir de amostras de ADN mitocondrial dos elementos femininos da família (útil, por exemplo, em medicina forense).

O mecanismo pelo qual a mitocôndria produz a energia química para a vida das células é absolutamente assombroso. Proteínas embebidas na membrana interna conduzem electrões retirados de moléculas provenientes dos nutrientes que usamos até um aceitador final que é o oxigénio, sendo convertido a água (esta sim a verdadeira respiração). No processo de condução electrónica, protões (H⁺) existentes no interior da mitocôndria (um gel rico em proteínas denominado “matriz”) são deslocados para o espaço aquoso que separa as duas membranas mitocondriais. É assim formado um gradiente de protões (tal e qual quando uma chuva intensa enche uma barragem), que é depois conduzido para uma outra proteína membranar que usará a energia desse gradiente para fabricar energia química para a célula (adenosina trifosfato – ATP, novamente a ideia da água da barragem que é agora usada para produzir energia). Essa nova proteína é, de facto, uma maravilha da engenharia biológica, já que o fluxo de protões desencadeia uma resposta mecânica com rotação de uma das suas subunidades, o que resulta em síntese de ATP. Resta dizer, e para assustar os mais fracos de coração, que o gradiente de protões formado na mitocôndria tem uma componente eléctrica de cerca de 200 milivolts, negativo na matriz... parece pouco, não é? Mas se aumentarmos a espessura da membrana para um tamanho macroscópico (por exemplo, imagine-se uma espessura de 1 metro), esses 200 milivolts ficam agora convertidos em alguns milhões de volts... chocante, não é?



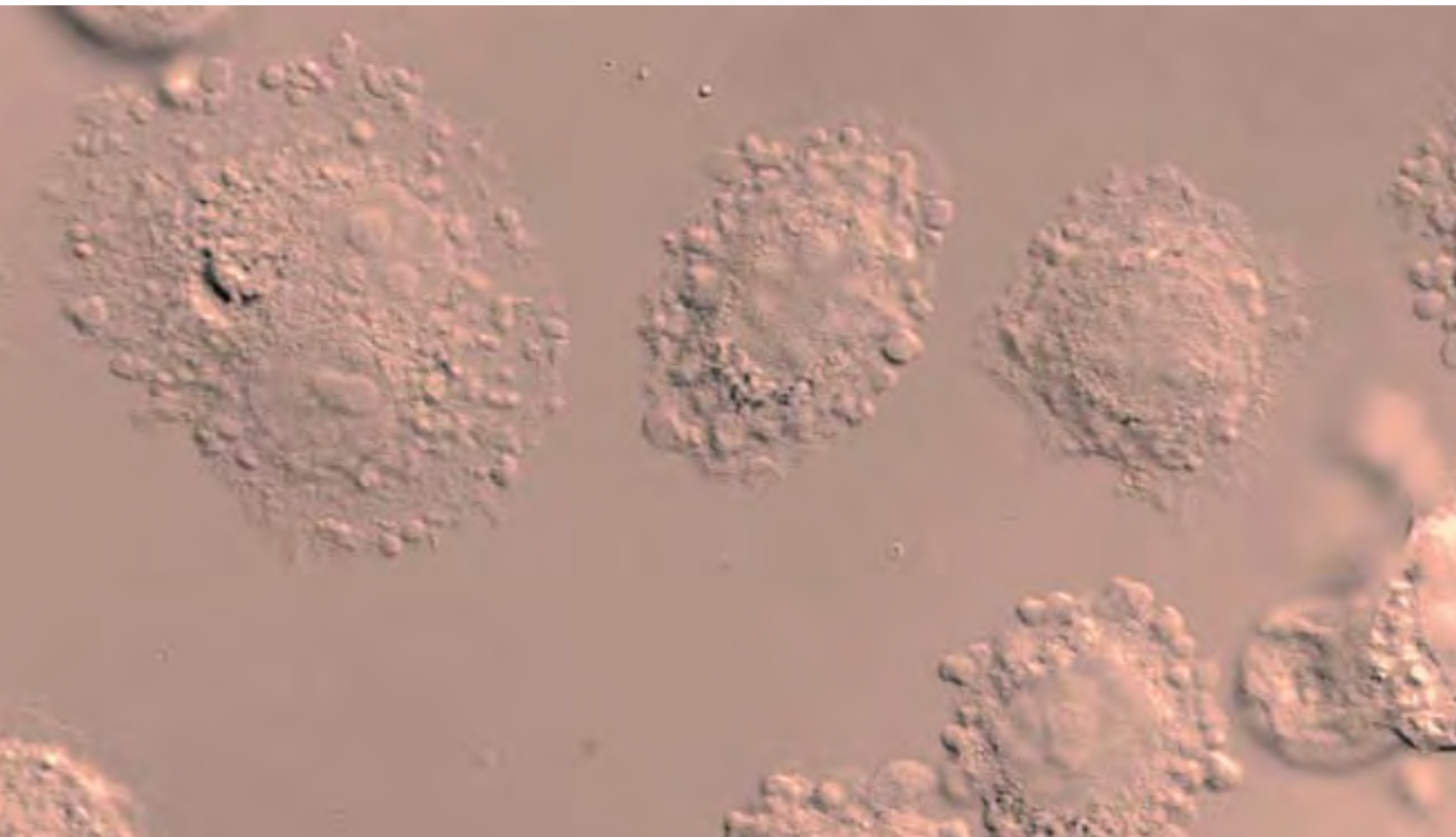
QUANDO O PROCESSO SE INVERTE

A grande descoberta das últimas décadas é o facto de a mitocôndria ser central nos processos de morte celular. De facto, uma das proteínas envolvidas nos processos de produção de energia, quando libertada da mitocôndria para o citoplasma, sinaliza o início do fim da célula. Com efeito, sabe-se agora que a disfunção mitocondrial pode de facto resultar na morte da célula, o que, em tecidos cujas células tenham uma taxa de divisão extremamente baixa, resultará mais cedo ou mais tarde numa profunda disfunção tecidular... acrescenta-se a isto a relação entre função do tecido e funcionamento do organismo e antevejam-se as consequências... É grande a lista de toxinas ambientais e fármacos que afectam a mitocôndria. Como exemplo, fármacos usados na luta anti-cancerígena podem provocar disfunção mitocondrial como efeito secundário, o que será mais evidente em tecidos com maiores necessidades energéticas (sistema cardiovascular e muscular, por exemplo).

Muitas doenças estão associadas a defeitos mitocondriais, sendo que doenças do foro neurológico e muscular são as mais comuns, em virtude da maior demanda energética daqueles tecidos. A disfunção mitocondrial pode ser assim iniciadora, amplificadora ou consequência de uma alteração patológica tecidular. A diabetes, por exemplo, poderá ter uma forte componente mitocondrial, não só ao nível da iniciação da própria condição, mas também no desenvolvimento de complicações derivadas daquela doença e que podem afectar todos os tecidos no organismo. Por outro lado, é admirável e, ao mesmo tempo, assustador pensar que a recuperação do indivíduo após um enfarte do miocárdio ou um acidente vascular cerebral pode estar tão dependente destes pequenos organelos, invisíveis a olho nu, mas sem os quais a vida tal, como a conhecemos, não seria possível.

É assustador e chocante...

PAULO J. OLIVEIRA
Centro de Neurociências e Biologia Celular
Departamento de Zoologia da UC



SEGUINDO OS PRIMEIROS PASSOS DO ENROLAMENTO DE PROTEÍNAS

Constituídas por combinações sequenciais de aminoácidos, as proteínas são as moléculas orgânicas mais abundantes nas células. O código genético de ADN especifica a sequência de aminoácidos que constitui uma dada proteína. Mas saber somente esta sequência diz-nos pouco acerca das suas diversificadas funções biológicas; por exemplo como enzimas, elementos estruturais ou anticorpos. Como enzimas, as proteínas aceleram as reacções químicas com maior especificidade e eficiência que qualquer catalizador sintético. Como elementos estruturais, elas são constituintes fundamentais de músculos, cabelos, pele e outros tecidos. Como anticorpos, elas reconhecem elementos invasores do nosso corpo, permitindo ao sistema imunitário reagir contra eles. Embora as sequências dos milhares de genes que codificam proteínas sejam conhecidas ou possam vir a ser conhecidas num futuro muito próximo, as estruturas tridimensionais de somente alguns milhares de proteínas diferentes foram, até agora, de facto resolvidas. E isto é de importância vital, porque as proteínas somente podem prosseguir as suas funções biológicas quando se dobram convenientemente para tomar uma forma particular, conhecida como a sua "conformação nativa". Pensa-se que mudanças na cinética do processo de enrolamento e transições para estados com conformações não funcionais ou erradas possam estar envolvidas na patologia de muitas doenças graves, incluindo a fibrose cística, diabetes de tipo II, doenças de Alzheimer, de Creutzfeldt-Jacob e de Parkinson. O desafio, ainda por resolver, de prever a conformação específica de uma proteína a partir da sua sequência de aminoácidos, persiste em grande parte devido à dificuldade em obter informação estrutural e energética específica acerca de estados intermediários presentes no processo de enrolamento. Estas conformações intermediárias têm por vezes um tempo de vida bastante curto sendo portanto difícil seguir a dinâmica do processo com métodos tradicionais.

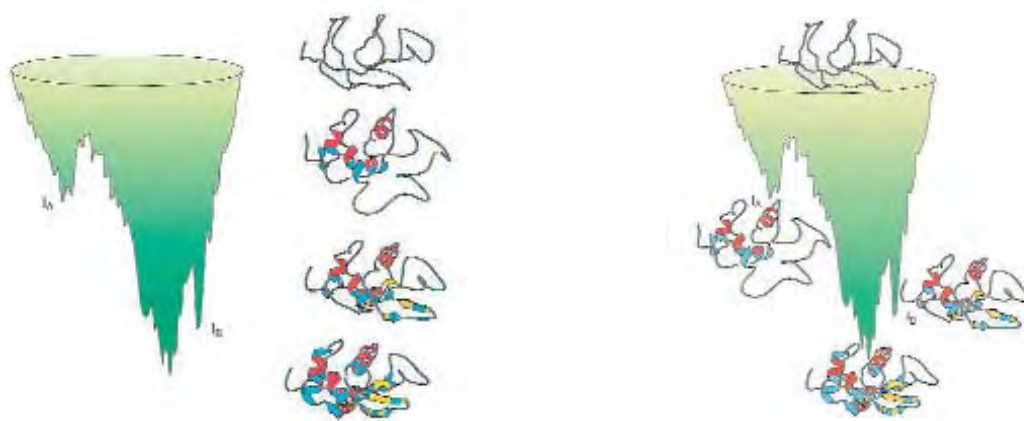
FAZER MEXER AS PROTEÍNAS

Experiências cinéticas usando técnicas com uma resolução temporal rápida podem contribuir para a compreensão do processo de enrolamento de proteínas. Provocar o início do processo de enrolamento usando um processo fotoquímico, isto é, fazendo uso de fontes de irradiação rápidas (lasers) que, provocando uma mudança súbita das condições do meio dão início ao enrolamento, torna possível estudar algumas das proteínas que se dobram mais rapidamente bem como processos parcelares fundamentais no processo de enrolamento, tal como a formação de estruturas em forma de hélice ou de folha, contactos entre aminoácidos distantes na sequência ou o colapso total da sequência do polipeptídeo. A Calorimetria Fotoacústica Resolvida no Tempo permite determinar mudanças de volume e deposições rápidas de calor em solução. Nós propomos esta técnica como um método promissor para sondar directamente o perfil de energia do processo de enrolamento. Um microfone (transdutor acústico) pode ser usado para detectar as mudanças de volume e deposições de calor que ocorrem durante o processo de enrolamento em escalas temporais que nós propomos ser refinados dos micro aos picosegundos (um milhão de vezes mais rápido que o microsegundo). Esta é uma técnica original do nosso laboratório. Numa experiência típica fazemos incidir um pulso de luz laser sobre uma molécula que liberta iões de hidrogénio, fazendo assim aumentar quase instantaneamente a concentração de iões de hidrogénio em solução, por outras palavras, diminuimos o pH da solução. Esta variação súbita de pH faz, por sua vez, iniciar o processo de desenrolamento da proteína presente em solução. Este processo envolve trocas de calor com o meio levando ao aquecimento (ou arrefecimento) da solução. Tal como num metal sujeito a aquecimento, o meio aumentaria de volume com esta deposição de calor caso

não estivesse completamente fechado. Na medida em que trabalhamos num meio confinado, esta deposição de calor produz uma variação de pressão: uma onda de pressão. O desenrolamento (ou enrolamento) em si está naturalmente associado a variações de volume intrínsecas que, num meio confinado, produzem também uma onda de pressão. Da mesma forma que nos nossos ouvidos se detectam as variações de pressão do ar, permitindo escutarmos, as ondas de pressão produzidas no processo de enrolamento são detectadas pelo microfone. Um processo de calibração permite determinar a grandeza das trocas de calor e variações de volume bem como a velocidade com que o enrolamento ocorre.

A originalidade de combinar as potencialidades excepcionais da Calorimetria Fotoacústica Resolvida no Tempo, o rápido e inovador salto de pH e ainda as modernas capacidades de modelação computacional ao estudo do enrolamento de proteínas pode permitir seguir passo a passo os caminhos estruturais, as paisagens de energia e a marcha cinética das primeiras etapas do enrolamento de proteínas numa única experiência. A aproximação geral deste projecto é, consequentemente, o uso de modelos físicos e de métodos químicos para estudar, prever e controlar os primeiros passos do enrolamento de proteínas.

CARLOS SERPA
Centro de Química de Coimbra, FCTUC





“Informação mastigada” dos media está a corroer a Matemática

É o primeiro matemático distinguido com o Prémio Universidade de Coimbra. Mas mais do que a sexta “volta olímpica” de uma carreira reconhecida internacionalmente, Marcelo Viana, 45 anos, entende que esta é uma homenagem justa a uma área do conhecimento invisível por culpa própria, ainda que exista para “tratar problemas concretos”. Mais: “A matemática custa muito pouco ao contribuinte” e, todavia, “dá-lhe muito retorno”.

Para o investigador luso-brasileiro, é importante que se saiba que a matemática portuguesa sofreu nos últimos vinte anos uma autêntica “revolução”, embora enfrente um “inimigo” que faz dos “meios de comunicação com informação mastigada” a sua principal arma. Ao ritmo da dança dos polegares que encimam os dedos entrelaçados, fala da ciência que o cativou pela estética e que o prende pelas pontas soltas que possui. O discurso, esse, é temperado por um sotaque que lhe denuncia a dupla nacionalidade e por um sorriso que apenas se desfaz para dar lugar a uma gargalhada.

Cerca de duas décadas depois de ter deixado Portugal rumo ao Brasil, onde é vice-director do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Marcelo Viana acredita, no entanto, que só com ousadia é possível “desbravar” os mares da matemática e tornar o seu ensino “mais atraente”.

R·L *Trabalha na área dos sistemas dinâmicos. De que se trata?*

M.V. É uma área da Matemática, que tem à volta de 100 anos, inicialmente

desenvolvida para ajudar a entender o comportamento dos corpos do sistema solar. Mas foi-se verificando que os métodos usados para esse efeito podiam ser aplicados a muitas outras situações da realidade que evoluem no tempo e tudo na natureza o faz. Assim, esta é uma área que procura ajudar a compreender, a prever e a controlar a evolução dos sistemas na natureza.

R·L *Que impacto concreto pode ter na vida das pessoas?*

M.V. Áreas de aplicações são inúmeras, desde a previsão do tempo, a modelagem de sistemas ecológicos e a composição de espécies.

R·L *Pode concretizar?*

M.V. Se queremos construir uma baragem para gerar energia eléctrica, introduzir uma nova espécie, por exemplo transgénica ou usar pesticidas para combater pragas, temos todo o interesse em saber com antecedência o efeito que vai ter a intervenção humana de forma a minimizar estragos e os métodos de sistemas dinâmicos podem ser usados nesse sentido. Mas a primeira grande aplicação aconteceu em 1986. A NASA tinha um projecto para enviar uma sonda ao encontro do cometa Halley mas, devido a cortes de orçamento, quando chegou a altura, um factor crítico era o combustível, porque era muito caro. Então, foram usados métodos de sistemas dinâmicos para escolher uma trajectória extremamente implausível, que envolvia fazer a sonda passar várias vezes perto da Lua para aproveitar a gravitação lunar de forma a

ser disparada na direcção do cometa com um gasto mínimo de combustível. A partir daí, tornou-se rotina esse tipo de aplicações.

R·L *Mas o estudo desses modelos matemáticos é feito em conjunto com essas diversas áreas ou, pelo contrário, é feito à parte e só depois aplicado?*

M.V. Há vários níveis e diversos tipos de situações. Eu, por exemplo, trabalho em áreas que nós chamamos mais fundamentais, em que se desenvolvem ideias gerais que virão a ser aplicadas, mas que não têm uma motivação directa. Já outros colegas actuam em projectos multidisciplinares, directamente com cientistas e técnicos de outras áreas. Muitas vezes, e isso vai ser cada vez mais assim, as pessoas e os responsáveis esperam aplicações imediatas daquilo que é feito. E isso não é razoável, porque os grandes êxitos da matemática aconteceram muito tempo depois das descobertas terem sido feitas.

R·L *Qual é a duração média desses projectos?*

M.V. O programa todo é um projecto de vida. O trabalho para se fazer um artigo de Matemática Aplicada é na ordem dos três, quatro anos, mas varia.

R·L *E o facto de trabalhar com matéria assim teórica não o desmotiva?*

M.V. Não. A Matemática tem a sua razão própria para continuar a desenvolver-se, mas não é nem tão abstracta nem tão desligada da realidade quanto

a maioria das pessoas pensa. E isso acontece um pouco porque nós, matemáticos, não somos muito bons a explicar as coisas.

R·L *Porquê?*

M.V. Porquê? [Risos] Somos treinados para fazermos afirmações rigorosas. Não gostamos de dizer coisas mais ou menos verdadeiras e isso está certo na profissão. Mas para comunicarmos, temos de esforçar-nos para o fazermos de maneira acessível. Só que não somos treinados para isso.

R·L *É uma área a desenvolver?*

M.V. Não precisamos de criar cursos, mas sim de mudar essa mentalidade. Se não somos capazes de explicar às pessoas um pouco do nosso trabalho e um pouco do porquê e do para quê, significa que não entendemos direito o que fazemos. Também é preciso ter consciência do seguinte: podemos convencer-nos de que entendemos alguma coisa do trabalho do neurocirurgião só porque ele nos diz que vai servir para curar doenças, mas na verdade não percebemos, é preciso estudar. E o problema de explicar a matemática à sociedade é que é mais difícil fazer essa pseudojustificação em termos da utilidade, pois às vezes esta demora. Fico a imaginar a situação do pobre matemático babilónico a explicar que está a estudar números primos porque daí a uns três mil anos alguém vai inventar a internet.

R·L *Por outro lado, as taxas de insucesso na matemática são elevadas. Porquê?*

M.V. No mundo todo. A matemática exige uma participação muito mais activa do que a maioria das áreas do

conhecimento. Ao futebol assiste-se, há outros a correr no campo por nós, mas à matemática não, tem de se participar. Tanto o professor como o aluno têm de chegar à aula com vontade, mas às vezes essa energia falta. Actualmente, as crianças são bombardeadas pelos meios de comunicação com informação mastigada, pronta, que não exige esforço nem concentração e que dá uma espécie de satisfação imediata. E se queremos que aprendam coisas mais profundas, nós, os professores, os pais, as sociedades científicas e as associações profissionais, precisamos de perceber que temos um inimigo. E, depois, a matemática é uma área muitíssimo estruturada: quaisquer lacunas que apareçam vão-se multiplicando e, por isso, cada vez se entende e se gosta menos.

R·L *Como pode combater-se esse laxismo?*

M.V. Tornando o ensino mais atraente. E a única maneira de fazê-lo é enfatizar as conexões com a realidade, as aplicações, as origens concretas do que ensinamos.

R·L *Mas isso não seria ceder ao facilitismo?*

M.V. Não. A matemática é uma viagem que começa no concreto e termina no abstracto. Se pararmos na primeira etapa é ceder ao facilitismo. Mas também temos cometido outro erro: falarmos só do lado abstracto, esquecendo que as coisas não caem do céu. As noções matemáticas existem para tratar problemas concretos e depois desenvolvem-se por uma dinâmica interna. Se ficarmos só por metade, estamos em falta.

R·L *Também é professor. Como é que combate no terreno esses problemas?*

M.V. Tenho alunos de mestrado e de doutoramento: são adultos que já decidiram escolher a matemática como carreira.

R·L *Mas não são eles futuros professores?*

M.V. São eles os futuros professores e, mais do que ninguém, precisam de saber que esse prédio de conhecimento matemático está em construção e têm de ter consciência de quais são as fundações, as paredes que se erguem e que algumas estão incompletas.

R·L *Como começou a interessar-se pela Matemática?*

M.V. Tive desde muito cedo a ideia de que poderia vir a estudá-la. Gosto muito de organização e a matemática de certa maneira impressionou-me por ser a área do conhecimento mais estética.

R·L *Mais estética?*

M.V. Quero dizer que as diferentes ideias encaixam-se sem pontas soltas, sem falhas. As línguas têm coisas muito bonitas e também muito estéticas, mas têm pontas soltas.

R·L *Não há pontas soltas na matemática?*

M.V. Felizmente há muitas. Veja-se só a ironia. Fui encantado pelo edifício pronto e agora o que gosto mais é das falhas, das coisas que ainda têm de ser acrescentadas, construídas. As pessoas às vezes acham que esta área do conhecimento é domínio do rigor absoluto, mas já não é dessa maneira que é pensada. É um instrumento para conhecer

o universo, sujeito a incompletudes como qualquer outra ciência.

R·L *Quais são os desafios matemáticos mais prementes?*

M.V. Um deles é desenvolver métodos para entender o tipo de problemas que a internet e a teoria das comunicações colocam. De um modo geral, o computador é uma ferramenta poderosíssima, mas como é que podemos utilizá-la para tirar o máximo proveito? Ligados a isso estão os desafios que a genética produz. Andámos alguns anos a listar o genoma humano e a esta altura estamos a tratar massas de informação enormes. Como tratar matéria dessa dimensão? Por outro lado, todos nós transportamos um supercomputador, o cérebro, que continua a ser um enorme mistério. O entendimento deste órgão é um dos grandes desafios da ciência e duvido que possa ser feito sem a matemática. De um modo geral, podemos dizer que a matemática do século XIX e do século XX foi motivada por problemas da física. Hoje em dia, a biologia é outra imensa área de desafios.

R·L *Há apoios?*

M.V. Há. Os apoios à investigação são sempre problemáticos para todas as áreas. Mas, por exemplo, em 2000, o presidente dos Estados Unidos declarou que a matemática era uma área de importância estratégica para país. E o resultado foi que a *National Science Foundation* decidiu que, no espaço de dez anos, ia duplicar o financiamento para a matemática. Ora, o orçamento para a investigação matemática nos Estados Unidos era já de causar inveja a qualquer um de nós. E a matemática é muito barata.

R·L *Muito barata?*

M.V. Custa muito pouco ao contribuinte e, por outro lado, dá-lhe muito retorno.

R·L *Que números estão em causa?*

M.V. É muito difícil colocar a coisa em números. A investigação em ciências experimentais exige montagem de laboratórios e de máquinas que são cada vez mais caras. Mas de que é que um matemático precisa para viver? Nós, ao contrário do que as pessoas pensam, não fazemos a investigação sozinhos. Não vou para o meu gabinete, sento-me e tenho ideias brilhantes. É da interacção com colegas que nascem as ideias. Ora, precisamos de dinheiro essencialmente para viajar, para contactarmos uns com os outros e para comprar livros, e computadores. É uma das áreas da ciência que fica mais barata ao Estado.

R·L *O financiamento da investigação matemática é essencialmente feito por parte do Estado ou há também aposta por parte de privados?*

M.V. De um modo geral, e até porque as possíveis aplicações não são imediatas, é feito pelo Estado.

R·L *A definição da matemática como área estratégica é uma realidade ainda longe de Portugal?*

M.V. É muito difícil tomar essas decisões e temos de reconhecer que é muito mais fácil quando o dinheiro sobra, como nos Estados Unidos. Em Portugal, nos últimos 20 anos, tivemos uma revolução na Matemática e isso tem de ser dito, primeiro, porque as pessoas não sabem, e segundo, porque as pessoas não pensam que seja possível. Em 20 anos, a produção matemática portuguesa passou de 0,01 para 0,05 por cento no panorama mundial. Ora, essa percentagem é mais ou

menos o tamanho que Portugal tem no mundo em termos de economia e é um pouco mais do que a sua dimensão populacional. O que foi conseguido é um feito notável e pode ser visto de maneira acomodada: “já fizemos o nosso dever de casa, agora podemos fechar as portas”, mas eu penso exactamente ao contrário. Se foi possível fazer isso em 20 anos, imagine-se o que pode ser feito nos próximos 20. E não estou a falar da matemática feita por portugueses em geral, mas da realizada em Portugal, nas nossas universidades.

R·L *Mas essa evolução é quantitativa. Reflecte-se também na qualidade da produção?*

M.V. Um dos critérios que usei é o número de trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional, mas considere também parâmetros qualitativos, como o número de vezes que são citados, e a resposta é a mesma. Portugal está em 35.º, 34.º lugar também nesse aspecto. Às vezes tendemos a falar de números, mas mais importante que a quantidade é a qualidade.

R·L *A que se deve essa evolução?*

M.V. Há 20 anos começaram a ser assegurados mecanismos para financiamento da investigação e da ciência em geral e a formar-se, de maneira mais consistente, os investigadores. Criou-se um sistema nacional de ciência e tecnologia, que está longe de ser perfeito.

R·L *Quais são então os defeitos?*

M.V. Não sei. Não sou a pessoa certa para os apontar.

R·L *Então o que é que falta a esse sistema para ser perfeito?*

M.V. O principal é que em tudo é preciso não esquecermos que estamos a falar de realidades que se desenvolvem ao longo de anos. É preciso ter a ousadia de acreditar que não é só a desbravar mares nunca dantes navegados que podemos ser muito bons. A matemática é uma das áreas em que faz todo o sentido apostar:

R·L *Disse há pouco que uma das componentes fundamentais do seu trabalho é contactar com investigadores de outros países. O que é que constata nessas experiências?*

M.V. Ouço de vez em quando afirmações de colegas dos dois lados do Atlântico do tipo: “Mas para que nos vamos esforçar se os americanos vão fazer primeiro?”. Durante as viagens constatei que somos todos iguais e aprendi a não ter complexos de inferioridade. Não há razão nenhuma para o matemático português não ter orgulho naquilo que tem feito. Pessimismo e derrotismo não têm o menor sentido.

R·L *Mas essa supremacia americana existe de facto?*

M.V. Sim. A hegemonia americana é actualmente baseada na importação. Houve migração maciça de cérebros do leste europeu e existe ainda uma drenagem constante de matemáticos chineses e indianos para os Estados Unidos. O sistema de ensino americano não é um modelo para ser seguido. Não é pior que os outros, mas também não é melhor.

R·L *Por que é que essa migração continua a processar-se?*

M.V. É difícil para outros países competirem com as condições financeiras

oferecidas pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, as pessoas querem estar onde as coisas estão a acontecer. E quando se aglomera muito conhecimento num lugar, só isso ajuda a acumular mais ainda.

R·L *Nunca pensou fazê-lo?*

M.V. Sim. Ainda há pouco tempo tive uma oferta extremamente tentadora para ir trabalhar para a área de Washington e acabei por decidir não ir. O factor que acabou por ser determinante foi eu achar que, num país em desenvolvimento como o Brasil, tinha mais oportunidade de ser útil. Para mim, a matemática não é só constatar teoremas e fazer descobertas. Acho que temos uma ligação com a sociedade, devemos devolver-lhe o que fazemos, e isso, dependendo dos países, é mais ou menos urgente. Num país como o Brasil é extremamente urgente. A matemática brasileira é pequena e precisa de crescer e a formação é absolutamente catastrófica.

R·L *Foi esse desejo de ser útil que o fez sair de Portugal para ir para o Brasil?*

M.V. Não. Na altura, não tinha essa visão da matemática. Queria fazer o doutoramento para ser professor universitário e foi uma combinação da situação jurídica de ser cidadão brasileiro com o terem oferecido uma bolsa de estudos brasileira sem qualquer compromisso, numa altura em que em Portugal era muito difícil conseguir. Saí temporariamente, mas depois fui-me adaptando e acabei por ficar.

R·L *Já foi distinguido por seis vezes ao longo da sua carreira. Aliás, o primeiro prémio que recebeu foi*

quando terminou a licenciatura. Esse tipo de reconhecimento é para si um incentivo?

M.V. Sim, mas não sei avaliar qual o peso que tem no que faço. Sou absolutamente a favor dos prémios académicos, porque estamos numa área da actividade em que é necessária motivação e o facto de se ver alguém ser recompensado por realizações nessa direcção pode ter um efeito muito benéfico sobre os jovens. Gosto de comparar a matemática ao futebol, porque são actividades que estão muito longe uma da outra no espectro do carinho público: enquanto que na primeira o prémio vem no fim da partida e é comemorado com os apoiantes, na segunda o jogo é um pouco mais solitário, mais discreto e as grandes vitórias às vezes conseguem-se por uma ideia que se teve sozinho durante a noite. É uma questão de justiça e de bom senso que seja mostrado aos jovens, que estão na fase de definir o que vão fazer, que na ciência também há voltas olímpicas.

R·L *Estava à espera de receber o Prémio Universidade de Coimbra?*

M.V. Não. Sabia que ia ser nomeado e realmente senti-me muito honrado. É um prémio bom para a ciência e para a cultura num espectro muito amplo de áreas e entre elas reconheceu a matemática, que não é a mais querida nem a mais visível.

R·L *Por não produzir resultados concretos?*

M.V. E por não fazermos o esforço suficiente para sermos bastante visíveis. Nós, matemáticos, temos a obrigação de sermos menos modestos e de estarmos mais acessíveis, mais activos no sentido de divulgarmos o que fazemos.

R·L *Tem feito por adquirir essa visibilidade?*

M.V. Sim.

R·L *Como?*

M.V. Nunca recusei nenhum convite para dar entrevistas. Tenho muitos colegas que simplesmente acham que esse é um exercício inútil, porque afinal os jornalistas não vão entender mesmo. Isso é um disparate. Nenhum de nós compreende realmente a ciência de ponta, porque tem de se estudar para se entender. Mas, enquanto que outros cientistas são muito bons a mostrar porque é que devem ser valorizados, nós matemáticos achamos que os jornalistas têm obrigação de entender aquilo que explicamos. Os matemáticos enquanto comunicadores têm de melhorar muito e estão a fazê-lo. Por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Matemática tem vindo a fazer um esforço muito grande nesse sentido e isso é parte duma consciência nova, mas ainda temos muito que caminhar.

R·L *Que outra áreas o interessam para além da matemática?*

M.V. Não tenho um *hobby* especial. Sou viciado em leitura. Li praticamente sobre tudo em história e interesse-me muito pela ciência em geral, por novos avanços da física e da astronomia. Costumava devorar tudo sobre a Teoria da Unificação da Física.

R·L *São coisas que também podem inspirá-lo de alguma forma?*

M.V. Sim. Os físicos não gostam que se diga isso, mas acho que essas são actualmente mais áreas da matemática que da física, porque estão ainda inacessíveis à maioria das experiências.

R·L *Quais são os seus projectos de futuro?*

M.V. Não pretendo inventar a roda, mas quero continuar a trabalhar nas coisas que me têm apaixonado nos últimos 20 anos. Farei investigação, continuarei a orientar alunos e gradualmente vou envolver-me mais em tarefas de administração e de política científica.

R·L *Essa burocracia não cansa um interessado pela estética da Matemática?*

M.V. Sim, mas quando eu tinha vinte e poucos anos, alguém fez esse trabalho por mim: o sistema estava pronto para eu beneficiar dele. Agora tenho mais experiência e posso conciliar a investigação com a administração científica, de forma a manter essas condições. E não é só burocracia, também proporciona contacto com os jovens, embora não recebamos nada e não tenhamos nenhum benefício académico concreto por causa disso. Vejo-o como fazendo parte da profissão. Gostaria de continuar a ser útil de maneiras cada vez

mais diversificadas. Esse é talvez o meu grande projecto.

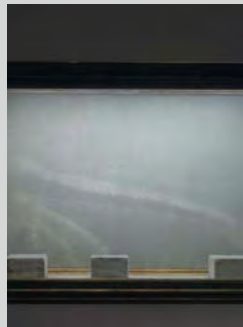
R·L *Afinal, o que é ser matemático?*

M.V. Quando tinha a idade deles achava que ser matemático era estar num gabinete, pegar no papel e na caneta e começar a ter grandes ideias sobre coisas muito abstractas, teóricas e frias. Não tinha a menor percepção de como a matemática é uma actividade emocional. Sente-se alegria, tristeza, desânimo, expectativa, e até um certo medo, pois a ideia brilhante que temos hoje pode, amanhã de manhã, descobrir-se que está totalmente errada. A partir do momento em que comecei a orientar alunos, percebi que o mais difícil que me era exigido não era explicar matemática, mas sim mantê-los motivados para o que estavam a fazer; mesmo naquelas tardes em que dá tudo errado.

R·L *Não é paradoxal uma ciência exacta ser tão emocional?*

M.V. É, mas a ciência exacta é feita por seres humanos e os seres humanos que fazem a matemática têm as mesmas emoções dos outros. Um pintor quando está sem inspiração sofre por isso e um matemático sem inspiração sofre da mesma maneira. Pode achar-se o produto final muito diferente, um quadro pintado ou um teorema, mas o matemático não vai concordar, porque para ele têm a mesma estética, o mesmo esforço e a mesma alma.

Entrevista de CATARINA PRELHAZ
Aluna do 4.º ano de Jornalismo da FLUC



A formação das elites inscreve-se na história das universidades como um dos principais elementos caracterizadores da sua função social. A natureza e o nível dos saberes que ministram e o reconhecimento das qualificações que conferem fazem delas o alfobre dos quadros dirigentes da sociedade, na administração, na direcção ideológica e científica, na reprodução de modelos, na produção normativa... De forma lapidar, os reformadores de 1772, exprimiram esta ideia ao afirmarem que os graus universitários superiores não apenas conferem “testemunho público, e significação authentica da habilitação para o Magisterio”, mas igualmente são o critério utilizado pelos “Supremos Poderes, Espiritual e Temporal, para se governarem e regerem por elles no provimento das Dignidades, Benefícios, Ministérios e Empregos, que pela sua maior gravidade e importancia só se costumam conferir aos que com elles se acham graduados, na suposição de serem elles os mais sabios e idoneos para bem servirem à Igreja e ao Estado”.

Historicamente, esta que afirmamos ser uma característica comum concretiza-se de modos diferentes, dependendo da estrutura curricular de cada instituição universitária, da predominância de determinados saberes, da sua capacidade de

projectão e captação, da sua implantação num espaço definido e, dentro dele, da sua articulação com outras instituições subordinadas, paralelas ou concorrentes.

Neste contexto, a Universidade de Coimbra apresenta traços peculiares cujo conhecimento é indispensável à compreensão do seu papel específico: o principal será, sem dúvida, a exclusividade de que gozou, por um largo período temporal e tendo em conta todo o espaço continental e ultramarino, de proporcionar formação e conferir graus em áreas como o Direito (Canónico e Civil) e a Medicina; a que poderemos agregar, após a reforma de 1772, as disciplinas científicas das faculdades de Matemática e de Filosofia. De 1537, ano da transferência definitiva para Coimbra, até à implantação da República, a Universidade de Coimbra representou uma oportunidade única, sem paralelo institucional, de formação e aquisição de competências com forte incidência no exercício de tarefas dirigentes e governativas.

A circunstância de, ao longo do período mencionado, se terem verificado mudanças estruturais, quer no curriculum dos saberes – sendo a reforma pombalina de 1772 a mais relevante – quer na organização política e social do país – com

a Revolução Liberal e a independência do Brasil – vai matizar, sem o diminuir, o papel central da Universidade de Coimbra na formação das elites intelectuais e governativas.

O ENSINO DAS LEIS

No período que precede a reforma de 1772, o acento terá de ser colocado na formação jurídica, não só a mais procurada – com cerca de 87 por cento do total das matrículas – como a que proporcionava as melhores oportunidades de carreira. É bem conhecida a ambivalência da formação em Direito Canónico, como qualificação necessária ou preferencial para as administrações eclesiástica e régia. A primeira, fortemente apoiada no sistema de remunerações constituído pelo regime benéfico – a um cargo estava anexada uma dotação cujo rendimento, não sendo fixo, era normalmente apreciável – incluía não apenas os benefícios paroquiais (que faziam dos seus detentores líderes das comunidades locais e elos privilegiados de ligação com as autoridades superiores, tanto eclesiásticas como civis), mas igualmente as posições mais eminentes da hierarquia do clero: um sem número de funções ligadas ao aparelho judicial

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



eclesiástico (cúrias e tribunais diocesanos e metropolitanos, o tribunal da Legacia, os tribunais da Inquisição), os canonicatos e as cátedras episcopais. A Universidade, como instituição, dispunha mesmo da prerrogativa de apresentação nos canonicatos magistrais (destinados a teólogos) e doutorais (para canonistas) na quase totalidade das dioceses do país, assim como em cerca de duas dezenas e meia de benefícios paroquiais: de uns e outros destes benefícios eclesiásticos usufruíram largamente muitos dos que ela própria graduava ou que a serviam como professores.

A administração e a magistratura régias bebiam largamente no contingente dos graduados por Coimbra, dando naturalmente preferência aos legistas (mas não excluindo, como dissemos, os canonistas). Um primeiro nível, constituído pela magistratura periférica ao serviço da Coroa (juizes de fora, corregedores, provedores) tinha como limiar obrigatório um exame de estado (a “leitura”), realizada sob a alçada do Desembargo do Paço: mas a admissão a este exame dependia do juízo formulado pelo corpo de professores das faculdades jurídicas de Coimbra que classificavam o contingente anual de graduados juristas – do medíocre ao muito bom, passando pelo suficiente e bom (informações da Universidade, transmitidas ao Desembargo do Paço). Só eram admitidos à “leitura” os bons ou muito bons.

O nível superior do *cursus honorum* – que, simplificando, poderíamos designar como a carreira dos desembargadores, “a elite dos funcionários régios” – tinha vias de acesso distintas: só uma minoria (cerca de 10 por cento) provinha da magistratura periférica (a “via militante”); um número maior acedia à posição por via do parentesco com os anteriores detentores dos cargos (a sua nomeação remunerava os serviços prestados pelos seus familiares); mais frequentemente, contudo (42% dos casos entre 1750 e 1826), através de uma “faculdade inerente aos direitos de doutor ou lente, com exercício de magistério, da Universidade de Coimbra”, nas faculdades de Leis e Cânones. O percurso iniciava-se normalmente no tribunal da Relação do Porto – muitas vezes concomitantemente com o exercício da docência universitária – subindo até ao cargo de desembargador dos agravos da Casa da Suplicação. A carreira docente universitária, já de si prestigiante, era então também a via de acesso a outras carreiras e honras, etapas de percursos sociais ascendentes que muitas vezes conduziam à entrada formal na elite nobiliárquica.

A competência técnica dos juristas ultrapassava, contudo, a judicatura e a docência para se exercer em tarefas tipicamente governativas – no Desembargo do Paço, na Mesa da Consciência, em Conselhos e Juntas – ou diplomáticas: sirva de exemplo a diplomacia da Restauração,

conjugando o estatuto nobre dos chefes de missão (a quem cabiam sobretudo funções de representação) e a formação universitária jurídica de grande parte dos secretários e negociadores.

Neste contexto, importa pôr em destaque o papel dos colégios seculares de S. Pedro e de S. Paulo, elementos fundamentais de um “complexo protector” destinado a acolher e promover uma elite intelectual, enquadrando-a e conformando-a normativamente: deles saiu a quase totalidade dos professores das faculdades jurídicas (no período que aqui consideramos); mas os percursos biográficos dos colegiais conjugam maioritariamente a universidade e os cargos públicos, a universidade e a carreira eclesiástica, ou as três componentes em conjunto. Os porcionistas, por seu lado, poderão fornecer-nos um exemplo de ‘consolidação das elites’, uma vez que, sendo oriundos da alta nobreza, vêm à universidade adquirir uma qualificação que potencia o seu estatuto originário no acesso aos cargos públicos e sobretudo aos benefícios eclesiásticos.

MOVIMENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DOS GRADUADOS

A compreensão da dimensão efectiva desta capacidade criadora e transformadora da formação universitária exige a elaboração de uma

prosopografia ampla, apenas em parte elaborada. De facto, confrontando a listagem dos graduados por Coimbra com aqueles de que conhecemos o destino posterior verificamos o muito que ainda há por elucidar: sobretudo o percurso pós-universitário daqueles que rumaram de novo ao seu local de origem (os percursos ‘fechados’) e que terão possivelmente desempenhado um papel de relevo no seio das comunidades locais. As notícias de que dispomos não são de molde a poder traçar ainda um quadro generalizado.

Uma aproximação, contudo, pode ser tentada precisamente tendo em conta a origem geográfica dos graduados por Coimbra (aceitando o pressuposto de que a formação universitária terá representado para eles uma aquisição qualitativa que modificou ou, pelo menos, consolidou o seu estatuto social). Neste aspecto, podemos afirmar que a exclusividade de Coimbra se traduziu em captação generalizada em todo o espaço continental – atingindo os centros urbanos e o mundo rural em proporções semelhantes – e tocando significativamente também os espaços insulares e ultramarinos, nomeadamente o Brasil. Como indicadores da generalização da procura universitária poderemos mencionar a estreita correlação que se verificava entre os contingentes de graduados e a densidade populacional das diferentes regiões do continente, assim como o progressivo alargamento da área de captação,

no Brasil, à medida da progressiva ocupação do espaço, com particular destaque para a região de Minas Gerais.

A corrente originária da colónia americana, ténue nos inícios de seiscentos, engrossa notavelmente depois da descoberta do ouro. Se tivermos em conta as primeiras entradas nas faculdades jurídicas, o contingente brasileiro atinge uma proporção considerável (7,52 por cento em 1760-1770; 16,5 por cento em 1772-1788). Entre as duas margens do Atlântico gerou-se então uma activa circulação de quadros (graduados brasileiros que se notabilizam na metrópole, reinóis que iniciavam a sua carreira de letrados – em alguns casos para ‘limpar’ uma origem social menos honrada – nos espaços ultramarinos), circulação que se intensificou após a reforma pombalina de 1772. A reforma trouxe uma nova matriz formativa que autonomizava a formação nas ciências experimentais, e criava a simbiose entre esta e os outros saberes, ao impor aos estudantes das diversas faculdades a obrigatoriedade de cursarem disciplinas científicas (no mínimo, as cadeiras de Geometria e História Natural), num contexto em que as próprias bases do Direito se haviam modificado (racionalismo e jusnaturalismo). A Universidade, reformada por via da sua autoridade máxima que era o monarca protector, vai tornar-se a matriz de transmissão deste novo saber. Outras instituições

(tais como, por exemplo, a Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779) potenciavam ou ampliavam esta competência, mas a formação recebida em Coimbra permaneceu como o dado original e incoativo. Toma então corpo uma geração de viajantes naturalistas (com vincado protagonismo dos ‘brasileiros’ quer no seu próprio espaço quer nos domínios africanos), de intendentes e superintendentes zelando pelos recursos naturais, de juizes e oficiais demarcantes. Em síntese, terão sido estes os protagonistas de uma tomada de consciência do corpo físico do continente e dos seus domínios, com uma natural consequência na tomada de consciência do corpo moral e político.

A dimensão política desta formação foi mais visível na evolução dos destinos do Brasil: ao comentar a malograda Inconfidência Mineira de 1789, o Visconde de Barbacena afirma ter sempre achado “muito arriscados os sentimentos, opiniões e influências dos bacharéis brasileiros que têm voltado à sua pátria, especialmente depois que se julgam instruídos nos direitos públicos e das gentes, nos interesses da Europa e no conhecimento das produções da natureza”. Na primeira fila dos protagonistas da independência estão graduados por Coimbra.

Sobretudo, porém, importa salientar, a implantação de uma armadura científica e pedagógica que a

dependência colonial impedira de florescer mas cujos fautores e modelos, em boa parte, são também referenciáveis a Coimbra: para além das academias, onde se cultivaram as letras, mas, cada vez mais, as ciências e os sentimentos nativistas, os jardins botânicos (Belém do Pará - 1796; Rio de Janeiro - 1810; Pernambuco - 1811; Caiena), a Escola de Anatomia e Cirurgia da Baía (1808, por iniciativa de José Correia Picanço que fora professor em Coimbra), a Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (1808), a Academia Militar e a Academia dos Guardas Marinhas, no Rio de Janeiro (1810). O plano para a organização do ensino no Brasil (de 1821), incluindo a criação de uma universidade, é da autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, de seu irmão

Martim Francisco e de João Ferreira de Oliveira Bueno, todos graduados por Coimbra: como o são os fautores dos primeiros cursos jurídicos, em S. Paulo e Olinda (1827) e uma boa parte dos vinte e sete fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 (dos 16 que haviam feito a sua formação académica em Portugal, 12 haviam frequentado Coimbra). Deste modo, a primeira grande leitura da história do Brasil, a História Geral do Brasil (1854-1857) de Francisco Adolfo Varnhagen, incluía a antiga colónia entre as nações civilizadas, encarando assim a colonização portuguesa como “tarefa civilizadora”. Não é uma perspectiva inocente - contradizia uma outra baseada no nativismo - mas dá conta da força de que gozava uma liderança inte-

lectual e política que bebera em fontes do outro lado do Atlântico, com claro predomínio de Coimbra. Mais conhecida é a importância da elite intelectual e política - para a qual se abriria um largo capítulo - que, ao longo do século XIX, faz a sua formação na universidade de Coimbra (que mantém, até 1911, a matriz formativa da reforma pomalina): embora inicialmente contestada como símbolo de um Antigo Regime que se pretendia abolir e coexistindo, depois de consolidada a Revolução Liberal, com outras instituições de Ensino Superior (que ocupam campos específicos), continuou a ser uma referência fundamental.

FERNANDO TAVEIRA DA FONSECA



Antes de escrever *Finis*, voltou a entrelaçar com cuidado A-G-I-S, a sigla do seu nome de baptismo Alberto José Gomes da Silva ou, se assim o preferíssemos ler, na língua dos conventos e das bibliotecas, *Albertus Iosephus Gomesius a Silva*. E não conseguiu deixar de sorrir ao traçar assim aquele *G* tão curto que mais parecia um *C* antes da curva lhe subir acima da regra e se ir unir ao *I*.

Imaginava se o enigma, que a ele lhe parecia tão bem engendrado, faria sorrir ou se, pelo contrário, mereceria ao venerável D. Pedro da Encarnação um olhar de reprovação. Porque, como logo havia de perceber o bibliotecário de Santa Cruz de Coimbra, naquela sigla também se podia desdobrar o próprio nome do autor da música, *Antonius Iosephus Carolus a Seyxas*, fazendo o manuscrito parecer mesmo da mão do falecido, que Deus tenha a sua Alma em Sua companhia.

Organista como ele, e compositor, lembrou-se como tinha morrido novo o prodígio de Coimbra, alguns anos antes de ele próprio nascer. Mas, à medida que lhe copiava as partituras dispersas, Alberto José só dava por si a aspirar tornar-se tão bom como António José, mais conhecido na Santa Basílica

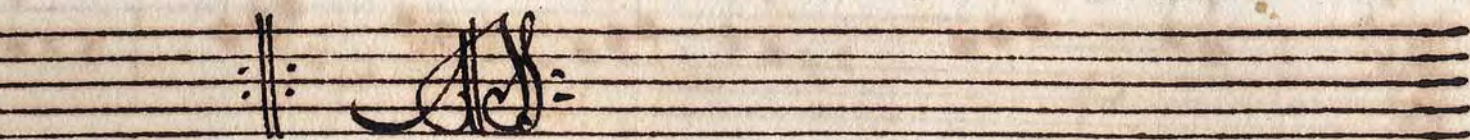
Patriarcal pelo seu outro nome de Carlos. A verdade é que desejou ter escrito um Concerto como aquele para *Violini e Cembalo* que encontrara nessa manhã quase escondido no fundo de um gavetão de sacristia, entre os outros papéis do falecido organista. Nunca tocado, imaginava ele, a peça profana parecia-lhe excelente e ia copiá-la também para a encomenda do Mosteiro, cujas palavras exactas eram, lembrava-se bem, “cópia de toda a música que pudésseis vós reunir” daquele que tinha sido o mais brilhante ou, pelo menos, o mais universalmente conhecido discípulo daquela grande Escola. Mas, não tinha sobrado muito da lástima do Terramoto, coisa de 30 Tocatas tinha ele neste volume, nada do que se dizia por essa Lisboa, que o grande Seixas tinha escrito mais de setecentas e que, não tivesse morrido cedo, havia de ter chegado a tocar em Roma na grande basílica que lá têm, ou até na Capela do Papa, quem o poderá saber, senão o Altíssimo? Não era muita coisa, é verdade, mas tinha esmerado tanto a escrita que dava mesmo vontade de a mandar imprimir, para que toda a gente se pudesse encantar com aquela música.

Idênticas que pudessem parecer as iniciais dos seus nomes, Alberto José percebia, com uma ponta de

tristeza, como os talentos dos dois podiam ser diferentes e só sorria por pensar se ainda iria enganar um dos bibliotecários mais novos do convento ou, talvez, um dos que depois destes haviam de vir, sem dúvida, nas inúmeras gerações que zelariam pela riquíssima biblioteca de música daquela Santa Casa, *per omnia saecula saeculorum*, a toada sacra impunha-se na sua cabeça, *A-a-a-men*.

POSFÁCIO

“É ficção, tenho sempre essa defesa” diz Tomás Noronha no melhor romance de José Rodrigues dos Santos. E o *Codex* 632 lá está, na Biblioteca Nacional, com todos os seus enigmas, da mesma maneira que na nossa Biblioteca Geral se conserva o Manuscrito Musical MM 57, tal qual o descrevemos aqui: uma cópia anónima do séc. 18, no mesmo formato *In-quarto* oblongo e da mesma mão do MM 59 (*Concerto a 4 com VV e Cembalo*) sem indicação de autoria. Sobre a leitura das siglas existentes nestes dois manuscritos nunca ninguém seriamente arriscou uma proposta.



Fine.



José Duarte

“O jazz e o poder são antagónicos”

José Duarte, 69 anos, uma vida inteira dedicada a ensinar os portugueses a gostar de jazz. No escritório de sua casa no bairro da Lapa, em Lisboa, entre paredes preenchidas por livros, discos, fotografias, encontra-se toda uma imensidão de objectos relacionados com o universo musical. Defende o jazz como uma música sempre em movimento e nunca em consonância com o poder. No entanto, não esconde o desalento ao fim de tantos anos devotados ao jazz, sem saber se o balanço desse tempo é positivo ou negativo. Agora, diz, falta-lhe arrumar as coisas para se ir embora. Para tal doou o seu precioso acervo à Universidade de Aveiro, com o que contribuiu para a criação do primeiro Centro de Estudos de Jazz em Portugal. Ele é o provedor do jazz, desde quando o jazz era ainda música de resistência a um regime que impedia os portugueses de ler, ver filmes, ouvir música.

R•L *O que é o jazz?*

J.D. Pode-se dizer que o jazz nasceu em 1917, porque só existe desde que foi gravado. Como é uma música de improvisação, só a gravação é que o retém. Isto é uma contradição, com a qual o jazz tem vivido toda a vida. O que significa a palavra “jazz” ninguém sabe. Tem-se discutido muito, mas a teoria mais repetida é que é um calão afrancesado de New Orleans, e que isso tem a ver com *jazer*, tem a ver com amor. Esta, pelo menos, é a teoria. É muito bonita graficamente, “j”, “a” e os dois “zz”. Há várias teorias mas esta da influência francesa é aquela em que eu acredito mais. Mas não me interessa

saber da palavra em si, interessa-me o que ela significa: aquela música de improvisação e *swing*.

R•L *E como é que o jazz entra na sua vida?*

J.D. Já cá estava, nasceu comigo. No liceu, um dos meus colegas convidou-me a ir ao Hot Clube, onde se juntavam os maluquinhos do jazz, como se costumava dizer. Na época os que gostavam de jazz eram muito ofendidos. Eu então, porque tinha barba, chamavam-me cubano, comunista, porco. Por eu gostar de jazz chamavam-me amante dos pretos, dos batuques... Estávamos em pleno fascismo. Era penoso viver em Portugal e era penoso viver em Portugal e gostar de jazz. Fui ao Hot Clube, lá vi o Luís Villas-Boas e os seus amigos a ouvirem na telefonia a estação norte-americana, que dava uma hora de jazz por dia para a Europa. Fui recebido friamente e fiquei triste, o Hot Clube não me agradou. Vim-me embora um bocadinho decepcionado. Depois assisti a uma conferência do Dr. Raul Calado, que foi o meu primeiro mestre. Ele, que era sócio do Hot, tinha perdido as eleições para a presidência contra o Luís Villas-Boas. E tinha dito que se perdesse ia fundar um novo clube. Eu gostei da sessão, dos discos, para mim era música nova. Entrei em contacto com ele e fui o sócio número dois do Clube Universitário de Jazz (CUJ). Foi um clube que era o antípoda do Hot Clube. Tivemos dois mil sócios em dois anos e meio e as portas foram seladas pela Polícia de Segurança Pública. “Estava cheio de comunistas”, diziam eles. Eu não sei se era

verdade ou mentira, mas o que é certo é que estavam lá muitos dirigentes de movimentos de libertação das colónias.

R•L *Nessa altura teve também o seu primeiro programa na rádio, “O jazz, esse desconhecido”. Havia muitas resistências à introdução do jazz em Portugal?*

J.D. O jazz era tão difícil que para se fazer um concerto de jazz não se podia chamar jazz, tinha de se chamar música de dança, até o nome era mau. Um país onde não havia livros, filmes, discos, liberdade, onde se lutasse por ler, por ver, por ouvir, onde se corria o risco muito forte de ser preso. A minha geração foi marcada por isso. Eu sou da segunda geração do jazz em Portugal, a primeira é a do Luís Villas-Boas. Os divulgadores acabaram, essa coisa de ir pelo país com os discos debaixo do braço. Hoje em dia a geração, a quarta ou se calhar já a quinta, é mais interessada por lojas de discos, organizar concertos ou fazer críticas de discos. Enfim, se calhar é essa a promoção, mas isso é nitidamente um comércio. Estão mais interessados em ganhar dinheiro do que em ganhar amantes para o jazz. Conseguem fazer as duas coisas, o que não é nada mau. Mas não é a filosofia da nossa geração, somos o pessoal em vias de extinção.

R•L *Ainda assim, considera que o jazz, hoje como nessa altura, continua a ser uma música de resistência, marginal?*

J.D. O jazz hoje em dia é uma música de minorias. Nunca lhe chamar elites,

porque não somos maiores que os outros, somos menos que os outros. É uma música que incomoda. Sempre que o jazz tiver grande popularidade, como agora tem, e os dirigentes políticos disserem que têm *swing*, há perigo. O jazz nunca está em consonância com o poder. É uma música de resistência, de existência e de combate. Até porque não é uma música parada, está sempre a andar. É um bocado contra o poder, contra quem manda. Se calhar estou a fazer um romance daqui. Mas, se houvesse céu e inferno, não conheço músicos que fossem para o céu. Por isso é que eu quero ir para o inferno, estão lá os génios todos.

R•L *No livro “Cinco minutos de jazz” escreve que gosta que poucos gostem de jazz. Porquê?*

J.D. Vou-lhe contar uma história a propósito disso. Numa ilha dos Açores, creio que no Corvo, que tem trezentos habitantes, um meu amigo jornalista entrevistou e muito bem o habitante mais velho. Eu digo muito bem porque na tradição africana ninguém fala quando o mais velho fala. O mais velho tem essa prerrogativa, coisa que na sociedade europeia ocidental não existe, pelo contrário, somos ridicularizados porque estamos velhos. Entrevistou o homem, provavelmente um analfabeto, mas que lhe falou sobre o estado de espírito que um ilhéu tem, por viver isolado no meio do mar. Enfim, puxou uma conversa boa. O meu amigo despediu-se do homem, todo contente com a entrevista, quando o velhote o puxou e disse: “Olhe, você não diga mal do Corvo. Mas não diga muito bem, porque a gente gosta de estar aqui sozinhos”. Esta é a grande definição do jazz. Quando o jazz tiver megaconcertos, que nunca terá, algo está mal, porque algo se

deu que permitiu que as massas fossem aos seus concertos. Penso que o jazz e o poder são antagónicos. O jazz e a massificação são antagónicos. E porquê? Porque é uma linguagem diferente. É como se não se soubesse falar alemão. Se se aprender, os sons passarão a fazer sentido. Aprender jazz é aprender uma linguagem nova.

R•L *Mas isso não entra em contradição com o que o José Duarte sentiu quando foi ao Hot Clube? Não se está a restringir o jazz a esta minoria?*

J.D. Não, há minorias e minorias. A grande minoria. O ambiente na altura era totalmente diferente. Já lá vão cinquenta anos, eu era um puto que, como todos os putos, gosta de ser ouvido, e ali não fui. Entrei porque levava um amigo que, esse sim, estava provavelmente na direcção, e me meteu lá. Isso não me irritou, mas fiquei triste porque eu gostava de aprender. Fiquei triste, e depois entrei no CUJ. E usei o jazz, tenho-o feito durante a minha vida, sem ele saber sequer. O meu feitio pessoal tem muito a ver com companhia, tenho uma alta tendência comunicativa. O que eu gosto, gosto que as outras pessoas gostem. Longe de mim ir a um megaconcerto em Portugal. O que enche os concertos de rock é tudo menos música. Primeiro é para ir curtir, que eu não sei o que é. Depois é para ir fumar, para se drogarem, beber álcool, fazer amor, que também não sei como se faz amor, se com as mãos ou com os pés. Se formos lá e perguntarmos a alguém quantos músicos estavam em palco, não sabe. Que instrumentos estavam no palco, não sabe, não conseguiu ver, distraiu-se, não conhece os instrumentos. A maioria esmagadora das pessoas não distingue um clarinete

de um saxofone soprano. Portanto, isto é tudo uma rebaldaria pegada.

R•L *E em termos de cultura musical, há diferenças entre o Portugal quando começou e o Portugal actual?*

J.D. Na cultura musical não noto diferença. O jazz está um bocado empolado, somos o país da Europa com maior número de concertos *per capita*. Mas o público sabe pouco ou nada de jazz. Os sucessos dos concertos em Portugal são disso uma prova. Não me convencem que todos os concertos que se realizam em Portugal têm um sucesso que justifique *encore*. Eu nunca fui a um concerto em Portugal, raros são os concertos, raríssimos, em que o público não pede *encore*. E porquê? Sei lá. Primeiro, porque as luzes não se abrem. Quem manda no sucesso dos concertos é quem controla os interruptores. Porque quando as luzes se acendem, as pessoas já não querem mais, vão-se embora. E com as luzes fechadas faz-se render o concerto. Não se sabe muito mais de jazz, mas o jazz tem mais sucesso. Mas o público em Lisboa, por exemplo, é um público de salas, não é um público de jazz. O público acredita que quem programa sabe. É tal a oferta cultural hoje em Portugal que as pessoas se perdem e cometem erros.

“SOU O PROVIDOR DO JAZZ”

R•L *Em 1966 começou na Rádio Renascença “Cinco minutos de jazz”, passou para a Rádio Comercial e desde 1993 está na Antena 1. Ainda há espaço na rádio para um programa assim?*

J.D. Não há nenhum programa que possa ter cinco minutos, é uma rubrica,





como se chamava quando foi fundado. Foi com o saudoso João Martins, éramos amigos de infância. Lutei com ele para ser um quarto de hora, dez minutos, mas ele disse-me: “Não, Zé, cinco minutos é que é”. E cinco minutos é que é, foi, será, está a ser. É uma fórmula de “Ai tão bom, não foi?”. Há muita gente que não gosta de jazz. Há mais pessoas que não gostam de jazz do que pessoas que gostam de jazz. Portanto, se estão a sintonizar e lhes aparece o jazz, não mudam de estação, aguentam aqueles cinco minutos, baixam o volume, conversam. A continuidade, a insistência, a regularidade, conquistou muita gente para o jazz.

R•L *O “Cinco minutos de jazz” com quarenta anos, é o programa diário mais antigo da rádio portuguesa. Como se mantém a vitalidade de um programa de rádio ao longo de tanto tempo?*

J.D. É a vitalidade do jazz. O jazz tem evoluído a uma velocidade tal que a cada década do século passado correspondeu um estilo de jazz. Na década de 20 foi o estilo de New Orleans, na década de 30 o *swing*, na década de 40 o *bebop*, depois o jazz moderno, a seguir o *free jazz*. Hoje em dia, embora o jazz esteja aparentemente parado, a produção é enorme e os músicos são muitos e todos bons. Vou acompanhando o mercado, acompanho o que a indústria quer, seleccionando, contrariando, tentando canalizar o público para os discos que a mim merecem maior confiança. E lutar contra o mercado, não é ir cegamente contra ele. Sou o provedor do jazz.

R•L *Apesar do bom desempenho do programa, ao início as reacções*

dos ouvintes não foram as melhores...

J.D. A maioria das pessoas que têm educação musical, têm educação musical ocidental e europeia, e o jazz vem de África. O jazz é uma linguagem que tem uma fonia, uma gramática, uma sintaxe diferente, é algo da natureza da língua. Se não se percebe nada, diz-se mal, à portuguesa. O meu acervo em Aveiro tem uma colecção de postais com acusações, que me enviavam durante o fascismo e eu lia ao público do “Cinco minutos”. Mesmo hoje em dia, o público da clássica não tem nada a ver com o público de jazz, e reage mal.

R•L *Também na rádio, participou no programa “Pão com manteiga”.*

J.D. O “Pão com manteiga” foi o desencaramento. A rádio depois do “Pão com manteiga” é outra. Entre outras coisas, descobrimos o alto sentido de humor do povo português. Lembro-me de fazermos um programa de rádio a cores: “Hoje o programa tem cores, é emitido nesta primeira hora em amarelo”. Uma ideia fabulosa, rebentámos com o PBX da Rádio Comercial, de tantas chamadas. Uma vinha da Estremadura, de um ouvinte que disse: “Aqui começou a chover a cores”. Foi uma ideia fabulosa. Um ouvinte, portanto não éramos só nós que tínhamos ou pretendíamos ter graça. O mestre Eduardo Prado Coelho, que tinha um programa na televisão, fez uma emissão sobre a língua portuguesa e o “Pão com manteiga”. Ainda hoje recebemos cartas de escolas para portugueses no estrangeiro a pedirem--nos direitos para usarem os livros que publicámos do “Pão com manteiga”, pela imaginação e pelo desdobramento dos sentidos das palavras portuguesas. Gosto muito de brincar a sério com as palavras.

R•L *E acha que essa forma de fazer humor deixou raízes?*

J.D. Apareceu o Herman, mas hoje em dia é o que é. Tem havido sucessivas vagas, a última é a do Gato Fedorento. Cada época tem o estilo de humor que merece, isso tem de ser lido historicamente. Eu, o Carlos Cruz e a fabulosa equipa do “Pão com manteiga”, fizemos outro programa que teve um êxito tremendo, tanto que foi proibido. Foi proibido, isto é, o João David Nunes acabou com ele porque as esposas dos ministros ouviam-no e não gostavam. Isto depois do 25 de Abril de 1974. Chamava-se “Uma vez por semana”. Queríamos falar de sexo sem falar de sexo, ou seja, através de palavras e conceitos que não tinham aparentemente nada a ver, deixar à inteligência dos ouvintes a capacidade de sorrir, ou de rir à gargalhada. Era difícilíssimo fazer o programa, estávamos naquela zona em que nem podíamos cair para um lado, da ordinárice, nem para o outro, da erudição. A ordinárice era um humor que não nos interessava. A erudição não tinha graça. Até que o João nos convocou e disse: “Estou a sofrer pressões, as senhoras dos ministros não gostam... Mas ouvem!”. Não ouvissem! É como a televisão. Queixarmo-nos da televisão para quê? Queixemo-nos do poder. Temos sempre a hipótese de mudar de partido. Como na rádio, não gosta, desliga.

R•L *Qual é o espaço que o jazz ocupa na comunicação social?*

J.D. O espaço é proporcional ao entusiasmo, aos amantes do jazz neste país, é pouco. Já temos uma revistita, mais é escusado mas melhor é desejável. Sem ser a Antena 1 e 2, não conheço outras rádios com cobertura nacional que

dêem jazz, portanto também é fraco. A imprensa é o que se lê, praticamente zero. O panorama da televisão, esse, é zero. Nem nos telejornais anunciam os concertos ou festivais. Não têm programas de jazz porque não querem. Este ano em Portugal tivemos quarenta e tal festivais, com uma média de três concertos. Nós pedimos meças aos países europeus em oferta. E com sucesso, porque os concertos não estão vazios. Mas mesmo assim, os meios de comunicação ignoram.

R•L *Passou pela imprensa, pela rádio, pela televisão e mantém há nove anos o portal JazzPortug@l. Que balanço faz da existência desta página na Internet?*

J.D. Muito positivo. Nasceu de um convite de um trabalhador da Gulbenkian, que é um especialista em informática. Telefonou-me, não nos conhecíamos, e convidou-me a fazer um site de jazz. Eu já tinha feito muitas coisas, mas sites nunca. Tornámo-nos amigos, funcionámos muito bem, e tivemos um grande êxito. Com a passagem do meu acervo para Aveiro, cedemos tudo à Universidade de Aveiro. Há a possibilidade de a muito curto prazo pôr o meu acervo na Internet, está-se a discutir direitos. Se se puser a minha colecção de discos à disposição do Mundo seria outra grande vitória do jazz em Portugal.

R•L *Qual é a sua posição em relação aos downloads de músicas da Internet?*

J.D. Eu disso percebo muito pouco, ou melhor, não me quero expor. Sou a favor da fraude. Não gosto, evidentemente, que os músicos sejam roubados, mas tem que haver uma solução intermédia.

R•L *Com tudo o que já fez, o que é que lhe falta fazer no jazz?*

J.D. Falta-me ter juízo e falta-me ir embora. Falta-me organizar as coisas para me ir embora, antes de morrer. Estou cansado, não só da idade, mas do ambiente, dos desgostos da vida. Tenho o meu feitio, há quem diga que é um mau feitio, é o meu. Os portugueses têm uma característica fatal: a inveja, que apodrece tudo. Ao fim destes cinquenta anos de luta pelo jazz não vou muito contente. Deixo muito da minha vida no jazz em Portugal, e não sei se os prejuízos são maiores que as vantagens. O Armstrong, quando esteve em Portugal, convidou-me para ir viver com ele e com a mulher. Em 1961, tinha eu 23 anos. Filho único, pais vivos, fiquei assustado. Isto foi à porta do avião. Com o humor que lhe era característico, dizia: "Cama, mesa e roupa lavada. No pocket money, baby". Ele foi-se embora, deixou cá o advogado no hotel onde pernoitaram, com instruções para me dar o bilhete se eu fosse lá. Não fui. Não sei se fiz bem se fiz mal. Sei que ele vivia nos arredores de Nova Iorque, e Nova Iorque é uma cena pior que Lisboa, com certeza. Sofri muito, quer do poder político, quer dos meus camaradas da divulgação. Não me falta fazer nada, mas faltam-me amizades. Vivo sozinho. Por isso, com a autorização das minhas três mulheres, as minhas herdeiras, pus o meu acervo em Aveiro. Assinei um documento e a Universidade de Aveiro ficou responsável não por preservar, mas por actualizar. Assinamos revistas, compramos discos, compramos livros, todos os meses. Temos um orçamento, e aquilo vai continuar.

R•L *Depois dessa oportunidade nunca mais pensou em sair de Portugal?*

J.D. Não. Eu acho que, sem dar por isso, fiz bem. Fiz mais pelo jazz no meu país do que faria nos Estados Unidos. Lá era mais um, e aqui sou um dos poucos. Uma coisa que me entristece é o ambiente do lucro que se vive hoje em dia em Portugal. Já estou a mais neste mundo. Eu faço as coisas por bem e as pessoas levam-me a mal.

R•L *Nunca sentiu necessidade de passar para o outro lado, de tocar um instrumento?*

J.D. Dizem que o crítico é sempre um músico falhado... Sim, gostava de ter sido músico. Quando era miudito, os meus pais levaram-me a uma escola de música. Disseram-me que não podia tocar piano porque tinha as mãos muito sapudas. Na altura não existia o Bill Evans. Foi uma estupidez. Depois fiz percussão, tenho muito jeito para percussão, mas abandonei, porque não havia escolas de jazz. Portanto cá nisto de escrever e de pensar. Também é importante, uns pensam, outros fazem.

R•L *Ao longo da sua vida, aproximadamente quantos objectos reuniu na sua colecção relacionada com o jazz?*

J.D. Tudo junto? Sei lá! Tudo junto deve dar mais de 100 mil. Discos são dezenas de milhares. Livros eram milhares. Revistas então, mensais desde os anos 50! Julgava que a casa ficava vazia, mas continua cheia! São dezenas largas de milhar, se não centenas de milhar, de objectos. Contando com autógrafos do Monk e do Armstrong, coisas preciosas, e uma colecção de posters fabulosa.

É a história gráfica do jazz. Era um maluquinho dos *posters*, sempre que ia a um festival ou concerto pedia o *poster*. São regra geral pobres esteticamente, mas marcam a sucessão de músicos que cá vieram, disso o público português não se pode queixar. Hoje há dificuldade em fazer cartazes com músicos que não vieram cá. Lastima-se que os portugueses subam pouco aos palcos. Mas isso também não me compete a mim fazer, compete-me é criticar.

R•L *E não sente a falta da sua colecção, agora que está depositada em Aveiro?*

J.D. Não. Não sei porquê, devia sentir, mas de facto não sinto. Sou um tipo seco, a vida fez-me assim. Há momentos em que me vou abaixo, mas sei que estão lá. Se for preciso, de comboio ou de carro em duas horas estou lá ao pé deles, a fazer-lhes festinhas, e eles conhecem o dono. Sei que estão a servir os meus alunos, e que estão a ser mais úteis do que fechados aqui em casa.

R•L *Com o seu acervo iniciou-se o Centro de Estudos de Jazz da Universidade de Aveiro. Que lacuna é que esta estrutura veio preencher?*

J.D. A estrutura está-se a fazer, à semelhança do que quase todos os países do Mundo têm. Há sempre um maluquinho do jazz que morre e deixa o seu espólio. O Centro de Estudos de Jazz vai servir para eu dar aulas, porque estou a dar aulas no Departamento de Comunicação e Arte, portanto passarei para o local do crime. O objectivo é desenvolvermo-nos e poder fazer intercâmbio mundial, oferecer o que temos e receber o que não temos, embora a minha colecção seja escassa.

R•L *Continua a haver ícones no jazz?*

J.D. O jazz atravessa uma crise de símbolos. Uma crise de quantidade e de qualidade. É muito difícil aparecer alguém que ultrapasse a média estabelecida neste momento pelos jovens músicos de jazz americanos. Os europeus estão a virar-se para, dentro da forma jazz, tocando com *swing*, com as técnicas e sonoridades jazz, improvisarem utilizando temas do folclore do seu país. É uma das grandes correntes do século XXI no jazz, porque o máximo já está feito. Não sei o que é que se poderá fazer mais. Portanto, vale tudo. Isso foi aproveitado pelos europeus e americanos, vieram uma data de músicos tocar *free jazz* que eram batoteiros. É uma grande confusão.

R•L *O futuro do jazz passa então pela assimilação de elementos das identidades locais?*

J.D. Exactamente. O jazz foi a primeira música de fusão neste Mundo. O folclore que veio de África, misturado com os instrumentos europeus e com as culturas europeias, naquele caldeirão de New Orleans é a primeira música de fusão. O novo salto, entendido não como salto qualitativo mas como salto de forma, está já a ser dado: são as cores locais, os microclimas onde os músicos habitam. Multiplica-se o jazz e deixa de haver a forte componente negra norte-americana, essa está noutra corrente do jazz deste século, o *mainstream*. A terceira corrente que se está a adivinhar neste século é o revivalismo do *free*. Hoje o *free jazz* tem muita força, há quem diga que está a ser melhor tocado que no tempo em que nasceu.

R•L *Se tivesse que escolher um disco como banda sonora da sua vida, qual era?*

J.D. Gosto de ir na multidão. Escolhia o que se vende mais, e que sempre foi, que é o "Kind of blue".

R•L *No livro "Poezz", o José Duarte interroga-se sobre a utilidade do jazz. Permito-me devolver-lhe a pergunta: para que serve o jazz?*

J.D. A mim serviu para passar quase a vida inteira. Em períodos de forte ditadura servia como arma de luta. Com o 25 de Abril, o jazz passou para 15ª prioridade da minha vida. Estava convencido que ia ficar assim, mas com o evoluir político do país o jazz é outra vez muito importante. Isso é uma pergunta provocatória, para as pessoas dizerem "Não serve para nada". Serve para muito. Costumo dizer aos meus alunos: "Quando saírem daqui são melhores que quando entraram, falam mais uma língua, ficam pessoas mais ricas". Um tipo que saiba de jazz sabe de tudo: política, economia, música, outras músicas, é um grande enriquecimento. É uma chave para entrar num mundo que nos é novo.



Fragmentos à maneira de Enrique Vila-Matas

Ana Hatherly

O que me levou a escrever o presente texto, para além da admiração que tenho por Enrique Vila-Matas como autor, não foi tanto a divertida entrevista que ele deu à Antena 2, quando estive na Póvoa do Varzim para participar no Festival Correntes d'Escritas deste ano, mas o facto de, na entrevista que depois concedeu ao Público de 16 de Fevereiro, a propósito da publicação do seu novo romance *Doutor Pasavento*, ele declarar que actualmente “busca a arte do desaparecimento”, e que “desaparecer exige uma arte”, afirmando logo no início do próprio romance que “paradoxalmente toda essa paixão por desaparecer, todas essas tentativas, chamemos-lhe suicidas, são ao mesmo tempo tentativas de afirmação do meu eu.” Ora o tema do desaparecimento, tão recorrente na sua obra, foi importante para mim durante muito tempo.

Como Enrique Vila-Matas, eu li bastante, inclusive as obras dele. O meu universo cultural também começou, em parte, como o dele, com o *Dom Quixote*. Como ele, escrevi bastantes comentários a leituras e outras coisas aprendidas na nossa e em outras culturas, ou simplesmente vivendo. Também é verdade que li os filósofos, de preferência aos ficcionistas, mas é claro que fui leitora apaixonada de Kafka, J. L. Borges e até Cioran, que a certa altura, cheguei mesmo a

descrever como “meu primo doloroso”.

Também li Robert Walser, de quem Vila-Matas parece ser admirador incondicional, e durante muito tempo também eu desenhei e escrevi em papelinhos muito pequenos e com uma letra tão minúscula que eu mesma não conseguia ler. Creio que ainda há quem faça isso hoje em dia. Mas eu já não. Actualmente penso que há uma relação directa entre a miniaturização da escrita manual de um autor moderno e um imenso desespero, que provavelmente corresponde a uma vontade de minimizar o sofrimento recorrendo à ilegibilidade, criando assim uma área de secretismo, que funcionará como uma espécie esconderijo protector. É uma forma difícil de conjugar a vontade de ser com o desejo de renúncia. Vila-Matas, no seu *Doutor Pasavento* recorre a expressões muito significativas, como por exemplo: “não estou aqui para escrever, mas para estar só” (p. 204); ou “escrever para se ausentar” (p. 284); ou “a escrita como reflexo de um mundo interior” (p. 259); e “reinventar as nossas recordações”.

Quando eu era ainda muito pequena, e porque era costume na época, participava às vezes no cerimonial do enterro de crianças conhecidas da minha família. Eu ia muito séria no cortejo infantil que acompanhava a pé os pequeninos caixões

brancos até ao cemitério, mas um dia perguntei: - Para onde é que vão os meninos que morrem? A resposta foi: - Pr'ó céu, é claro! - Ai é?, retorqui eu admirada. E então acrescentaram: - Não vês aquelas nuvenzinhas redondas que aparecem às vezes ao fim da tarde no céu? São eles! É claro que eu tinha de concordar. Aos funerais dos adultos nunca me levavam. E ninguém me dizia para onde iam os que morriam. Então eu deduzi que quando as crianças morrem vão para o céu, mas os adultos não vão para parte nenhuma: desaparecem simplesmente.

Parece-me difícil saber quando e porquê surge a vontade de escrever e publicar. Como muitos artistas e escritores já disseram, o que verdadeiro autor quer sobretudo, mais do que dar a conhecer, é descobrir, conhecer, inclusive conhecer-se a si próprio, mas para isso tem de reinventar-se, criando a partir de si próprio, ou em si próprio, um novo território, que também pode ser um travesti, uma máscara ou uma exacerbação da auto-estima. Raros são os que têm o desejo ou a esperança de desaparecer pela escrita, pela arte, pela comunicação: *Le dur désir de durer*, de que fala Paul Éluard, é o grande anseio do autor, do artista, do homem consciente.

E depois de muitos anos de existência o criador verdadeiramente lúcido percebe que ninguém tem de se

preocupar com o seu desaparecimento, porque a ele estamos todos sujeitos – autores ou não – e quanto a descobrirem-nos realmente, no nosso mais precioso íntimo, ninguém nos vai descobrir mesmo, porque a essência do ser é necessariamente invisível, intocável. Vila-Matas, na já referida entrevista ao Público, declarou um tanto amargamente: “Faças o que façás, quer te escondas ou não, irás desaparecer.” No entanto, há alguns que renascem e outros que vão ficando mais ou menos vivos – os tais que, como ele diz, têm “*angel...*”

Não costumo fazer muitas citações, excepto em textos académicos, que a isso obrigam. Mas a verdade é que alguma coisa fica sempre em nós das leituras importantes que fazemos. Como é sabido, nesse sector, Vila-Matas é um Mestre, mas por exemplo, quando ele escreve sobre “a morte do escritor” eu, que, como ele pertenci à geração que proclamou o desaparecimento do escritor no texto mas continuo a escrever e a publicar, que posso acrescentar? Sobre o tema do desaparecimento, que eu a certa altura designei por “detergência morosa”, citando-me a mim própria, eis a Tisana n.º 39, publicada em 1969: “Tendo a gerência de um grande hotel resolvido mecanizar os seus serviços de limpeza adquire para esse efeito um

robot cinzento estreito e funcional. O robot limpa admiravelmente. Despoja as pessoas de tudo o que trazem na mão ou sobre o corpo. Como as pessoas deixam de frequentar o hotel o robot limpa o hotel de toda a mobília e de todos os objectos que nele se encontram acumulados. Quando não restam mais objectos para limpar o robot que se chamava ANONA-UÁ erra pelos corredores para libertar o hotel de todo o lixo.”

Escrevi bastante sobre robots porque me encanta a sua absoluta intransigência. Por exemplo, em OPERAÇÃO 2, obra que publiquei em 1967, um texto intitulado Anatomia e Liberdade do Poeta Robot TU-14-Ag, tem por protagonista um robot cuja base do seu programa é o seguinte axioma: “Conheço os meus limites e o meu código ou não conheço os meus limites e o meu código”. Não será isto equivalente a uma alternativa zero?

Cito agora Kafka através de Alberto Manguel, na edição de 1998 de *Une Histoire de la Lecture*: “*Tout ce que les allégories prétendent signifier, c’est simplement que l’incompréhensible est incompréhensible, et cela nous le savons déjà. Mais les problèmes auxquels nous sommes confrontés chaque jour, c’est une autre affaire.*” (p. 109)

Alegoria: O próprio som desta palavra a aproxima de **Utopia**, esse lugar nenhum que tanto espaço tem ocupado no pensamento e nos actos de escritores e artistas. No volume intitulado *L’Art au XXe. Siècle et l’Utopie*, uma colectânea de textos de vários autores compilada por Roberto Barbanti et Claire Fagnar (Paris, l’Harmattan, 2000), pode ler-se na página 25, a propósito da Utopia de Thomas More: “*L’utopie est ainsi, de prime abord, ce qui est écrit, ce qui s’écrit, le produit d’une écriture - L’utopie est écriture, avec tout le travail spécifique que cela implique, où se combinent de façon complexe fantasmés, imaginaire, perceptions objectives, pratiques de langue et élaboration rationnelle.(...) Mais peut-être faut-il voir là aussi, une pratique “livresque” de la réalité.*”

Na página 48 do Doutor Pasavento, Vila-Matas cita de Robert Walser a seguinte frase: “Que estranha depravação alegrarmo-nos secretamente ao verificar que nos ocultamos um pouco”; e mais adiante comenta: “foi um escritor que soube deslizar lentamente para o silêncio”. Termino aqui, porque já começo a ultrapassar o espaço de 7.500 caracteres (incl.esp.) que me foi concedido para este texto.

Lisboa, Março de 2007

TÍTULO: *Pousadas de Portugal*

AUTORA: Susana Lobo

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2006

À reforma de mentalidades que o Estado Novo impunha com a sua Política do Espírito deveria corresponder necessariamente um diferente conceito de turismo e, consequentemente, de hotelaria. Após a época áurea dos Palace Hotel, é Francisco de Lima que lança as bases para a construção dessa nova imagem com a sua tese “Pousadas”, apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo de 1936, num

momento em que o fenómeno turístico deixa de ser restrito às elites para estar ao alcance do “viajante mais modesto”, do “empregado público”, do “industrial que deseja conhecer o seu país e instruir-se”, do “estudante”.

Produto singular de uma política oficial de turismo que se foi moldando ao longo de todo o século XX, as Pousadas constroem-se entre a afirmação de uma identidade nacional, a abertura possível a uma modernidade que se reivindica e a consciência crítica da perenidade de uma herança popular e monumental a valorizar, traçando o percurso que acompanha e traduz

as condições políticas, as práticas sociais e a cultura arquitectónica do país.

Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do século XX faz uma análise da relação entre os modelos ideológicos e a sua expressão formal, espacial e construtiva, a partir do testemunho das Pousadas. Estudo que permite perceber as afinidades que o poder político procura estabelecer com a arquitectura e como esta, marginalmente, consegue romper com o sistema para propor novas formas de pensar.

TÍTULO: *Atlas de Patologia Cirúrgica*

AUTOR: João Patrício

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2006

A presente publicação constitui um desafio: dar a conhecer iconografia acumulada ao longo da vida hospitalar e universitária. É um livro que versa temáticas quer frequentes na prática clínica quer menos fre-

quentes ou mesmo raras. Aborda ainda complicações ou doenças iatrogénicas por se entender que a reflexão sobre o êxito ou inéxito cirúrgico reveste carácter pedagógico, pelo que, é invocado o risco e criticado o gesto incorrecto.

Procura assinalar o detalhe ou a manifestação que caracteriza a patologia ou condiciona a intervenção. Os títulos dos diferentes capítulos divididos por patologias,

por órgãos e por especialidades não os torna estanques. Há imagens que poderiam integrar mais que um capítulo; todavia, a repetição seria inútil e tal “lacuna” será suprida pelo índice onomástico.

Caso o leitor entenda que há validade neste trabalho será possível reformulá-lo, acrescentando novas imagens comentadas que continuam em arquivo.

Espectroscopia de Ressonância Magnética e Nuclear

TÍTULO: *Espectroscopia de Ressonância Magnética e Nuclear*

AUTOR(ES): António Rocha Gonçalves, Teresa Pinho e Melo

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2006

O livro intitulado Espectroscopia de Ressonância Magnética Nuclear é

um texto actualizado destinado a químicos mas acessível a não especialistas que necessitem de alguns conhecimentos fundamentais desta hoje importantíssima técnica. O trabalho constitui uma actualização de um primeiro trabalho dos mesmos autores publicado alguns anos atrás, tendo em conta a importante evolução instrumental bem como

das técnicas bidimensionais. Os autores esperam com este novo trabalho ter colocado à disposição dos leitores um trabalho que satisfaz os principais requisitos actuais de quem precisa da espectroscopia de ressonância magnética nuclear como um método de suporte à resolução de problemas estruturais.

O Museu Nacional da Ciência e da Técnica

TÍTULO: *O Museu Nacional da Ciência e da Técnica*

AUTORA: Adelaide Manuela da Costa Duarte

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2007

Este trabalho resulta de uma investigação em Museologia e Património Cultural sobre a conceptualização do Museu Nacional da Ciência e da Técnica (1971-1976). Pretende-se dar a conhecer o contexto em que emerge o Museu, as suas influências, a sua estrutura, a sua projecção e dificuldade de reconhecimento no seio da comunidade museológica. Este Museu foi pensa-

do e construído por Mário Silva, eminente físico conimbricense, que se doutorou com a Nobel Madame Marie Curie, no início do século XX. O único Museu nacional dedicado à ciência e à tecnologia, classificado na chamada “primeira geração”, foi impulsionado sob a égide do então Ministro da Educação Nacional, o Prof. Veiga Simão, em tempo marcelista. Na época, Mário Silva e os seus colaboradores estudaram os melhores exemplos da museologia das ciências e das técnicas para desenharem um projecto ambicioso e actualizado. Percorre-se desde o *Musée des Arts et Métiers* parisiense ao *Exploratorium* de São Francisco para se conhecer os seus

contributos na evolução da museologia e a sua influência no projecto português. A instalação condigna da sede do Museu, a ideia de instituto, de museu nacional, de descentralização, de rede guiaram as preocupações daquele mentor e nem sempre foram compreendidas ou levadas a bom termo. Merece destaque a actividade expositiva, logo desde 1973, constituindo a face visível do Museu. Na formação do “recheio” ou colecção, impressiona a pretensão de inventariar todo o material existente em estabelecimentos oficiais de ensino.

Structure Information from HPLC and on-line measured absorption spectra. Flavones, Flavonols and Phenolic Acids

TÍTULO: *Structure Information from HPLC and on-line measured absorption spectra. Flavones, Flavonols and Phenolic Acids*

AUTOR[ES]: Maria da Graça Campos e Kenneth R. Markham

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2007

The tools used in scientific research are constantly changing and HPLC with photodiode array detection technique has become an important and popular technology used in studies such as plant extract analysis,

drug discovery and development, the monitoring of manufacturing processes and quality assurance. The HPLC/photodiode array technique is also an important base tool of pure science. The authors have provided a compilation of valuable and unique reference material, gathered using strictly controlled conditions, and have developed theoretical rules that will aid users of this technique in the identification of the structures of the titled compound types. These compound types are widely encountered in bioactive plant

components. The book will have appeal not only to academic chemists but also for example to biologists, food technologists, pharmacologists, pharmacists, the health supplements industry and the colourant industry. To our knowledge this is the first book of its kind to present and interpret a compilation of actual spectra of a series of authentic compounds, measured under identical and defined conditions that practitioners can use for direct comparison with their own data.

O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974

TÍTULO: *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*

AUTOR: José António Bandeirinha

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2007

Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo

novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais. Se, por um lado, se pode considerar a produção que se seguiu como a expressão mais coerente de uma “Arquitectura do 25 de Abril”, por outro lado, a pronta resposta dada pelos arquitectos e pelas equipas de projecto em geral correspondeu, pelos conteúdos metodológicos inusitados e pela própria qualidade de muitos dos exemplos construídos, a um dos períodos da nossa cultura arquitectónica recente mais debatidos e referenciados em todo o mundo.

Todo esse manancial de produção arquitectónica, até aqui alvo de levantamentos parciais, é analisado e inventariado neste livro.

Cadernos de Jornalismo

TÍTULO: *Cadernos de Jornalismo*
 NÚMERO: 0
 DIRECÇÃO: Isabel Férin
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Jornalísticos da FLUC
 Coimbra, 2007

Os Cadernos de Jornalismo, que neste número se apresentam, têm como principal objectivo a divulgação de trabalhos de alunos da Licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mais do que para ser um repositório da extensa produção que tem lugar em cada ano lectivo, os "cadernos" foram criados para acolher os melhores textos realizados no âmbito das disciplinas leccionadas no Instituto de Estudos Jornalísticos. Os trabalhos representam dois tipos de abordagem: uma

de pendor prático, essencialmente fruto dos artigos realizados no âmbito das disciplinas de Jornalismo Escrito (I e II); a segunda resulta de investigações feitas no domínio do seminário e do relatório de Estágio. Como nem sempre será possível apresentar estes trabalhos na íntegra, dada a sua natural extensão, os Cadernos de Jornalismo terão também uma versão electrónica, disponível em cadernosdejornalismo.uc.pt, onde será possível consultar os textos completos. Neste domínio serão também alojados trabalhos de rádio, televisão e multimédia. A par desta motivação, a revista abrir-se-á também a outros textos, nomeadamente a artigos académicos de investigadores na área das ciências da comunicação, que pretendam divulgar o seu olhar através destes "Cadernos", sempre

receptivos a contributos de qualidade. Haverá ainda um espaço para resenções (filmes, livros, revistas, etc.) e uma agenda de eventos ligados às Ciências da Comunicação (colóquios, seminários, congressos, apresentação de livros, etc.). Também para estas secções se aceitam propostas que deverão ser submetidas através do nosso site. Os Cadernos de Jornalismo não se esgotam, porém, na publicação. Pretendem ser também uma oportunidade de abertura do Instituto de Estudos Jornalísticos ao exterior, no sentido de potenciar a sua afirmação e assumir-se como dinamizador de iniciativas centradas no jornalismo e na comunicação. Destas "andanças", os Cadernos de Jornalismo irão dando conta, a um ritmo semestral marcado pelo calendário académico.

TÍTULO: *Capoeira. Novos Estudos*
 AUTOR: Paulo Coelho Araújo
 EDIÇÃO: Livraria e Editora Notas & Letras
 Juiz de Fora, Brasil, 2005

Para melhor compreensão e clarificação deste ensaio, o livro foi constituído em três partes distintas, iniciando por uma sucinta digressão

histórica da Capoeira no contexto social brasileiro, para assim familiarizar os leitores sobre os aspectos referentes à sua génese e à sua importância como elemento constitutivo da cultura brasileira. Num segundo momento aborda-se esta actividade enquanto jogo e a sua utilização nos tempos livres nos contextos referidos, abordando primei-

ramente aspectos teóricos desta expressão sociológica na sociedade contemporânea, para assim possibilitar o enquadramento da prática das actividades livres, mesmo em condições adversas. Por fim, a Capoeira enquanto jogo de destreza corporal na aceção da teoria dos jogos.

Capoeira. Novos Estudos

Nitheroy, Revista Brasiliense

TÍTULO: *Nitheroy, Revista Brasiliense*
 AUTOR(ES): Vários
 EDIÇÃO: MinervaCoimbra
 Coimbra, 2006

Comemorando os 170 anos do aparecimento em Paris, em 1836, da revista *Nitheroy*, promoveram as Doutoras Ana Beatriz Demarchi Barel, investigadora nas Universidades de Paris III e Toulouse II, e Maria Aparecida Ribeiro, directora do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, uma reedição em CD-ROM, fac-similada, dessa publicação, acompanhada por estudos críticos. (MinervaCoimbra, 2006, 116 págs.). A revista, devida fundamentalmente

ao empenho de D. J. Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem – três jovens que exerciam funções diplomáticas em Paris e que ganharam depois vulto no seu país –, ostentava nos seus dois tomos o subtítulo de “*Revista Brasiliense*”, a epígrafe “*Tudo pelo Brasil, e para o Brasil*” (independente desde 1822) e a informação de dedicar-se a “*Ciências, Letras e Artes*”.

Dessa heterogeneidade de interesses dão esclarecedora notícia os mencionados estudos críticos, da autoria de Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa), Regina Zilberman (Universidade Católica do Rio Grande

do Sul), Ana-Beatriz Barel e Maria Aparecida Ribeiro, Jean-Claude Laborie (Universidade de Lyon III), Carlos de Almeida Bacellar e Rafael de Bívar Marquese (Universidade de São Paulo), Manuel Ferro (Faculdade de Letras de Coimbra) e Maria de Fátima Dias Duarte (Conservatório de Música de Coimbra). Sob diversificados ângulos (desde a literatura, pintura e música aos processos da produção do açúcar ou às orientações ideológico-morais do Estado), todos mostram de modo inteligente o empenho que a *Nitheroy* pôs na dinamização cultural do jovem e velho Brasil à luz da modernidade romântica, muito vista através do celebrado modelo francês.

Capoeira. Um nome – uma origem, uma nova abordagem teórica

TÍTULO: *Capoeira. Um nome – uma origem, uma nova abordagem teórica*
 AUTOR: Paulo Coêlho Araújo
 EDIÇÃO: Livraria e Editora Notas & Letras
 Juiz de Fora, Brasil, 2005

Nas palavras de António Gomes Ferreira “o livro busca desenvolver uma investigação rigorosa e séria, demarcando-se dos muitos trabalhos produzidos sobre este assunto até ao momento, quer pelo uso sis-

temático das fontes documentais pouco exploradas quer pelo nível de interpretação e inferências produzidas, as quais ampliam o campo de entendimento de uma temática ainda refém de preconceitos. Paulo Coêlho ousa tecer considerações de forma a fornecer subsídios para a elaboração de uma proposta teórica sobre a origem nominal da luta brasileira, as quais assentaram em três pilares fundamentais: o contexto vocabular português; o contexto

vocabular tupy-guarany; o contexto vocabular popular brasileiro. A partir de uma análise etimológica de diferentes matrizes e após uma apurada análise documental, o autor conclui por uma identificação metonímica *rés-pro-persona* distinta da apresentada numa das proposições teóricas discutidas, não na sua configuração estilística, mas tão somente nos fundamentos que a sustentam”.

REDE UC

REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Milhares de estudantes formados pela
Universidade de Coimbra,
Espalhados pelo País e pelo Mundo,
nas mais diversas áreas da sociedade,
Reunidos agora na mesma Rede.

Visite-nos em
www.uc.pt/encontros

Rede UC
Rede de Antigos Estudantes
da Universidade de Coimbra
Gabinete de Comunicação e Identidade
Universidade de Coimbra
Apartado 3020
3001-401 Coimbra
encontros@uc.pt

A/C Eng. Isabel Gomes
Tlm: +351 96 44 53 222

www.coimbraeditora.pt



LIVRARIA FERREIRA BORGES
Rua Ferreira Borges, 77
Coimbra

LIVRARIA AAC - COIMBRA
Rua Padre António Vieira
Edifício AAC
Coimbra

LIVRARIA CHIADO - LISBOA
Rua Nova do Almada, 30
Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA
Centro Comercial Arcos
Av. João Dinis, 6 A
Lisboa

LIVRARIA FDL - LISBOA
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO
Rua Cândido dos Reis, 81
Porto

LIVRARIA FDP - PORTO
Praça Marechal Sampaio da Universidade do Porto



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora



ALMEDINA

Livraria . Editora

www.almedina.net

Almedina Atrium
Pr. Duque de Saldanha
1 - Loja 71- 2º piso
1050-094, Lisboa

Almedina Ferreira Borges
Rua Ferreira Borges, 121-127
3000-180, Coimbra

Almedina Arrábida
Arrábida Shopping, Loja 158 A/B
Praça Henrique Moreira,
244, Afurada | 4400-475
Vila Nova de Gaia

Almedina Braga
Campus de Gualtar
Universidade do Minho,
4710-057, Braga

ALMEDINA-DIREITO À CULTURA

RUA LARGA

REVISTA DA RETÓRICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Assinatura anual da Revista Rua Larga (4 números)*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€
Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€ (IVA incluído) • Números Anteriores: 7€
- Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra. Para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:
 - T2: Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€ /ano
 - T3: Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€ /ano
- Assinaturas através da Rede UC, ou pela Internet em www.uc.pt/rualarga.

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais

*A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades *Parceiras* ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades *Aliadas* assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

mais informações em <http://www.uc.pt/gats>



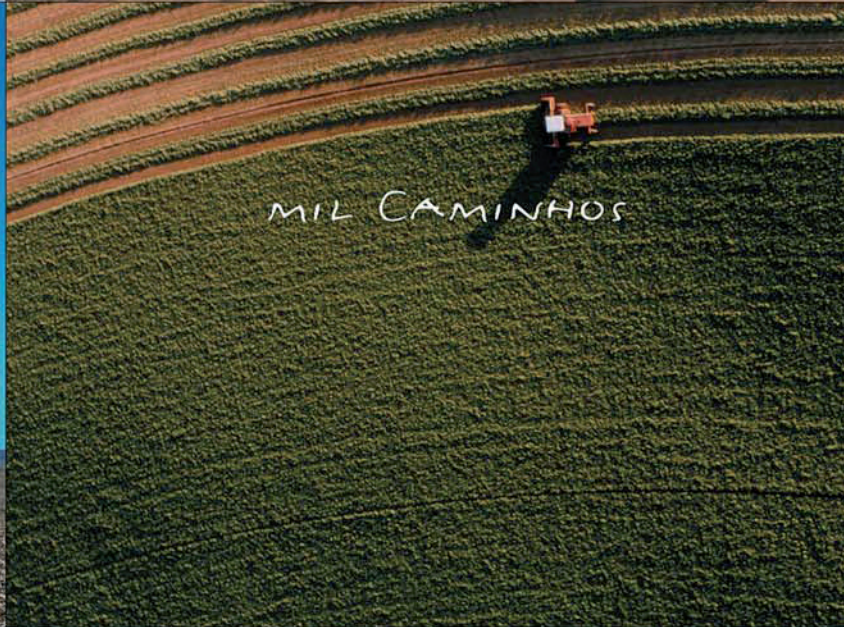
totta

**Caixa Geral
de Depósitos**

universia



bluepharma
Indústria Farmacéutica, S.A.



Millennium
bcp

A vida inspira-nos

A water droplet is positioned in the center of the page, resting on a surface. The background is a soft, multi-colored gradient that transitions from a pale yellow at the top to a light blue at the bottom, with a subtle rainbow-like effect. The droplet itself is clear and shows some internal reflections and refraction of the background colors.

Revisitação do Sol

Ana Rita Faria

Cláudia Sousa

Rui Simões

Andreia Rocha

João Campos

Introdução

Perto de uma centena de iniciativas deram corpo à IX Semana Cultural da Universidade de Coimbra. Entre 1 e 10 de Março, o sol deu o mote para as actividades propostas, da mais diversa natureza e filiação.

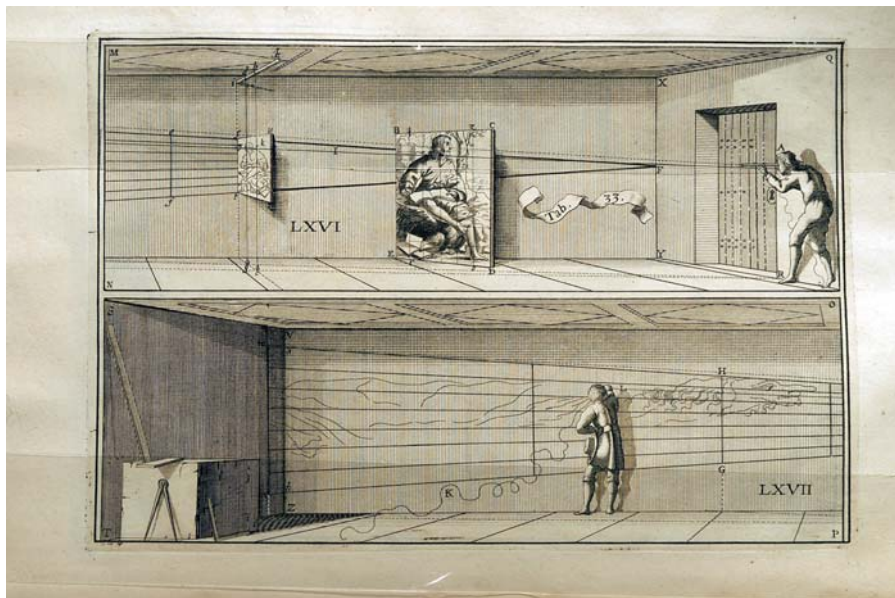
Na sua formulação completa, a edição de 2007 da Semana Cultural teve como tema “Estou vivo e escrevo sol. O Ambiente e os Direitos Humanos no Ano Internacional do Sol”. Situados neste largo espectro, que procura encontrar o sol como fenómeno físico mas também como fonte de calor humano, procurámos, com este dossiê, dar conta precisamente dessa multiplicidade de entendimentos.

Alguns alunos finalistas de Jornalismo participaram em cinco iniciativas, como observadores, à procura do sol. O resultado está nas páginas que se seguem. Transcrito em três reportagens de ambiente: uma sobre a sessão que contou com a presença de António Ramos Rosa e que inaugurou a exposição sobre a obra do poeta que inspirou o tema da Semana Cultural; a segunda a propósito da mesa-redonda sobre resíduos como fonte de valor e

energia que contou com a presença de Humberto Rosa, secretário de Estado do Ambiente; a terceira que relata a construção de relógios de sol proposta pelo Departamento de Matemática da UC a alunos do ensino básico e secundário. Depois, dois flashes incidem sobre a peça “O Jardineiro do Sol”, em cena no Jardim Botânico e destinada a crianças, e sobre a exposição de trabalhos tendo como linha de fundo o sol, que esteve patente na Escola Universitária das Artes de Coimbra – ARCA.

Não se pretende, como se compreenderá, dar conta, de forma exaustiva, do leque de iniciativas que constituíram a Semana Cultural. Mas antes espreitar algumas delas, escolhidas com base na diversidade de públicos a que se dirigiam e na diferença de formatos propostos. Muito fica do lado de fora destas páginas mas certamente dentro da memória de quem o desfrutou.

Memória luminosa de uma semana que teve dez dias, em jeito de revisitação do sol.



Continua vivo e a escrever Sol

António Ramos Rosa é o autor do mote da IX Semana Cultural da Universidade de Coimbra: “Estou vivo e escrevo Sol”, com a poesia a juntar-se ao Ano Heliológico Internacional. O poeta esteve em Coimbra para se encontrar com os seus leitores e inaugurar a exposição de uma obra e de uma vida. Aos 82 anos, António Ramos Rosa continua a surpreender.

Amigos e admiradores apareceram para o saudar. Elogios surgiam de todos os lados, lembrando situações que os grandes nomes só “vivem” depois da morte. Com António Ramos Rosa é diferente. “Felizmente”, o poeta “continua vivo e a escrever Sol”. Aludindo à obra “Estou vivo e escrevo Sol” (1966) de António Ramos Rosa, as palavras do director da Biblioteca Geral (BG) da Universidade de Coimbra (UC), Carlos Fiolhais, deram início à sessão de inauguração da exposição bibliográfica sobre o poeta algarvio.

O Delegado Regional da Cultura do Centro, António Pedro Pita, exaltou a presença de Ramos Rosa no evento, “como pouco assíduo que é da cultura mundana”. De facto, até à última hora, a presença do poeta esteve por confirmar, pelo que foi com alguma surpresa que as pessoas reunidas no átrio da Biblioteca Geral presenciaram a sua chegada.

Curvado sobre si mesmo, tateando o chão incerto, Ramos Rosa contou com a ajuda de um amigo de longa data, a quem já chegou a dedicar alguns poemas. Boaventura Sousa Santos, Professor da UC, acompanhou-o no seu lento percurso do carro até ao átrio, substituindo-se à falta de firmeza dos braços e pernas do poeta.

Para o sociólogo, Ramos Rosa “é uma pessoa muito tímida e de uma qualidade humana extraordinária”. “Um dos maiores poetas vivos”. O epíteto traduz a realidade visível na sala: a exposição de uma obra que abarca 60 anos da poesia portuguesa, pronta a ser folheada por quem “deixar que as palavras de Ramos

Rosa entrem dentro de si”, destaca Carlos Fiolhais.

O professor de física ainda se recorda que foi na época de estudante que começou a admirar as palavras do poeta. Desde então, aprendeu que “as palavras de Ramos Rosa têm uma força tremenda, são ‘pedras nuas’ que podemos agarrar e sentir o peso”. Antigo é também o interesse do poeta e crítico literário Gastão Cruz, responsável pela apresentação da obra de Ramos Rosa durante a sessão. Gastão Cruz ainda se lembra bem do dia em que encontrou o poeta numa livraria de Faro, cidade de onde ambos são naturais, e lhe pediu um autógrafa a *O Grito Claro* (1958), o primeiro livro do poeta. “Foi há quase 50 anos”, exclamou.

A admiração de Gastão Cruz por esta “figura tutelar na poesia portuguesa” é partilhada pelo actor e encenador João Grosso, convidado a declamar os poemas de Ramos Rosa. “Ao ler a poesia de Ramos Rosa, sinto a solaridade, a transparência, a clareza”, revelou. Mais longe vai António Pedro Pita ao confessar: “É o meu poeta!”

O cansaço do guerreiro

“Estou muito cansado”, suspirou Ramos Rosa, como que justificando a curta intervenção que dirigiu ao público presente. O poeta aparentou um ar fatigado, apático até, e um olhar perdido e cabisbaixo. O arranjo de flores colocado sobre a mesa parecia afundá-lo ainda mais na sua cadeira.

Mas quando Ramos Rosa começou a falar, os burburinhos cessaram para ouvir as palavras do poeta. Essas palavras, que na sua poesia são tão límpidas e translúcidas, saem hoje com dificuldade da boca de Ramos Rosa.

Ainda assim, surpreendeu os presentes ao falar da sua nova paixão, os desenhos, que estão também expostos

na biblioteca, lado a lado com os seus poemas e textos.

Na despedida, o poeta confessou: “Procurei dizer o que sinto e se não fiz melhor é porque não pude”.

A sinceridade humilde valeu um caloroso aplauso a este poeta “cansado”. Talvez porque, como Gastão Cruz referiu, “ninguém lutou tanto para que as palavras fossem as mensageiras do sonho do poeta”.

Ramos Rosa em traços e palavras

Faz poesia há mais de meio século. E, todavia, actualmente, com 82 anos, já não é a poesia que lhe desperta o frémito do entusiasmo. “Nos meus desenhos há uma criatividade que já não consigo ver na poesia”, confessa sem pudores. Di-lo não com o desejo de “ser original”, mas para “ser consentâneo” com o que sente.

Na memória de António Ramos Rosa ecoa agora uma lição de Kandinsky sobre o valor da pintura abstracta. Conta que, certo dia, o pintor russo entrou no seu ateliê e viu pendurado na parede um quadro que classificou como “de extraordinária beleza”. Sem saber como o quadro tinha ido ali parar, Kandinsky observa-o cuidadosamente, até que subitamente percebe que se trata de um quadro da sua autoria, que ele tinha deixado pendurado ao contrário.

É a Kandinsky que Ramos Rosa vai buscar inspiração para fazer os seus desenhos. Os grossos traços pretos sugerem esboços de rostos humanos, sobretudo femininos. Este “novo” talento de Ramos Rosa vem juntar-se à sua vasta bibliografia de poeta, ensaísta e crítico. Entre várias distinções nacionais e internacionais, recebeu o Prémio Pessoa em 1988.

Nascido em Faro, em 1924, António Ramos Rosa exerceu diferentes profissões até decidir dedicar-se inteiramente à escrita. Em Lisboa, cidade para onde se mudou definitivamente em 1962, foi empregado de escritório, professor e tradutor. Contudo, foi ainda em Faro que iniciou a sua carreira literária como poeta e ensaísta. Entre 1951 e 1953, fundou e coordenou três revistas (*Árvore*, *A Cassiopeia*, *Cadernos do Meio-Dia*). Foi também na sua terra natal que iniciou a militância política, integrando as fileiras do MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil. Em 1947, foi preso devido às constantes manifestações contra o regime salazarista. Nem mesmo da sua poesia conseguir afastar o seu desejo de denúncia de um tempo de opressão: “O tempo duro / com unhas de pedra”, “o tempo dos sonhos / sem coragem para poder vivê-los” (*O Grito Claro*, 1958).

Todavia, seria na e pela “infinita potencialidade da linguagem” que Ramos Rosa viria a descobrir-se a si próprio e ao mundo, como refere no livro de ensaios Poesia, *Liberdade Livre* (1962).

Este “eterno aprendiz”, que aprendeu o silêncio das palavras, é o mesmo poeta que cristaliza, como momento de alegria, o dia em que observou “pela primeira vez” uma formiga no seu percurso sobre a folha branca, na qual escrevia. É o poeta que continua a desejar, “e isto é mais uma esperança do que uma certeza”, que haja sempre leitores que descubram novas dimensões em tudo o que escreve. Porque “cada vez que se lê um poema, lê-se um novo poema”.

Ana Rita Abreu Faria Arruda Soares
Aluna do 4.º ano de Jornalismo da FLUC





Resíduos: Problema ou Oportunidade

Todos falam dele, todos querem ser seu porta-voz, todos o reivindicam como cavalo de batalha. Fenómeno de moda para muitos ou verdadeira tomada de consciência para alguns, o ambiente sacode um pouco por todo o lado a opinião pública. No dia em que o ex-vice-presidente norte-americano, Al Gore, se encontrou em Belém com o Presidente da República, a Universidade de Coimbra (UC) recebeu o Secretário de Estado do Ambiente para uma “mesa redonda” sobre “Os resíduos como fonte de valor e energia”.

Mordisca-se a ponta de uma caneta, cruzam-se e des-cruzam-se os braços, compõem-se os óculos. Os mais informados abanam a cabeça em sinal de aprovação. Os mais metódicos tomam notas.

“Portugal é o segundo país com picos mais elevados de radiação depois do Irão”.

Esubalham-se alguns olhos e franzem-se muitos sobrolhos. Os mais desinteressados ou distraídos – são poucos – endireitam-se.

Fala Alcides Pereira, Professor no Departamento de Ciências da Terra, convidado para explicar o que se faz em Portugal com os resíduos radioactivos.

Uma informação sobressai, no entanto, no meio dos *slides*, quando, num tom mais informal, Alcides Pereira fala de um assunto que o “preocupa”: “em Nisa foi determinado um dos valores mais elevados de radiação externa conhecidos em todo o planeta. É curioso ver que, se as áreas de exploração mineira em Portugal estão assinaladas, e bem, com um grande aparato de segurança, há outras zonas do país, que, por origem natural, têm acumulações iguais ou superiores em urânio, mas que permanecem sem qualquer identificação, acessíveis às populações, utilizáveis para construção, expostas aos elementos naturais e facilmente integráveis nas cadeias alimentares. É uma incongruência chocante na legislação portuguesa.”.

Lições por aprender

Estamos na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Dos 140 assentos vermelhos do auditório do Departamento de Engenharia Mecânica, nenhum ficou por preencher. A assistência, na sua grande maioria feita de alunos, olha e escuta atenta, de pasta ou caderno no regaço. Fala agora o governo sobre o futuro dos resíduos em Portugal.

“Está já ultrapassado o debate da ligação ou não das alterações climáticas à actividade do homem”, diz Humberto Rosa. Que descanse portanto Al Gore, esta lição, pelo menos, parece estar aprendida.

Para o Secretário de Estado do Ambiente, o objectivo agora é buscar alternativas de combustíveis vantajosos do ponto de vista ambiental. “Apesar de os resíduos industriais perigosos não terem o mesmo potencial de valorização material que os não perigosos, podem e devem ser pensados para a criação de energia”, afirma Humberto Rosa. Aponta, nesse sentido, o Tratamento Mecânico e Biológico como sendo uma das apostas do governo e prevê, também, para este ano, a revisão do Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais, no âmbito da “crescente importância dos CIRVERS” (Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos). Humberto Rosa afirma que os resíduos têm de ser vistos como uma “oportunidade” e não mais como um problema. “É necessário criar um mercado organizado de resíduos, transformá-los em matéria-prima e fonte de valor”, acrescenta.

Mas que resíduos usar? Segundo Teresa Vieira, responsável da Licenciatura em Engenharia de Materiais, é nos processos de fabricação que se criam mais resíduos. “Entram” novamente os *slides*. “O próprio pó produzido durante o corte e serragem de lajes de ardósia é reciclável. Mais. Consegue-se gerar uma matéria-prima não só semelhante à argila, mas de maior qualidade e resistência”.

Segundo a docente, um catálogo de resíduos utilizáveis está já a ser elaborado a nível europeu.

Um dos intervenientes, o pró-reitor para a Manutenção de Edifícios, Segurança e Ambiente, Raimundo Silva, assegurou que também a Universidade de Coimbra está empenhada na gestão e conhecimento dos seus próprios resíduos, nomeadamente através da listagem de todos os equipamentos e do seu carácter de nocividade, da sua substituição quando necessário e do aumento da capacidade de reciclagem da universidade. E porque “não é todos os dias que se pode questionar de forma directa o Secretário de Estado do Ambiente”, frisou uma das intervenientes na assistência, provocando alguns sorrisos – Humberto Rosa inclusive –, a questão da incineração em Souselas acabou por fechar o debate.

Para o Reitor da UC, um dos convidados, Souselas já não é uma questão científica, mas apenas política. “Acumulam-se as evidências sobre a falta de perigosidade da incineração” afirma Seabra Santos. Para o Reitor, o problema é que “anos e anos de exploração da

cimenteira sem segurança não deram às pessoas matéria para confiar no governo”. Segundo Seabra Santos a questão agora está em “incinerar, sim, mas respeitando os métodos ambientalmente mais seguros”. Já na nona edição, a Semana Cultural da UC voltou a estender os seus eventos às instalações do Pólo II. Naquele que foi precisamente o seu último dia de mandato, o Pró-Reitor para a Cultura, Gouveia Monteiro, de sorriso rasgado, diz-se “extremamente satisfeito”. “Superamos as expectativas, a afluência foi grande, ninguém faltou e conseguimos reunir ramos científicos diversos, para além dos elementos institucionais”.

Naquele que foi precisamente o seu último dia de mandato, o Pró-Reitor para a Cultura, Gouveia Monteiro, de sorriso rasgado, diz-se “extremamente satisfeito”. “Superamos as expectativas, a afluência foi grande, ninguém faltou e conseguimos reunir ramos científicos diversos, para além dos elementos institucionais”.

Cláudia Sousa
Aluna do 4.º ano de Jornalismo da FLUC



Construir relógios num dia de sol

O departamento de Matemática juntou mais de cem crianças para construir relógios de sol. Objectivo: ensiná-las a aprender brincando.

O que é conseguir prender 120 crianças numa sala do departamento de Matemática, quando uma tarde de sol mais do que primaveril os convidava antes a vir para a rua brincar? Simples: “Construção de relógios de sol”, iniciativa do departamento de Matemática da Universidade de Coimbra (UC), inserida na IX Semana Cultural da UC, que juntou mais de uma centena de alunos do ensino básico e secundário a construir, cada qual, um relógio de sol.

O objectivo da iniciativa, que foi mais uma etapa dos “Sábados à Descoberta” do departamento de Matemática e se realizou na tarde de sábado, 10 de Março, era audacioso. “Pretendemos usar conceitos de matemática para explicar o funcionamento dos relógios de sol e convidar os participantes a construir um”, explica João Fernandes, um dos responsáveis pela actividade. E a verdade é que, à primeira vista, ao ver-se a sala Pedro Nunes completamente cheia, tudo lhe augurava sucesso.

De entre as crianças que lotavam o espaço, a ansiedade era evidente e parecia aumentar, à medida que João Fernandes lhes explicava o bê-á-bá da rotação da terra e da forma como isso influencia a relação entre ela e o sol. Havia os que olhavam fixamente a apresentação informática, os que tomavam notas atentas e os que bocejavam para disfarçar a impaciência.

Felizmente, para esses, a palestra de João Fernandes não durou mais de quinze minutos, e as crianças foram logo divididas em pequenos grupos e encaminhadas para outras salas do departamento de Matemática. Aí, os monitores explicavam-lhes os fundamentos básicos da construção dos relógios de sol.

Dentro das salas, entre filhos e pais (que os acompanhavam), a azáfama era grande. Em cima das

mesas: lápis, papéis, esquadros, transferidores, tesouras, cola... e muita agitação, a par das recomendações dedicadas dos monitores. E em muitos casos, os próprios pais que ajudavam as crianças.

Paulo Lopes, de 41 anos e pai do Gonçalo, de nove, esclarece o porquê de ter trazido o filho à iniciativa: “tentei envolvê-lo desde jovem, para tentar despertar nele a paixão pela Matemática”. E Gonçalo, na timidez da idade, não parece intimidado com as expectativas do pai: “gosto de aqui estar e já fiz alguns amigos”. E confia mesmo que “quando for grande talvez seja matemático”.

A componente formativa dos “Sábados à Descoberta” não é inocente. Uma das monitoras, Ana Paiva, 30 anos, salienta que “as crianças e jovens gostam cada vez menos de Matemática, e esta é uma forma de lhes mostrar que ela não é só fazer contas, e pode ser aplicada no dia-a-dia e em coisas divertidas”.

Adérito Araújo, 41 anos, professor do departamento de Matemática e um dos monitores nesta edição, refere que o “grande objectivo é trazer a disciplina para fora da sala de aula”. E justifica-o: “a Matemática não tem de existir exclusivamente em contexto escolar. Pode ser uma actividade cultural como muitas outras, feita com a família”. Talvez por isso houvesse tantos pais e mães a participar.

Uma das presentes era Isabel Mendes, 43 anos, que trouxe o filho, Miguel, e um amigo. Começou por trazê-lo a estas iniciativas por achar que era “interessante e instrutivo para ele”, mas agora já é o filho que lhe pede para vir e pergunta quando é que é o próximo “Sábado à Descoberta”. Como ele, eram muitas as crianças, na sua grande maioria do primeiro ciclo do ensino básico, que se mostravam satisfeitas e revelavam mesmo preferir estar ali, do que “lá fora a brincar”...

Então, no interior pouco soalheiro do departamento de Matemática, iam aplicando conhecimentos de

Matemática, Geometria e Astronomia à construção do seu relógio de sol. E não foi preciso esperar muito tempo: às 16h30, cerca de hora e meia depois de terem começado, cada relógio de sol (uma folha de papel, com linhas paralelas a assinalar cada hora e uma parte pontiaguda cuja sombra indicava a hora) já estava pronto.

“Estou satisfeito. Gostei muito e aprendi como é que se fazem os relógios de sol e como é que eles fun-

cionam” sentenciava o Gonçalo, prestes a sair da sala onde tinha construído o seu relógio. Depois, foi só saltar para o largo D. Dinis (em frente ao departamento de Matemática) e experimentar as obras, perante um sol resplandecente e o olhar atento de el-rei.

Rui Simões
Aluno do 4.º ano de Jornalismo da FLUC





O enviado do Sol

Quem olhasse à primeira vista para aquele homem vestido de branco com um sol pintado na camisola, com botas pretas pouco habituais para um ser terrestre, pensaria quão diferente era aquele guia que falava com um grupo de crianças no Jardim Botânico. Aproximando-se do local, rapidamente se constata que se tratava de um pequeno espectáculo de animação teatral e não de uma visita guiada. Nesta exibição a personagem principal é o jardineiro do sol, enviado ao Botânico para ver como está o planeta Terra. Este enviado faz experiências para ver se as plantas estão a crescer devidamente, se tem havido sol em quantidade certa e para verificar em que estado se encontra a poluição. No decurso da sua visita encontra um grupo de crianças. Mostra-lhes como o sol faz crescer as plantas, como os girassóis seguem o astro solar, canta-lhes músicas e conta-lhes histórias acerca do sol. Ainda durante o percurso, explica-lhes o que é este astro e como os planetas giram à sua volta. A plateia, com idades compreendidas entre os oito e os dez anos, mostra-se receptiva ao espectáculo,

atirando constantemente perguntas ao jardineiro e dançando nas cadeiras ao som da música. A peça conta apenas com uma pessoa em cena. O jardineiro actua sempre sozinho num palco ao ar livre, utilizando recursos mínimos, para sensibilizar as crianças para questões como o sistema solar e a fotossíntese. Ao longo do espectáculo, o público ajuda o enviado do sol a responder a um inquérito científico e faz uma análise crítica daquilo a que vai assistindo. “A peça é sempre igual e sempre diferente. O conteúdo pedagógico acerca do sol varia conforme as idades e as reacções das crianças”. A peça “Jardineiro do sol” da Companhia Camaleão é uma encenação específica criada para a IX Semana Cultural da Universidade de Coimbra. Para além da colaboração da Camaleão com a universidade, o espectáculo “Jardineiro de Sol” procura também outros palcos para actuar.

Andreia Rocha
Aluna do 4.º ano de Jornalismo da FLUC



O Sol no centro da arte

Junte-se pintura, escultura e elementos de luz numa sala ampla, tendo por base o sol. Foi este o mote da exposição “Explorando o Sol”, que decorreu na sala de exposições da Escola Universitária das Artes de Coimbra – ARCA, em Lordemão, de 1 a 10 de Março. Quadros de alunos (os finalistas do curso de Pintura da escola), uma escultura de um professor e uma tese de doutoramento foram os elementos expostos, numa iniciativa que acabou por ser pouco participada pela cidade.

O trabalho foi inserido na IX Semana Cultural da Universidade de Coimbra, e foram dadas as várias visões do sol e a sua influência na arte. “Apesar do tema, procurámos não fazer uma alusão directa ao sol”, explica Conceição Mendes, uma das sete finalistas do curso de Pintura que contribuíram com quadros para a exposição. E a verdade é que o sol aparece nas obras, não como elemento directo, mas no contexto dos trabalhos. É evidente em todas as pinturas a presença do corpo humano e a sua relação com o sol, bem como a utilização de tonalidades de amarelo, para realçar o elemento luz.

Para além dos trabalhos dos finalistas de pintura, esteve também presente uma tese de doutoramento, a da professora Isabel Azevedo. Num trabalho feito em conjunto com o Departamento de Física da Universidade de Aveiro, a docente pretende demonstrar que “a luz não serve só para ver as obras, mas pode ser a obra”. Jogos de espelhos e imagens holográficas, sempre com a luz como pano de fundo, são a essência do trabalho de Isabel Azevedo, todo ele dependente da interactividade de quem visita a exposição. O trabalho da professora esteve disponível em “Explorando o Sol” depois de ter passado por Viseu, Aveiro e também pela Áustria.

A adesão à exposição não foi elevada. “Essencialmente alunos da ARCA e visitas de estudo das escolas da região. Fora isso não veio muito mais gente, o que é pena”, lamenta Isabel Azevedo.

João Campos
Aluno do 4.º ano de Jornalismo da FLUC







Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA DE 10 JANEIRO 2007

Deliberação n.º 1 de 10 de Janeiro

Aprova a proposta de revisão de taxas e fixação de outros preços por serviços prestados no AUC.

A proposta, (Doc.1/2007), foi apresentada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 7 FEVEREIRO 2007

Deliberação n.º 2 de 7 de Fevereiro

Aprova a proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal da Carreira de Investigação Científica da Faculdade de Medicina.

A proposta, (Doc. 2/2007), foi apresentada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 3 de 7 de Fevereiro

Ratifica a eleição intercalar, pelos seus pares, do seguinte estudante para integrar a Secção de Ensino e Pedagogia: João Roupiço Simões Pena dos Reis.

Deliberação n.º 4 de 7 de Fevereiro

Ratifica a eleição intercalar, pelos seus pares, do seguinte estudante para integrar a Secção de Investigação Científica: Cátia Patrícia Teixeira da Costa Viana.

Deliberação n.º 5 de 7 de Fevereiro

Ratifica a eleição intercalar, pelos seus pares, dos seguintes estudantes para integrarem a Secção de Planeamento, Gestão e Património: João Pedro Almeida da Rocha Pita; Vasco Rodrigues Moreira Cardoso.

Deliberação n.º 6 de 7 de Fevereiro

Ratifica a eleição intercalar, pelos seus

pares, do seguinte estudante para integrar o Conselho Administrativo: Hugo Miguel Matos Julião.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 7 MARÇO 2007

Deliberação n.º 7 de 7 de Março

O Senado pronunciou-se, nos termos regulamentares, relativamente à nomeação dos seguintes Pró-Reitores, não tendo havido oposição: Prof. Doutor Pedro Miguel Girão Nogueira Ramos; Prof. Doutor José António Oliveira Bandeirinha; Prof. Doutor José António Raimundo Mendes da Silva; Prof. Doutor Fernando Alberto Deométrio Rodrigues Alves Guerra; Prof. Doutor José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarró; Prof. Doutor António Filipe Pimentel.

Deliberação n.º 8 de 7 de Março

Aprova, na especialidade, a proposta de Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra.

A proposta, (Doc. 123/2006), foi apresentada pela Reitoria da Universidade de Coimbra.

O documento foi votado, na generalidade, na reunião do Plenário do Senado de 10 de Janeiro de 2007, tendo sido aprovado por maioria, com 1 abstenção.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 11 ABRIL 2007

Deliberação n.º 9 de 11 de Abril

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Psicologia e respectivas áreas de especialidade, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março.

A proposta, (Doc. n.º 3/2007), foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Deliberação n.º 10 de 11 de Abril

Aprova a proposta de Criação do Curso de Pós-Graduação em Acupuntura.

Fixa propinas no valor de 2400 Euros, sendo o pagamento efectuado nos termos do disposto no Regulamento do Pagamento de Propinas na Formação Pós-Graduada na Universidade de Coimbra.

A proposta, (Doc. n.º 8/2007), foi apresentada pela Fac. de Medicina.

Deliberação n.º 11 de 11 de Abril

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Educação, Tecnologias e Artes Visuais, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. n.º 11/2007), foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Deliberação n.º 12 de 11 de Abril

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão da Formação e Administração Educacional, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março.

A proposta, (Doc. n.º 12/2007), foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Deliberação n.º 13 de 11 de Abril

Aprova a proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Senhor Professor Manfred Eigen.

A proposta, (Doc. n.º 10/2007), foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 14 de 11 de Abril

Ratifica a criação do Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde

como Unidade Orgânica e aprova o seu Regulamento.

A proposta de Regulamento (Doc. n.º 10/2007), foi apresentada pela Reitoria da Universidade.

Deliberação n.º 15 de 11 de Abril

Aprova a criação da Fundação Universidade de Coimbra. Aprova, na generalidade, os respectivos Estatutos. A proposta, (Doc. n.º 13/2007), foi apresentada pela Reitoria da Universidade.

Deliberação n.º 16 de 11 de Abril

Aprova a proposta de alteração à Tabela de Emolumentos publicada no Diário da República, II Série, n.º 19, de 26 de Janeiro de 2006 – ponto 1.2, que estabelece os emolumentos a pagar pelas certidões de conclusão de provas de agregação.

A proposta, (Doc. n.º 9/2007), foi apresentada pela Administração da Universidade.

Deliberação n.º 17 de 11 de Abril

O Senado pronunciou-se, nos termos estatutários, sem oposição, relativamente à designação dos Directores das seguintes Instituições, respectivamente: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: Prof. Doutor Carlos Manuel Baptista Fiolhais; Arquivo da Universidade de Coimbra: Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos; Imprensa da Universidade de Coimbra: Prof. Doutor José Francisco de Faria Costa.

Deliberação n.º 18 de 11 de Abril

Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos secretários da Mesa do Senado: Docente: Prof. Doutor Carlos José Guerreiro Fortuna; Estudante: Paulo José Marques Fernandes; Funcionário: Lic.ª Maria Adelina Carvalho Moura Pereira.

Deliberação n.º 19 de 11 de Abril
Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos membros para recomposição das Secções do Senado:

Secção de Planeamento, Gestão e Património: Estudantes: João Pedro Almeida da Rocha Pita; João Miguel Godinho Martins; Nuno Miguel Vieira Almeida • Funcionários: Lic. Maria Hermínia Machado Lima Preces Ferreira; Lic. Maria Dalila Borges Pinto Roldão; Lic. Maria José Amaral Sobral.

Secção de Ensino e Pedagogia: Docentes: Prof. Doutor José Augusto Cardoso Bernardes; Mestre Joaquim Luís Medeiros Alcoforado • Estudantes: João Roupiço Simões Pena dos Reis; Sara Moreira Silva.

Secção de Investigação Científica: Estudante: Cátia Patrícia Teixeira da Costa Viana.

Secção Disciplinar: Docente ou Investigador: Docente representante dos Doutores da Faculdade de Direito • Funcionário: Acácio Carvalho Xavier • Estudante: – O corpo de estudantes decidiu não eleger representante para esta Secção.

Deliberação n.º 20 de 11 de Abril
Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos membros para integrarem o Conselho Administrativo: Estudante: Hugo Miguel Matos Julião; Funcionário: Lic.ª Ângela Maria Dias Mateus Ferreira.

Deliberação n.º 21 de 11 de Abril
Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, dos membros para integrarem o Conselho Geral do Teatro Académico de Gil Vicente: Docente ou Investigador: Prof. Doutora Paula Cristina Vaz Bernardo Tavares; Estudante: Lia Fernanda Azevedo Nunes • Funcionário: Mestre Maria Manuel Proença Ferreira Almeida.

Deliberação n.º 22 de 11 de Abril
Elege os seguintes membros para integrarem o Conselho Editorial da Imprensa da Universidade: Ricardo Jorge da Costa Duarte (estudante);

Prof. Doutor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André

Deliberação n.º 23 de 11 de Abril
Aprova a moção em que o Senado manifesta a sua preocupação pelo facto de o reconhecimento da importância da mobilidade não ter reflexo imediato no co-financiamento governamental dos respectivos programas o que pode obrigar a um aumento de comparticipação financeira por parte da UC.

A proposta, (Doc. n.º 15/2007), foi aprovado por unanimidade.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 2 MAIO 2007

Deliberação n.º 24 de 2 de Maio
Aprova a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação em Medicina do Trabalho. Fixa a propina anual de inscrição no valor de 1300 euros.

A proposta, (Doc. n.º 16/2007), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 25 de 2 de Maio
Aprova a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação em Saúde Ocupacional. Fixa a propina anual de inscrição no valor de 1300 euros.

A proposta, (Doc. n.º 17/2007), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 26 de 2 de Maio
Aprova a proposta de criação do Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública. Fixa a propina anual de inscrição no valor de 1300 euros.

A proposta, (Doc. n.º 18/2007), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 27 de 2 de Maio
Aprova a proposta de alteração do valor das propinas de cursos de ensino pós-graduado, na FEUC

A proposta, (Doc. n.º 21/2007), foi apresentada pela Fac. de Economia.

Deliberação n.º 28 de 2 de Maio
Aprova a proposta de Cursos de Especialização, Cursos Breves e Actividades de Extensão Curricular da FCDEFUC e respectivas taxas de inscrição.

A proposta, (Doc. n.º 20/2007), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 29 de 2 de Maio
Fixa o valor de inscrição no programa de acompanhamento dos candidatos à frequência do Ensino Superior dos Maiores de 23 anos em 50 euros.

A proposta, (Doc. n.º 19/2007), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 30 de 2 de Maio
Aprova, na especialidade, os Estatutos da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra.

A inclusão do ponto 4 do artigo 3.º dos Estatutos, relativo à administração do Palácio de S. Marcos, está dependente da resposta da Direcção Geral do Património à consulta efectuada, no âmbito do Auto de Cessão a título precário, celebrado em 9 de Março de 1981 com o Aditamento de 16 de Fevereiro de 2005.

A proposta (Doc. n.º 13/2007, na versão de 2 de Maio) foi apresentada pelo Reitor.